

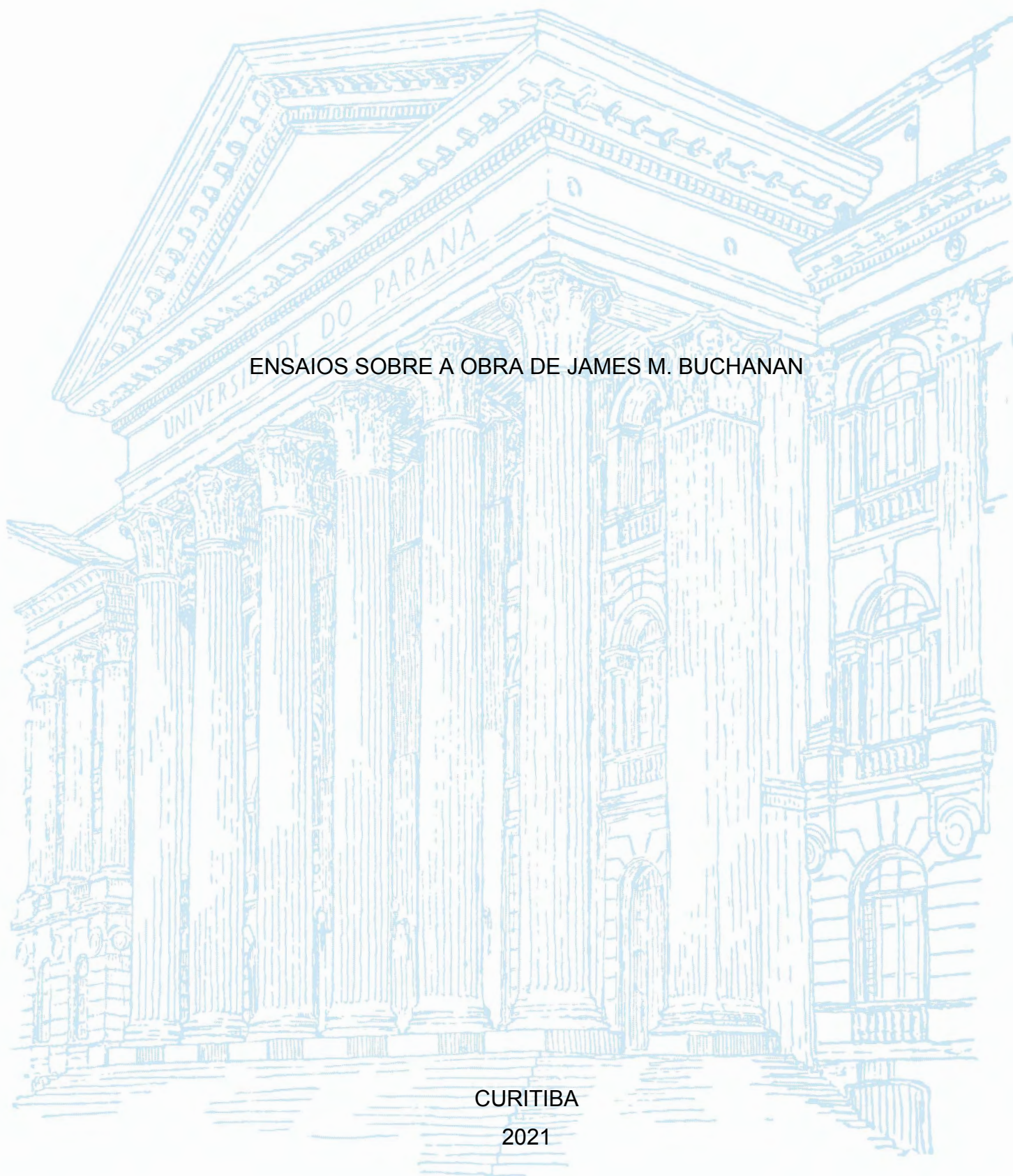
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO NUNES MOURÃO

ENSAIOS SOBRE A OBRA DE JAMES M. BUCHANAN

CURITIBA

2021



GUSTAVO NUNES MOURÃO

ENSAIOS SOBRE A OBRA DE JAMES M. BUCHANAN

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Angeli

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Mourão, Gustavo Nunes

Ensaaios sobre a obra de James M. Buchanan / Gustavo Nunes Mourão
– 2021.
98 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Setor de Ciências
Sociais Aplicadas.

Orientador: Eduardo Angeli.

Defesa: Curitiba, 2021.

1. Economia. 2. Buchanan, James, 1791-1868. 3. Contrato social.
I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.
II. Angeli, Eduardo. III. Título.

CDD 320.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - 40001016024P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GUSTAVO NUNES MOURÃO** intitulada: *Ensaio sobre a obra de James M. Buchanan*, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO ANGELI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica
24/02/2021 11:03:15.0
EDUARDO ANGELI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
24/02/2021 09:36:02.0
FELIPE ALMEIDA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/02/2021 18:14:38.0
MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/02/2021 09:11:47.0
VINICIUS KLEIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/02/2021 09:42:11.0
RAFAEL GALVÃO DE ALMEIDA
Avaliador Externo (NÃO POSSUI)

Dedico esta tese à minha esposa Aline Scherner Andrade Mourão, por todo o apoio, compreensão, companheirismo e sacrifícios feitos junto comigo durante o período do doutorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela minha vida e por tudo com o que já me abençoou e tem me abençoado. Devo tudo a Ele.

Sou grato à minha esposa Aline, por todos os sacrifícios feitos junto comigo desde o início de nosso casamento. Seu apoio incondicional e confiança nos meus planos foi fundamental para que pudéssemos concluir juntos esta etapa de minha jornada acadêmica.

Reconheço e sou grato pelo esforço de meus pais, Julio e Edina, por me criarem e terem utilizado muitos de seus recursos para investir em minha educação. Agradeço também aos meus irmãos, os demais familiares, amigos, colegas e professores que de alguma forma passaram por minha vida e deixaram algo. Sou grato a todos que me auxiliaram, incentivaram e torceram pelo meu sucesso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Angeli, que foi mais do que um professor, tendo sido um grande amigo e me auxiliado nos diversos aspectos da vida acadêmica nesse período de doutorado. Agradeço inclusive pelo auxílio prestado na preparação de minha ida para o doutorado sanduíche.

Ao Prof. Dr. Roger D. Congleton, que me recebeu na *West Virginia University* e me ensinou muito sobre o assunto que escrevi nesta tese. Sou grato por todo o seu apoio e amizade durante o período que passei em Morgantown entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020. Sou grato também à *West Virginia University* por ter permitido que eu participasse como aluno visitante de seu programa de Ph.D. em Economia.

Aos membros da *Morgantown University Ward*, de A Igreja de Jesus dos Santos dos Últimos Dias, por terem me recebido tão bem durante o período sanduíche e estendido sua amizade a mim e à minha esposa. Agradeço ainda por todo apoio espiritual recebido na Ala Vila Aurora, em Curitiba, onde passei todo o restante do doutorado.

Sou grato à FAE Centro Universitário, instituição onde cursei a graduação e que me possibilitou atuar como docente desde 2012, após a conclusão de meu mestrado em Economia na Universidade Estadual de Maringá. Além da oportunidade de trabalho, sou grato por terem atendido a meus pedidos de redução de carga horária nesses últimos quatro anos, o que me possibilitou concluir os créditos exigidos pelo programa e dispor do tempo necessário para escrever esta tese. Agradeço ainda pela

concessão da licença de trabalho não remunerada por seis meses para participar do doutorado sanduíche.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de seu Programa de Internacionalização (PRINT) por ter me concedido bolsa para cursar o doutorado sanduíche na *West Virginia University*, nos Estados Unidos. Foi um período de grande aprendizado e crescimento pessoal.

Agradeço ao contribuinte brasileiro, que com seus tributos mantém tanto a CAPES, quanto a Universidade Federal do Paraná, instituição na qual tive o privilégio de estudar nesses últimos quatro anos. Sou grato aos colegas, professores, servidores e às demais pessoas que conheci nesse período e que tornaram essa jornada mais agradável.

“Para que todos sejam um como tu, ó Pai, és em mim, e eu, em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste”.

(João 17:21)

“Aprendemos, por tristes experiências, que é a natureza e índole de quase todos os homens, tão logo suponham ter adquirido um pouco de autoridade, começar a exercer imediatamente domínio injusto”.

(Doutrina e Convênios 121:39)

RESUMO

Esta tese, apresentada no formato de três ensaios, versa sobre a trajetória intelectual do prêmio Nobel de economia em 1986 James McGill Buchanan (1919-2013), pioneiro no desenvolvimento da abordagem constitucional e do contrato social para a economia. Mostra-se que a originalidade no pensamento de Buchanan se deve em grande parte à sua busca por influências, diálogos e metodologias que residem fora da economia convencional. Em sua introdução é apresentada a biografia dos anos de formação de Buchanan conforme seus próprios relatos e de seus comentadores, enquanto nos demais capítulos se discute a formação de suas ideias, relação com outros autores e metodologia. No primeiro ensaio é discutida a importância da tradição italiana de finanças públicas como precursora da economia constitucional. Mostra-se que a influência dessa corrente sobre o pensamento de Buchanan foi maior do que a literatura costuma sugerir, possuindo papel fundamental na transmissão de ideias da economia política clássica e da filosofia do contrato social no momento de formação da economia constitucional. No segundo ensaio são analisadas as perspectivas de Buchanan sobre a obra de seu contemporâneo no resgate da tradição do contrato social no século XX, o filósofo John Rawls. Embora ambos tenham chegado a conclusões diferentes, mostra-se nesse capítulo através de cartas e outros escritos, que a percepção de Buchanan sobre o trabalho de Rawls se altera ao longo do tempo, e que embora apoiados na teoria do contrato social, ao seguirem tradições metodológicas distintas dentro dessa teoria, chegam, portanto, a conclusões diferentes. Os elementos metodológicos da obra de Buchanan são o objeto do último ensaio, onde no qual, através de uma perspectiva multidisciplinar, são investigados os elementos característicos do conjunto da obra de Buchanan: individualismo metodológico, constitucionalismo e filosofia do contrato social. Mostra-se como esses elementos estão interligados em sua obra e de que forma são classificados por outras áreas do conhecimento. Por fim, são feitas as considerações finais da tese.

Palavras-Chave: James M. Buchanan. Contrato Social. Individualismo Metodológico. Economia Constitucional.

ABSTRACT

This dissertation, presented in the format of three essays, is about the intellectual trajectory of the Nobel Prize of economics in 1986 James McGill Buchanan (1919-2013), pioneer in the development of the constitutional approach and the social contract for economics. It is shown that the originality in Buchanan's thought is largely due to his search for influences, dialogues and methodologies that reside outside the mainstream. In the introduction I present the biography of Buchanan's formative years according to his own reports and those of his commentators, while in the other chapters are discussed the formation of his ideas, relationship with other authors and his methodology. The first essay discusses the importance of the Italian public finance tradition as a precursor to constitutional economics. It is shown that its influence on Buchanan's thinking was greater than the literature usually suggests, having a fundamental role in the transmission of ideas of classical political economy and of the philosophy of the social contract at the time of constitutional economics' formation. In the second essay, Buchanan's perspectives on the work of his contemporary in rescuing the tradition of social contract in the 20th century, the philosopher John Rawls, are analyzed. Although they both came to different conclusions, it is shown in this chapter through letters and other writings, that Buchanan's perception of Rawls' work changes over time, and that although supported by the theory of social contract, as they follow different traditions inside this theory, they come to different conclusions. The methodological elements of Buchanan's work are the subject of the last essay, in which, through a multidisciplinary perspective, the characteristic elements of Buchanan's work as a whole are investigated: methodological individualism, constitutionalism and social contract philosophy. It shows how these elements are interconnected in his work and how they are classified by other areas of knowledge. Finally, the closing remarks are made.

Keywords: James M. Buchanan. Contractarianism. Methodological Individualism. Constitutional Economics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. ALÉM DAS FINANÇAS PÚBLICAS: A TRANSMISSÃO DE IDEIAS DA TRADIÇÃO ITALIANA PARA A ECONOMIA CONSTITUCIONAL DE JAMES M. BUCHANAN	08
1.1 INTRODUÇÃO	08
1.2 A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS	11
1.3 O CONTATO DE BUCHANAN COM A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS	18
1.4 A BASE TEÓRICA DA ECONOMIA CONSTITUCIONAL E A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS	22
1.5 CONCLUSÃO	27
2. AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DE JAMES M. BUCHANAN SOBRE OS PRINCÍPIO DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS	30
2.1 INTRODUÇÃO	30
2.2 O CONTRATO SOCIAL EM BUCHANAN E EM RAWLS.....	32
2.3 A INTERAÇÃO ENTRE BUCHANAN E RAWLS ANTES DE A <i>THEORY OF JUSTICE</i>	35
2.4 A <i>THEORY OF JUSTICE</i> E AS REAÇÕES DE BUCHANAN À SUA PUBLICAÇÃO.....	39
2.5 AVALIANDO NOVAMENTE	42
2.6 APRECIANDO A CONVERGÊNCIA	47
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
3. A METODOLOGIA DE JAMES M. BUCHANAN POR UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR	51
3.1 INTRODUÇÃO	51
3.2 INDIVIDUALISMO E <i>HOMO ECONOMICUS</i>	52
3.3 O CONSTITUCIONALISMO NA OBRA DE BUCHANAN	60
3.4 A VERTENTE CONTRATARIANISTA DO CONSTITUCIONALISMO ..	65
3.5 CONCLUSÕES	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

O que caracteriza um pensador como original, de modo que suas contribuições sejam reconhecidas com algumas das maiores honras de sua profissão? Ao longo da história do pensamento econômico observa-se uma diversidade de ideias que, embora nem sempre aceitas por grande parte de seus pares, fornecem novas explicações para os fenômenos econômicos e sociais. Mas que influências contribuem para o surgimento dessas ideias? Qual a interação com o pensamento de outros autores de sua época? O que as torna singulares em sua metodologia? Esta tese tem por objetivo discutir o pensamento de James M. Buchanan, destacando autores que o influenciaram, a relação com seus contemporâneos, e a metodologia adotada ao longo de sua obra.

James McGill Buchanan (1919-2013) nasceu no estado norte-americano do Tennessee, tendo ao longo de sua carreira acadêmica dado contribuições significativas para diversas áreas da economia. Ele inicia sua agenda de pesquisa com o tema das finanças públicas já em sua dissertação de mestrado (BUCHANAN, 1941), se mantendo nesse campo ao escrever sua tese de doutorado (BUCHANAN, 1948). Todavia, Buchanan não se limita a trabalhar nesse tema do modo mais convencional empregado em sua época. Ele desenvolve uma abordagem original para os problemas de finanças públicas logo nos primeiros anos de sua carreira, ao inserir a complexidade do processo político, e ao utilizar uma abordagem metodologicamente individualista (BUCHANAN, 1999a [1949]; 1950; 1951a; 1951b; 1952a; 1952b; 1952c; 1999b [1958]), replicando-a também em diversos trabalhos posteriores (BUCHANAN, 1999d [1968]; BUCHANAN; WAGNER, 1967; 2000 [1977]).

Seu individualismo metodológico aplicado às finanças públicas o coloca entre os pioneiros da *public choice* (BUCHANAN, 1954a; 1954b; 1999a [1972]; 1999a [1979a]; 1999a [1980]), que adota um modelo de *homo economicus* para os agentes públicos a fim de analisar os possíveis resultados de oriundos de processos políticos.

Ao perceber algumas das prováveis consequências geradas por um sistema político guiado pelo auto interesse, surge em Buchanan outra preocupação: Qual o conjunto de instituições capazes de transformar o comportamento individualista em resultados socialmente desejáveis? Com essa pergunta em mente, e apoiando-se na filosofia do contrato social, ele desenvolve outro programa de pesquisa denominado economia constitucional. Esse programa utiliza-se da comparação entre arranjos

institucionais distintos para descobrir o efeito que as regras possuem sobre a conduta individual, e como consequência, quais os resultados coletivos desses comportamentos (BRENNAN; BUCHANAN, 2000 [1980]; 1985; BUCHANAN, 2000 [1975]; 1987a; 1990; BUCHANAN; CONGLETON, 1998; BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]; BUCHANAN; WAGNER, 1977, 1978).

Além de ter contribuído para o surgimento e consolidação desses dois programas de pesquisa, Buchanan também publicou trabalhos na área de história do pensamento econômico e de metodologia da economia. Essas publicações, se concentram em sua interpretação da tradição italiana de finanças públicas (BUCHANAN, 1960), da obra de Adam Smith (BUCHANAN, 1999a [1976]; 1979; 1994b), da aplicação do conceito de ótimo de Pareto (BUCHANAN, 1999a [1962]) e fornece ainda sua interpretação sobre qual deve ser o objeto de estudo da economia (1999a [1964]; 1987b; 1999a [1989]).

Buchanan também entrou em discussões que permeiam a economia e a ética. Ele defende que o tamanho dos grupos sociais pode incentivar ou restringir o comportamento do tipo “*free rider*” (BUCHANAN, 1965); que cada indivíduo é o resultado de uma série de escolhas feitas por si mesmo e por outros (BUCHANAN, 1999a [1979b]), devendo assim ter o direito de decidir sobre quaisquer assuntos que tenham consequências sobre si próprio (BUCHANAN, 1999a [1991]). Buchanan considera também que a ética de trabalho e a poupança são exemplos de condutas individuais que devem ser incentivadas, pois ao serem replicadas coletivamente são capazes de promover o progresso econômico (BUCHANAN, 1994a).

Outro tema que conta com contribuições de Buchanan é a filosofia política. Em seus trabalhos nesse campo, Buchanan utiliza da teoria dos jogos para discutir de que maneira a ordem social pode emergir de uma anarquia hobbesiana. Ele coloca que a ação coletiva pode surgir de forma voluntária por ser preferível à guerra de todos contra todos (BUCHANAN, 1999a [1972]; 2000 [1975]; 1976; 1999a [1979a]).

Nesta introdução são apresentados alguns dos principais elementos e influências durante o período de formação de Buchanan, desde quando inicia seus estudos superiores, até a conclusão de seu Ph.D. Embora outras influências tenham sido igualmente relevantes para sua carreira, algumas das quais tratadas nos demais capítulos desta tese, optou-se, nesta introdução, por ater-se somente à sua formação justamente porque os capítulos subsequentes se concentram no período de sua vida profissional.

Buchanan (1999a [1986]; 2007) relata ter iniciado seus estudos superiores em seu estado de origem, na *Middle Tennessee State Teachers College* logo após o fim do ensino médio. Segundo Marciano (2019a), é lá que Buchanan, influenciado por seu professor Carlton C. Sims, opta pelo tema das finanças públicas.

Marciano (2019a) conta que Sims, professor de Ciência Política de Buchanan na *Middle Tennessee*, era uma pessoa que tinha bastante prestígio na política regional, o que de certa forma causava admiração entre seus alunos. Esse respeito, que inclusive o levou a redigir parte da Constituição do Tennessee, teria despertado em Buchanan o desejo de ter uma vida interessante como a dele, que lhe permitiria discutir assuntos relacionados ao estado, política e finanças públicas em profundidade.

Após se formar na *Middle Tennessee State Teachers College*, Buchanan (1999a [1986]) relata que recebeu algumas propostas de emprego, que recusou para aceitar uma bolsa de mestrado em Economia na *University of Tennessee*. Para Marciano (2019a) essa oportunidade foi apresentada a ele por Sims, que pesquisava temas semelhantes e tinha contato com Charles P. White, o então futuro orientador de Buchanan no mestrado.

Sua escolha pela economia certamente fez a diferença em sua vida, embora pareça ter ocorrido de maneira bastante casual. Buchanan (2007, p.39-40) diz que nunca viu a economia necessariamente como uma vocação. Ele afirma ter optado por essa área porque era para esse curso que a bolsa lhe tinha sido oferecida por Sims. Com relação à participação de Sims em sua trajetória acadêmica e profissional, Buchanan (2007, p. 46) coloca que: “*While I owe him next to nothing for what he taught me in his courses, I owe everything to him for his guidance in what was for me a critical step*”.

Durante seu mestrado na *University of Tennessee*, outra decisão crucial foi tomada: a de seguir uma carreira na academia. Segundo Buchanan (1999 [1986a]), essa escolha é feita por causa do exemplo observado na ética de trabalho de White. A seriedade e empenho com que ele trabalhava foram um exemplo para Buchanan, e se tornaram uma marca de sua vida profissional¹.

¹ Segundo Meadowcroft (2013, p.28), Buchanan tinha uma forte ética de trabalho. Ele relata: “*Buchanan’s working practice was to be at his university office desk from 6 a.m. to 6 p.m., six days a week plus a half day on Sunday, and he instilled an expectation of presenteeism among the scholars at the Public Choice Center*”.

A dissertação de mestrado de Buchanan (1941), denominada “*Gasoline Tax Sharing Among Local Units of Government in Tennessee*”, é o seu primeiro trabalho de pesquisa em finanças públicas. Nessa dissertação, sua percepção sobre a questão tributária, segundo Marciano (2019a), é bastante influenciada por White. Buchanan (1941) busca encontrar uma solução equitativa para a distribuição do imposto sobre a gasolina entre os diferentes condados de seu estado.

Logo após o fim de seu mestrado, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Buchanan se alista em um programa de formação de oficiais da reserva da Marinha. Após concluir o treinamento, ele passa a trabalhar no centro de operações do Pacífico, onde permanece até 1946.

Por ter servido às Forças Armadas durante a guerra, ele consegue um auxílio governamental que lhe permite continuar os estudos de pós-graduação, ingressando no curso de Ph.D. em economia da *University of Chicago* no inverno de 1946. Entre as diversas alternativas que se apresentaram, Buchanan diz ter escolhido Chicago porque seu ex-professor, Carlton Sims, que era doutor em ciência política por essa instituição havia lhe convencido de que lá havia um ambiente intelectual muito estimulante (BUCHANAN, 1999 [1986a]; JOHNSON, 2014; MARCIANO, 2019a).

Buchanan (1999a [1986a], p. 14-15) conta que se soubesse do caráter ideológico do corpo docente de Chicago teria escolhido outro lugar². Ele aponta que na época, além de simpatizar com lideranças políticas populistas, ele se considerava um “*libertarian socialist*”, não sendo muito diferente de seus colegas, “*almost all of whom were socialist of one or another stripe*” (BUCHANAN, 1999a [1986], p.15)³.

O período em que Buchanan inicia seu curso em Chicago, no inverno de 1946, é especialmente atípico para a área de finanças públicas daquele departamento. Johnson (2014) aponta que Simeon E. Leland, que ensinava as disciplinas *Government Finance*, *State and Local Taxation*, e *Public Debts* havia deixado Chicago após o trimestre de primavera. Em junho do mesmo ano, Henry Simons que por mais de uma década lecionou *Economics of Fiscal Policy*, e *Government Finance* faleceu,

² Brady (2010, p. 234) descreve a Escola de Chicago nesse período da seguinte forma: “*The main characteristics of the Chicago School are twofold: the belief in the power of neoclassical price theory to explain observed economic behavior; and the belief in the efficacy of free markets to coordinate individual actions, and to allocate resources and distribute income.*”

³ Buchanan (1999a [1986]) conta que seu avô fora governador do Tennessee na década de 1890, e que por consequência ele crescera lendo seus panfletos radicais que denunciavam a existência de “*robber barons*” que supostamente prejudicavam a economia dos Estados Unidos.

e Roy Blough foi admitido para o semestre de outono. Ainda no departamento de economia, no mesmo ano, Jacob Viner deixa Chicago e Milton Friedman é contratado.

Em meio a essa turbulência na *University of Chicago* é que Buchanan (1999a [1986], p.15) relata terem ocorrido algumas das maiores transformações em sua forma de pensar. Ele aponta que depois de seis semanas no curso de *Price Theory* com Frank Knight, ele se torna: “(...) *converted into a zealous advocate of the market order*”. Buchanan (1999a [1986]) ressalta que embora o propósito de Knight nesse curso não fosse persuadir seus alunos a abraçar o liberalismo econômico, é através da compreensão mais completa do modelo de mercado adquirida nas aulas de Knight que Buchanan se torna um defensor dessa visão de mundo.

Buchanan (2007, p. 205-206) considera Knight uma de suas maiores influências. Entretanto, o aspecto de Knight que teve maior relevância para Buchanan não foi a sua defesa da economia de mercado, e sim a sua postura questionadora em relação a qualquer forma de pensamento pré-estabelecida. Conforme ele coloca:

Interestingly, perhaps, Knight's influence was not effected through any transference of identifiable ideas. It was, instead, the conversion to an attitude, a stance toward the world that each of us must personally face, whether this world be described as scientific, philosophical, aesthetic, or personal. How can I possibly convey what it meant to me, an academic neophyte from the boondocks, to encounter someone who, quite simply, held no authority in awe, who stood ready to question critically anyone or anything, who had confidence in his own ability to identify confusion where he found it, and to challenge even the gods of his epoch? (BUCHANAN, 2007, p.205).

Apesar da grande admiração que Buchanan tinha pelo trabalho e forma como Knight questionava os paradigmas de sua época, ele decide continuar suas pesquisas no ramo das finanças públicas, e por consequência tem que escolher outro orientador para sua tese. Esse papel ficou designado a Roy Blough, embora Knight tenha participado da banca e seja considerado praticamente um coorientador (HOLCOMBE, 2012; MEADOWCROFT, 2013; JOHNSON, 2014, WAGNER, 2017).

No pós-Guerra o ensino das Finanças Públicas nos Estados Unidos passava por grandes transformações. Essas mudanças foram analisadas com maior profundidade por Johnson (2014). Ela aponta que antes da Grande Depressão a abordagem dos institucionalistas norte-americanos dominava o estudo das finanças públicas nesse país. Entretanto, entre o fim dos anos 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial esse cenário tinha mudado, sendo que o pluralismo do período entre guerras tinha sido substituído pelo crescimento de um “consenso neoclássico” [ao estilo

inglês]. Isso acontece de modo que por volta de 1945 o neoclassicismo britânico caracterizado pelas contribuições de Edgeworth e Pigou reinavam supremos na maioria dos programas de pós-graduação norte-americanos (JOHNSON, 2014).

Com relação ao estudo das finanças públicas na *University of Chicago*, Johnson (2014) relata que historicamente esse havia sido um tema de bastante destaque no departamento, sendo o objeto de pesquisa de vários professores, mas que nesse período a situação era diferente.

However, by the 1940s, it was a different story; Chicago was turning out relatively few specialists in public finance (...). Leland had become decidedly less active in advising graduate students and publishing. Blough was a temporary fix, and public finance essentially disappeared following his departure until Arnold Harberger resurrected the field in the early to mid 1950s. During Buchanan's residence, public finance was further distanced from the center of departmental activity, as key professors held joint appointments in other areas - Leland and Blough both in political science and Simons in the law school.

The most active of the faculty in the 1940s, Simons made notable contributions to public finance theory, including what has come to be known as the Haig-Simons definition of income, which underlies our modern income tax (JOHNSON, 2014, p. 9).

Outro ponto que Buchanan (1999a [1986]) relata ter sido de fundamental importância para sua carreira durante o período em que estava em Chicago ocorre, segundo ele, durante o verão de 1948. Enquanto estava na *Harper Library*, Buchanan (1999a [1986]) conta ter por acaso se deparado com um trabalho de Wicksell em alemão denominado *Finanztheoretische Untersuchungen* e que segundo ele era um livro desconhecido e não traduzido para o inglês⁴.

Nesse trabalho, Wicksell (1958 [1896]) defende a adoção de uma regra de unanimidade em vez da maioria simples para as decisões fiscais do setor público. Em situações em que a unanimidade é impossível de ser alcançada, uma situação de quase-unanimidade poderia ser aceitável. Essa regra é necessária, para evitar que

⁴ A forma como Buchanan descobre o livro de Wicksell é objeto de polêmica entre os estudiosos da história de James Buchanan. A versão de que ele teria descoberto o trabalho por acaso depois de sua tese é contestada por Johnson (2014) que inclusive mostra que ele já havia citado o livro de Wicksell na própria tese. Por outro lado, Marciano (2019b) alega que as citações de Wicksell feitas por Buchanan (1948) eram bastante marginais, de modo que é aos poucos que ele reconhece a importância desse trabalho. Cabe ressaltar que a tradução dos principais trechos desse trabalho para o inglês foi feita posteriormente pelo próprio Buchanan (WICKSELL, 1958 [1896]).

uma maioria simples seja capaz de infligir os custos dos bens governamentais que utiliza sobre as minorias⁵.

Wagner (2017, p. 33-34) aponta que a influência de Wicksell sobre Buchanan vai além da regra da unanimidade. Para ele, Wicksell visualizou um sistema político em que o resultado público refletisse os desejos dos cidadãos em suas demandas pelos bens públicos e não as imposições de uma classe governante. Para ele, Wicksell e Buchanan começam suas análises a partir dessa premissa normativa, que tem suas origens nas teorias do contrato social.

É a partir dessas influências que Buchanan inicia sua carreira de mais de sessenta anos como pesquisador, tendo publicado 28 livros e algumas centenas de artigos em periódicos (MEADOWCROFT, 2013, p.33)⁶. A relevância de sua carreira pode ser percebida não apenas por sua vasta obra publicada, mas também pelas diferentes agendas e centros de pesquisa iniciados nas universidades onde trabalhou.

Seu pioneirismo e contribuições foram reconhecidos com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, em 1986. Todavia, nem esse reconhecimento alcançado aos 67 anos de idade foi suficiente para que Buchanan considerasse sua carreira encerrada, continuando a escrever até muito próximo de seu falecimento em 2013.

Esta tese discute as contribuições de sua longa carreira sendo composta por três ensaios, aqui unidos na forma de capítulos. Esses ensaios discutem diferentes etapas do pensamento do autor. O primeiro deles trata de uma de suas maiores influências, discutindo o papel da tradição italiana de finanças públicas para a formação da economia constitucional de Buchanan. Alega-se que ela foi a responsável por transmitir as ideias da economia política clássica e da filosofia do

⁵ A regra de unanimidade wickselliana é um dos pontos principais levantados por Buchanan e Tullock (1999 [1962]). Eles defendem que ao exigir o consentimento através da regra de unanimidade, a negociação entre os envolvidos se torna necessária, de modo que o consenso somente será atingido quando todas as oportunidades de ganho foram exauridas. Esse resultado na escolha das regras é semelhante ao ótimo de Pareto utilizado na economia do bem-estar. Uma explicação detalhada da norma proposta por Wicksell no contexto político de sua época e as diferentes interpretações posteriores pode ser encontrada no trabalho de Blankart e Fasten (2011).

⁶ Outro indicador de sua grande produtividade é dado por Congleton (2014), ao relatar que nos anos 1960, a média anual de publicação de Buchanan ficou em 6 artigos por ano, em comparação a 2 ou 3 da década anterior. Essa taxa é ainda maior após o estabelecimento do *Center for Study of Public Choice at Virginia Polytechnic Institute*. Ele relata que: “*Buchanan’s pace of writing increased again as he began routinely writing 8-10 papers a year and a new book every 2-3 years (often a collection of conference papers in later years)*” (CONGLETON, 2014, p.51).

contrato social que Buchanan (1990) considera essenciais para a formação da economia constitucional.

Após discutir a influência da tradição italiana, apresenta-se no segundo capítulo a relação de Buchanan com um importante pensador de sua época. Esse ensaio aborda as diferentes interpretações de Buchanan sobre os princípios de justiça apresentados por John Rawls. A interação entre Rawls e Buchanan e a percepção que um tem do trabalho do outro é bastante significativa por serem eles os principais responsáveis pelo ressurgimento da teoria do contrato social no século XX e ainda assim terem visões de mundo bem diferentes.

No terceiro capítulo é analisado sob uma perspectiva multidisciplinar o conjunto da obra de Buchanan e os elementos fundamentais de sua teoria: individualismo metodológico, constitucionalismo e a abordagem do contrato social. Ao apresentar o método de Buchanan sob diferentes prismas, sugere-se uma nova interpretação sobre o conjunto de sua obra.

Após os três capítulos, como considerações finais da tese, são tecidos comentários sobre os elementos comuns aos três ensaios, onde são destacadas as contribuições trazidas por esta tese e sua relevância para o estudo da história do pensamento econômico.

1. ALÉM DAS FINANÇAS PÚBLICAS: A TRANSMISSÃO DE IDEIAS DA TRADIÇÃO ITALIANA PARA A ECONOMIA CONSTITUCIONAL DE JAMES M. BUCHANAN

1.1 INTRODUÇÃO

James M. Buchanan (1919-2013), prêmio Nobel de economia em 1986, além de suas contribuições na filosofia política, ética e em muitas áreas da economia, é reconhecido por seu pioneirismo na teoria da escolha pública (*public choice*) e na economia constitucional.

Sua carreira como pesquisador se inicia com o tema das finanças públicas. Nessa área ele resgata o individualismo metodológico de uma abordagem que, embora fosse praticamente ignorada no mundo de língua inglesa, predominou por muitos anos na Europa continental (MEDEMA, 2009; JOHNSON, 2015)⁷. Essa vertente, conhecida como teoria das trocas voluntárias, e que tem na tradição italiana de finanças públicas alguns de seus principais representantes, inspira muitas das discussões de Buchanan sobre o setor público ao considerar os interesses individuais dos envolvidos nos processos de tomada de decisão⁸. É a partir dessas premissas que suas discussões evoluem para teorias sobre a organização de sistemas políticos dentro da democracia e de normas capazes de trazer resultados socialmente desejáveis.

Ao longo de sua carreira, Buchanan passa a se preocupar cada vez mais com o efeito das regras sobre o comportamento humano, chegando inclusive a iniciar uma nova agenda de pesquisa denominada economia política constitucional, que enfatiza o papel das normas sobre o comportamento individual e seus reflexos na sociedade. Essa subdisciplina, também chamada apenas de economia constitucional, possui suas diferenças em relação à economia convencional por se concentrar na escolha *das* restrições em vez de escolhas *sob* restrições; e se distancia da ciência política por sua ênfase na interação cooperativa em vez do conflito (BUCHANAN, 1987; 1990).

Uma definição importante para a compreensão da economia constitucional é o próprio conceito de constituições. Buchanan e Tullock (1999 [1962], p.14), as

⁷ Seligman (1903), que foi professor da *Columbia University*, demonstra conhecer a tradição continental europeia de finanças públicas ao dedicar um capítulo de seu livro somente para comentar os desenvolvimentos na área de tributação por toda a Europa Ocidental.

⁸ Além dos italianos, autores de diversas partes da Europa contribuíram para a formação da teoria das trocas voluntárias: Wicksell e Lindahl (Suécia); Sax e Wieser (Áustria) e Leroy-Beaulieu (França) são alguns exemplos.

definem como as regras escolhidas previamente, dentro das quais os indivíduos conduzem suas ações. Dessa forma, o processo político é dividido por eles em duas etapas: constitucional e pós-constitucional. No primeiro ocorre a escolha das normas, enquanto no segundo, os indivíduos se comportam levando em consideração a existência delas.

Buchanan (1987; 1990) apresenta a economia constitucional como uma redescoberta de duas tradições intelectuais distintas: a economia política clássica e a filosofia do contrato social.

Da economia política clássica, Buchanan (1999a [1964]; 1987; 1990, p.10) interpreta que o objetivo de Adam Smith estava em compreender como os mercados funcionam. Isso o teria levado a comparar diferentes estruturas institucionais e conjuntos de restrições sob as quais os indivíduos interagem, dando importância à maneira como eles dividem o trabalho de forma voluntária e comercializam entre si aumentando a prosperidade de todos. Seguindo essa interpretação, Buchanan (1999a [1964], p.34) defende que a ciência econômica deveria se concentrar em estudar o processo das trocas, em lugar de sua ênfase na escolha.

Quanto à filosofia do contrato social, Buchanan (1990, p.12) entende que essa vertente intelectual foi a responsável por considerar o indivíduo um ser capaz de fazer escolhas racionais de forma independente, fornecendo assim uma explicação que legitima o surgimento do Estado através da troca da liberdade individual pela adoção de limites comportamentais em si mesmo e nos outros.

Neste capítulo defende-se que a tradição italiana de finanças públicas foi um importante canal de transmissão das ideias da economia política clássica e da filosofia do contrato social, temas que Buchanan considera essenciais para a formação da economia constitucional. Dessa forma, este trabalho se assemelha aos recentes esforços empregados por Cunha (2017); Nemeth Junior; Angeli (2020); Cruz e Silva; Cavalieri; Curado (2021), em mapear a difusão de ideias de outros autores na história do pensamento econômico.

A importância da tradição italiana para a formação da economia constitucional é frequentemente subestimada pela literatura (KLIEMT, [1986] 1990; BUCHANAN, 1987; 1990; BRENNAN; HAMLIN, 1998; CONGLETON, 2014; VOIGT, 2020), sendo associada somente às contribuições de Buchanan nas finanças públicas e/ou *public choice* (BUCHANAN, 1999a [1986]; WAGNER, 2003; MEDEMA, 2009; JOHNSON, 2014; 2015; MARCIANO; MOSCA, 2018).

Ao associar a tradição italiana de finanças públicas, com a qual Buchanan teve contato logo no início de sua carreira, e a economia constitucional, desenvolvida em sua fase mais madura, é fortalecida a interpretação corrente de que a obra de Buchanan é consistente e coerente ao longo do tempo, conforme afirmado por ele próprio e seus comentadores (BUCHANAN, [1986] 1999, p.27; ROMER, 1988, p.167; MEADOWCROFT, 2013, p.35; VANBERG, 2018).

Este capítulo está dividido em três outras seções além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1.2 é apresentada a tradição italiana de finanças públicas, fornecendo uma breve descrição de suas características, bem como de algumas ideias de seus principais representantes. É discutido como essa tradição se desenvolve de maneira diversa ao estudo das finanças públicas no mundo de língua inglesa, guiada pelo utilitarismo presente nas obras de Edgeworth (1881; 1958 [1897]) e Pigou (1932 [1920]; 1960 [1928]).

Na seção 1.3 discute-se de forma cronológica a experiência de Buchanan com a tradição italiana de finanças públicas. Ela abrange desde seu primeiro contato em 1947, enquanto estudante de Ph.D. na *University of Chicago*, até a escrita de *The Calculus of Consent* (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]), livro que Buchanan (1999a [1986], p.19) considera seu primeiro trabalho em economia constitucional.

Na seção 1.4 é feita uma comparação de basicamente dois textos. Um deles, denominado *The Domain of Constitutional Economics* (BUCHANAN, 1990), foi o artigo de abertura do primeiro número da revista *Constitutional Political Economy*. Nesse artigo ele apresenta as características do programa de pesquisa denominado economia constitucional e suas principais influências: a economia política clássica e a filosofia do contrato social. O outro artigo, publicado trinta anos antes, denominado '*La Scienza Delle Finanze*': *The Italian Tradition in Fiscal Theory* (BUCHANAN, 1960), é a percepção de Buchanan sobre as contribuições da tradição italiana de finanças públicas, sendo o resultado de uma pesquisa feita durante os doze meses em que ele viveu na Itália como *Fulbright Scholar*. Não é feita uma análise crítica de sua interpretação da tradição italiana ou das correntes que dão origem à economia constitucional, visto que o propósito está em justamente comparar os elementos, em sua percepção cruciais, da economia política clássica e da filosofia do contrato social, com os que ele mesmo julga relevantes na tradição italiana de finanças públicas.

1.2 A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS

O estudo das finanças públicas na Europa do final do século XIX e início do século XX, conforme descrito por Medema (2009) e Johnson (2015), se desenvolve através de duas correntes distintas: A tradição britânica, ligada à economia do bem-estar e à teoria das falhas de mercado; e a tradição continental europeia, também denominada teoria das trocas voluntárias.

A tradição britânica, segundo Groenewegen (2003) e Medema (2003; 2009) fundamenta-se nos preceitos éticos do utilitarismo, lançados por John Stuart Mill (1965 [1848]) e Henry Sidgwick (1901) ao discutirem as falhas de mercado. Essa tradição, após a revolução marginalista, ganha novo impulso com os trabalhos de Francis Ysidro Edgeworth (1881; 1958 [1897]) e de Arthur Cecil Pigou (1932 [1920]; 1960 [1928]). Eles formalizam a teoria que incorpora a participação do setor público na correção das falhas de mercado, e atribuem ao governo a responsabilidade pela maximização do bem-estar coletivo.

Edgeworth (1881), além de ter sido um dos pioneiros da economia neoclássica, defende em seu artigo sobre tributação (EDGEWORTH, 1958 [1897]) uma distribuição de impostos progressiva de modo que fosse possível igualar a desutilidade marginal de cada contribuinte. De forma semelhante, Pigou (1932 [1920]) desenvolve grande parte da moderna teoria do bem-estar fundamentada nos princípios do utilitarismo. Em seu trabalho sobre finanças públicas, Pigou (1960 [1928]) propõe que o governo possa maximizar o bem-estar coletivo ao utilizar a tributação de forma coercitiva para corrigir falhas de mercado.

Paralelamente, surge na porção continental da Europa a teoria das trocas voluntárias (MUSGRAVE, 1939; WAGNER, 2003; MEDEMA, 2009; JOHNSON, 2015). Essa vertente utiliza-se do individualismo metodológico e busca conciliar a teoria do valor exposta na revolução marginalista com os problemas das finanças públicas, assumindo que possa haver uma interação consensual entre os cidadãos e o governo concernente aos assuntos fiscais.

Entre os principais proponentes dessa vertente estão os teóricos italianos que, segundo Wagner (2003, p.271), a desenvolveram entre as décadas de 1880 e 1940⁹. Ele explica que na Itália as finanças públicas eram tratadas como um campo de estudo separado da economia. Embora utilizassem a teoria econômica, eles não se

⁹ Fossati (2010) considera Antonio de Viti de Marco como o primeiro representante dessa tradição e Mauro Fasiani o último, compreendendo esse mesmo período, embora Fausto (2006) considere que a tradição italiana de finanças públicas se estenda até a década de 1950.

restringiam a ela, e suas análises estavam repletas de elementos da ciência política, administração, sociologia e direito.

Além de acadêmicos, alguns desses autores possuíam larga experiência política e na alta administração pública. Francesco Ferrara, segundo Schumpeter (1981 [1954], p.487-488), além de ter sido fundamental para o desenvolvimento e difusão da teoria econômica em seu país, foi um político de papel significativo no processo de unificação da Itália. Luigi Einaudi, além de suas contribuições para a teoria das finanças públicas, serviu como presidente da República Italiana entre 1948 e 1955¹⁰. Diversos outros autores como Maffeo Pantaleoni, Antonio De Viti De Marco e Vilfredo Pareto foram também membros do Parlamento. A experiência política, aliada ao conhecimento teórico, possibilitou a esses autores uma visão peculiar da economia do setor público.

No momento em que essa tradição intelectual foi iniciada, o emprego da análise marginal ainda era uma novidade na teoria econômica, de modo que a sua utilização pelos italianos contribuiu para imprimir-lhes uma característica particular. Fausto (2006, p.69) considera que ao construir sua teoria dos bens públicos sobre o princípio da utilidade marginal, e aplicar a mesma regra de eficiência para os bens públicos e privados, os italianos teriam percebido as diferenças entre as escolhas individuais e as coletivas, a relevância do papel do estado, e a necessidade de vinculação dos gastos às receitas no estudo das finanças públicas.

Embora haja elementos comuns entre os autores dessa tradição, também há certa divergência entre eles na interpretação de fenômenos fiscais. Ao estudar as suas contribuições, Fausto (2006) apresenta as diferentes perspectivas sobre a teoria dos bens públicos separando seus teóricos em dois grupos: os que desenvolvem uma teoria econômica da demanda e da oferta por bens públicos, e aqueles que estão mais interessados em questões políticas e sociológicas¹¹. Os autores da tradição italiana

¹⁰ Buchanan (2007, p.90) relata ter se encontrado com Luigi Einaudi no fim da primavera de 1956, durante seu período como *Fulbright Scholar*. Esse encontro ocorreu apenas um ano após o fim do mandato presidencial de Einaudi. Buchanan (2007, p.90) conta que Einaudi demonstrou bastante interesse em seu projeto, se oferecendo inclusive para ler e comentar sua pesquisa sobre a tradição italiana de finanças públicas. A ajuda de Einaudi, que Buchanan (2007, p.90) diz ter tido orgulho de poder reconhecer, está citada em uma nota de rodapé de seu resumo das contribuições da tradição italiana de finanças públicas (BUCHANAN, 1960, p.24).

¹¹ Como componentes do primeiro grupo ele nomeia Pantaleoni, De Viti de Marco, Mazzola, Barone, Einaudi e Fasiani. No segundo grupo ele inclui Pareto, Borgatta, Puviani, Montemartini, Conigliani, Murray, Loria e Cosciani.

também divergem em suas posições com relação ao funcionamento do Estado, sendo esse o objeto do estudo de Fossati (2010)¹².

Um trabalho semelhante também é desenvolvido por Medema (2009), que sintetiza suas contribuições separando-os em dois grupos. Ele coloca em um primeiro grupo os autores dedicados à análise de “equilíbrio público ótimo”, enquanto no segundo grupo ele inclui os precursores na identificação das “falhas de governo”. No primeiro grupo estão: Maffeo Pantaleoni, Ugo Mazzola e Antonio de Viti de Marco, e no segundo Amilcare Puviani e Giovanni Montemartini¹³.

Pantaleoni é reconhecido por ter sido o primeiro economista a incorporar a análise marginal ao estudo das finanças públicas (FAUSTO, 2006, p.70; FOSSATI, 2010, p.885; MOSCA, 2010; 2018, p.31), de modo que ele alerta para o caráter “enigmático” de sua análise àqueles que não estivessem familiarizados com as propostas de Jevons e de Walras (PANTALEONI, 1958 [1883], p.16).

A teoria de Pantaleoni é explicada por Medema (2009) da seguinte forma: durante a elaboração do orçamento, comparam-se os benefícios recebidos a cada nova unidade de um bem governamental, com seu respectivo custo, que é financiado via tributos. Por esse método, as políticas públicas podem ser avaliadas por dois critérios: 1) Os benefícios devem ser maiores que os custos, medidos em termos de bens privados renunciados; 2) as receitas tributárias através dos bens e serviços públicos devem ser distribuídas de modo que as utilidades marginais dos contribuintes sejam equalizadas.

Medema (2009) ressalta que Pantaleoni teria dado pouca atenção à comunicação das preferências dos eleitores aos legisladores, sendo que a percepção de utilidade marginal e custo marginal refletiria a opinião média do Parlamento. De fato, Pantaleoni (1958 [1883], p. 16) inicia seu artigo afirmando que, em última análise, a maneira como os recursos públicos serão alocados reflete a percepção do Parlamento sobre a escala de utilidades marginais das várias possibilidades de gastos.

¹² Fossati (2010) inclui como membros dessa tradição: Enrico Barone, Gino Borgatta, Carlo Conigliani, Cesare Cosciani, Luigi Einaudi, Mauro Fasiani, Federico Flora, Lello Gangemi, Augusto Graziani, Benvenuto Griziotti, Roberto Murray, Luigi Pasinetti, Giuseppe Ricca Salerno, Angelo Roncali e Alberto Zorli, embora se concentre nas contribuições de apenas alguns desses autores.

¹³ Para mais detalhes e uma visão mais completa da obra de Maffeo Pantaleoni ver Baldassari (1997). Para a biografia de Antonio de Viti de Marco que reúne aspectos de sua vida profissional, acadêmica e pessoal ver Mosca (2016).

Outros autores também passam a utilizar a análise marginal, mas de maneira distinta. Mazzola (1958 [1890]) a utiliza para explicar a formação de preço dos bens públicos, que ele vê como resultado de um processo de ajustamento de mercado guiado pelo consumidor. Ele considera que a utilidade é maximizada em uma cesta composta por bens públicos e privados, de modo que essas duas classes de bens são complementares.

A ideia do equilíbrio público ótimo também é desenvolvida por De Viti De Marco (1958 [1923]), um dos autores mais representativos dessa tradição¹⁴. Embora utilize a análise marginal, ele atribui um papel ainda maior para o processo político do que Mazzola (1958 [1890]) e Pantaleoni (1958 [1883]) haviam feito anteriormente. Johnson (2015, p. 176) considera que as contribuições de De Viti De Marco residem principalmente em sua interpretação da atividade fiscal do estado democrático por meio do contrato social.

A teoria política que dá suporte à análise fiscal de De Viti De Marco é explicada por Medema (2009, p.88). Ele entende que como existe concorrência pelo poder político na democracia, o grupo que chegará ao poder será aquele que a sociedade acredita estar mais apto a provê-la com os bens e serviços públicos desejados. Esses ajustes serão feitos até que as prioridades dos governantes reflitam essencialmente as preferências dos eleitores quanto à provisão de bens públicos e seu financiamento via tributos. Assim, o equilíbrio é atingido quando os tributos efetivamente assumem a função de preços para os bens públicos, igualando-se à utilidade marginal dos contribuintes.

Ele conclui que se não existissem distúrbios de natureza política, o setor público poderia produzir os bens de maneira muito mais econômica que o setor privado. Entretanto, conforme apontado por Medema (2009, p.89), De Viti De Marco contempla em seu trabalho a existência de diversos elementos políticos que causam distorções, evitando que o equilíbrio público ótimo seja efetivamente alcançado. Essas distorções, semelhantes às falhas de mercado, geralmente são causadas pela perseguição de interesses particulares pelos agentes públicos.

¹⁴ Segundo Mosca (2016, p.2), De Viti De Marco é bem conhecido na Itália por suas contribuições nas finanças públicas, teoria bancária e discussão de problemas regionais. Em nível internacional ela coloca que o conhecimento de seu trabalho se limita à tradução para o inglês de seu principal livro (DE VITI DE MARCO, 1958 [1923]) e por meio de trabalhos que discorrem sobre a tradição italiana de finanças públicas.

A ideia de que os interesses individuais dos representantes políticos interferem nos resultados fiscais é a principal característica do grupo que trabalha com falhas de governo em seus modelos. A interpretação sobre como o sistema político funciona e de que maneira ele pode influenciar a administração das finanças públicas é um dos temas trabalhados por Puviani (1976 [1903]). Fausto (2006, p.81) considera que o trabalho de Puviani tem elementos bastante originais, mas que por muito tempo foram negligenciados tanto por economistas italianos quanto por estrangeiros.

Na visão de Puviani (1976 [1903]), os governos sempre tendem a agir de modo a provocar o que ele chama de “ilusão financeira” ou “ilusão fiscal”¹⁵. Fausto (2006, p.81) define esse fenômeno como uma percepção equivocada que os contribuintes e eleitores têm sobre a verdadeira relação entre os tributos pagos e o benefício gerado pelos gastos públicos.

Na interpretação de Medema (2009), para Puviani o sistema político é controlado por uma classe dominante que, no lugar de promover o interesse público, está preocupada em minimizar a fricção social. Dessa forma, são enfatizados os benefícios gerados pelas políticas públicas e ocultados os seus custos.

Os governantes, portanto, tendem a preferir o financiamento dos gastos via dívida pública do que através da tributação. No caso de o gasto público ter que ser feito via aumento de tributos, ainda assim, algumas formas são politicamente mais aceitáveis do que outras. O resultado desse comportamento é uma ilusão fiscal que minimiza a insatisfação popular por esconder o custo real de tudo que é feito pelo governo (MEDEMA, 2009).

O trabalho de Montemartini (1958 [1900]) se assemelha ao de Puviani (1976 [1903]) por considerar a possibilidade da perseguição de interesses particulares utilizando-se do setor público. Montemartini (1958 [1900], p.137) entende que uma ciência pura das finanças públicas precisa estudar a oferta e a demanda dos bens governamentais considerando o poder que indivíduos próximos ao governo têm sobre os demais cidadãos.

Medema (2009, p.91), explica que para Montemartini tanto a oferta quanto a demanda por bens públicos recebem uma grande influência do poder coercitivo que o

¹⁵ O termo em italiano, conforme utilizado por Puviani (1976 [1903]) é “*Illusione Finanziaria*”, que em português corresponderia a “Ilusão Financeira”. Entretanto, o termo traduzido por Buchanan (1960, p.59) para o inglês é “*Fiscal Illusion*”, significando “Ilusão Fiscal”. Como sua aplicação ocorre nas finanças públicas, os termos podem ser considerados equivalentes.

estado possui. Do lado da oferta, o governo pode produzir o que deseja, e obrigar os demais cidadãos a financiar. Pelo lado da demanda, Montemartini denuncia a existência de ‘empreendedores políticos’, indivíduos que se aproveitam do poder de coerção do estado, para conseguir os bens e serviços que desejam e espalhar o seu custo entre os demais contribuintes (MEDEMA, 2009, p.91). Ao chegar a essas conclusões, Montemartini se aproxima da ideia de *rent-seeking*, desenvolvida décadas depois por teóricos como Anne Krueger e Gordon Tullock¹⁶.

Além dos autores propostos pela classificação de Medema (2009), existiram outros economistas que participaram da tradição italiana de finanças públicas que alcançaram notoriedade fora de seu país de origem. Entre os mais conhecidos desse período está Vilfredo Pareto, que na verdade tinha grandes discordâncias em relação a seus pares. Fossati (2010, p.882) afirma que Pareto considerava a *Scienza delle Finanze* (nome da disciplina em italiano) uma ciência somente no nome, sendo bastante crítico a algumas das conclusões de seus conterrâneos dessa época. Ele coloca que, na visão de Pareto, as finanças públicas são mais bem compreendidas quando estudadas pela sociologia.

Em sua percepção sobre o comportamento das classes governantes, Pareto (1984 [1909]) afirma que em qualquer forma de governo sempre haverá uma aristocracia exercendo o poder político, e que isso ocorre inclusive na democracia¹⁷. Ele entende que os grupos que controlam o estado, não são permanentes em qualquer regime, mas estão em constante renovação. A esse fenômeno, Pareto (1984 [1909], p.71) chama de “circulação das elites”.

Outra característica da sociologia de Pareto, que é destacada por Aron (2008 [1967], p.664), está na aceitação da heterogeneidade entre os sistemas de valores dos indivíduos que compõem uma sociedade. O reconhecimento desse ponto leva Pareto a rejeitar a ideia de que qualquer sociedade possa ser estudada como se fosse um único indivíduo. Aron (2008 [1967], p.664) ressalta que o termo heterogeneidade social também é utilizado por Pareto para se referir à separação ou oposição existente entre a massa de indivíduos governados e a pequena elite que os governa.

¹⁶ *Rent-seeking* consiste na utilização do poder coercitivo que o estado possui para assegurar lucros extraordinários a um determinado grupo, empresa ou indivíduo.

¹⁷ Aron (2008 [1967], p.670) coloca que a teoria das elites governantes apresentada por Pareto guarda muitas semelhanças com as contribuições de Gaetano Mosca, sociólogo italiano que escrevera poucos anos antes de Pareto.

Pareto também foi o autor de diversas contribuições para a economia neoclássica. Mosca (2018, p.31-32) associa à Pareto a formulação do conceito de ótimo na teoria do bem-estar, a utilização da utilidade ordinal na análise econômica e seu envolvimento em discussões sobre a distribuição da renda. Ela também menciona que, junto com Enrico Barone, Pareto contribuiu para a teoria da produtividade marginal e entrou no debate do cálculo econômico socialista.

Na verdade, a participação de Pareto e Barone no debate do cálculo econômico não foi tão direta como Mosca (2018) dá a entender. Pareto e Barone são considerados por Barbieri (2004), representantes significativos do que ele chama de “pré-história” do debate, porque suas contribuições aconteceram em um período anterior ao seu início. São atribuídos a eles alguns dos principais desenvolvimentos que levam à formulação do argumento da similitude entre economias de mercado e economias socialistas¹⁸.

A principal contribuição de Barone (1958 [1912]) para a *Scienza delle Finanze*, é feita em um artigo no qual ele discute o que chama de necessidades públicas. Segundo ele, esse tipo de necessidades é aquele que em todas as épocas e lugares foram supridas pelo estado. Ele entende que o custo total dessas atividades é distribuído de forma coercitiva entre os vários indivíduos, que pagam um “preço político” ao invés de um “preço econômico”.

Por conta da diferença existente entre o preço político e o preço econômico, Barone (1958 [1912], p. 167) critica a utilização da teoria marginalista para a resolução de problemas que envolvem as necessidades públicas, entendendo que as decisões sobre oferta, demanda, custo e financiamento dos bens que suprem essas necessidades nas democracias são feitas através da vontade da maioria por meio da delegação de poderes aos agentes públicos.

Como as majorias são capazes de impor uma parcela maior da carga tributária sobre outros grupos com menor representação, esse tipo de comportamento pode,

¹⁸ Esse argumento se baseia na premissa de que mesmo em economias socialistas existe o problema da alocação de recursos escassos, e dessa forma, algo semelhante ao sistema de preços deveria ser considerado para guiar as decisões de alocação. É com essa finalidade que, segundo Barbieri (2004, p.46), Pareto e Barone passam a descrever uma economia de mercado através de um sistema de equilíbrio geral que pudesse ser resolvido por um ‘ministério da produção’ em uma economia socialista. Barbieri (2004, p.48) entende que na visão de Pareto a solução do sistema de equações é inviável porque não se teria acesso a todas as informações necessárias para o cálculo do preço de todos os bens. Todavia, as conclusões de Barone, segundo Barbieri (2004, p.54), são bastante ambíguas, de modo que são utilizadas posteriormente tanto pelos que defendem a possibilidade de cálculo econômico no socialismo, quanto por aqueles que a rejeitam.

segundo ele, gerar revoltas internas ou migração para outras regiões. Na interpretação de Fausto (2006, p.78), Barone antecipa algumas das conclusões do modelo de Tiebout (1956) ao relacionar a questão fiscal com a decisão do local de moradia dos contribuintes¹⁹.

Dentre todas as características da tradição italiana de finanças públicas, alguns elementos se destacam: 1) individualismo metodológico; 2) pioneirismo na utilização da abordagem marginal para as finanças públicas; 3) rejeição do utilitarismo por simples agregação; 4) aceitação da premissa de que os agentes públicos, assim como os demais cidadãos, agem movidos por seu auto interesse; e 5) a utilização de uma abordagem multidisciplinar para as finanças públicas que passa pela discussão de teorias do estado.

1.3 O CONTATO DE BUCHANAN COM A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nesta seção é explicado como ocorre o contato e a imersão de Buchanan na tradição italiana de finanças públicas, bem como, de que maneira essas ideias são utilizadas por ele no período anterior à composição de *The Calculus of Consent* (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]).

Conforme discutido anteriormente, a barreira do idioma, e o fato de se desenvolverem duas tradições distintas, uma no mundo de língua inglesa e outra no restante da Europa Ocidental, fez com que a tradição italiana de finanças públicas levasse vários anos até que fosse conhecida na Inglaterra e nos Estados Unidos. A primeira dessas obras a ser traduzida para o inglês foi o livro de De Viti De Marco (1958 [1923]), *First Principles of Public Finance* em 1936.

Essa tradução possivelmente foi motivada pela resenha feita dois anos antes por Frederic Benham (1934), que avaliou uma versão em alemão, e o considerou o melhor livro já publicado sobre o assunto. Todavia, essa boa receptividade entre os acadêmicos de língua inglesa esteve longe de ser consenso. Logo após sua tradução para o inglês, uma das primeiras críticas foi feita por Henry Simons (1937). Simons, que posteriormente seria professor de Buchanan na *University of Chicago*, escreveu uma resenha bastante desfavorável. Segundo ele: “*To call it a great book, however, is*

¹⁹ O modelo de Tiebout (1956), também conhecido como *voting by feet*, assume que os indivíduos tendem a migrar para locais em que a cesta de bens públicos oferecidos em relação aos tributos cobrados atende melhor às suas preferências.

a disservice to the cause of higher standards and better orientation in economic inquiry" (SIMONS, 1937, p.717)²⁰.

Essa tradução possibilitou com que Buchanan tivesse seu primeiro contato com a teoria das trocas voluntárias. Ele diz não ter tanta certeza sobre a data em que leu esse livro pela primeira vez, mas acredita que tenha sido em 1947, durante seu primeiro ano na *University of Chicago* (BUCHANAN, 2016 [2008], p.129). Embora considere que inicialmente o livro não lhe tenha chamado tanto a atenção, vindo somente mais tarde a reconhecer seu valor (BUCHANAN, 2016 [2008], p.129), ele chega a citar esse livro em sua tese de doutorado (BUCHANAN, 1948). Muitos anos depois, fazendo um retrospecto Buchanan (2007, p.208-209) inclui De Viti De Marco entre os dez autores que tiveram maior influência sobre sua forma de pensar.

Após obter seu título de Ph.D., Buchanan inicia sua carreira como um economista de finanças públicas na *University of Tennessee*, onde mesmo que ele a considere como um ambiente pouco propício ao desenvolvimento de novas ideias (BUCHANAN, 2007, p.196), publica um texto significativo para a divulgação da teoria das trocas voluntárias no mundo de língua inglesa: "*A Pure Theory of Government Finance: A Suggested Approach*" (BUCHANAN, 1999a [1949]).

Nesse artigo, Buchanan (1999a [1949]) coloca que há duas perspectivas distintas na análise das finanças governamentais. Uma está fundada sobre a ideia de um estado organicista e a outra sobre uma perspectiva individualista. Na análise organicista o estado só precisa decidir qual é a função a ser maximizada, e assim maximizar o bem-estar. Para a perspectiva individualista, a satisfação das necessidades dos indivíduos é mais complexa, pois o estado não tem outra finalidade que não seja satisfazer os desejos dos indivíduos coletivamente, e o sistema fiscal é o meio para se alcançar esse fim.

Considerando as duas perspectivas apresentadas por Buchanan (1999a [1949]), Wagner (2017, p.45) aponta que nesse trabalho ele enfatiza o mesmo ponto

²⁰ Em uma entrevista publicada por Mosca (2016), Buchanan (2008), ao ser perguntado sobre o que achava das duas famosas revisões do livro de De Viti De Marco, feitas por Benham e por Simons, respondeu: "*Of course my prejudices come as a result of my own thinking about it, that is: Benham was right and Simons was totally wrong. But why? I thought about that yesterday, when you were coming down to talk to me. Why did Simons, who was one of my professors, a very, very, very bright man, why should he have reacted that way? He called it 'a monument of confusion.' I think the mindset of the American and English economists were just so locked into studying markets and no attention paid whatsoever to the organization of the collective sector, that it just didn't make much sense to him, it's the only way I can figure, because he was very sharp, very bright, but he didn't get into that category at all. I never knew Benham, but certainly in that review he understood the impact of the book*" (BUCHANAN, 2016 [2008], p.129).

colocado por Wicksell (1958 [1896]), de modo que a abordagem organicista seria melhor aplicável aos regimes despóticos, enquanto a abordagem individualista era mais adequada à democracia²¹. Propostas semelhantes às de Buchanan (1999a [1949]) já haviam sido trabalhadas por alguns dos teóricos italianos das finanças públicas.

Em 1951, Buchanan recebe uma proposta para fazer parte do corpo docente da *Florida State University*, onde fica até 1955. Nesse período ele escreve vários artigos defendendo a abordagem individualista das finanças públicas em diferentes contextos (BUCHANAN, 1951a; 1951b; 1952a; 1952b; 1952c). A grande crítica que a teoria das trocas voluntárias sofria entre os economistas do setor público era a sua baixa capacidade de aplicação prática (MUSGRAVE, 1939; 1941; SIMON, 1941). Johnson (2015, p.183) coloca que para ilustrar a aplicabilidade da teoria das trocas voluntárias, Buchanan escreveu uma série de artigos entre 1951 e 1952 utilizando problemas de bens públicos em que essa metodologia era aplicada. Com isso, ele conseguiu expor uma série de deficiências implícitas na abordagem planejadora da economia, que surgiam ao modelar as decisões do governo sobre os gastos públicos e ao avaliar as ações governamentais. Esses problemas eram muitas vezes ignorados pela teoria das finanças públicas de sua época.

Ideias semelhantes também são desenvolvidas por Buchanan ([1954a] 1999; [1954b] 1999) durante seu período na *Florida State University*. No primeiro artigo ele faz uma crítica ao teorema da impossibilidade de Arrow (1963 [1951]), argumentando que a maneira como os valores sociais eram apresentados por ele eram inconsistentes com uma sociedade democrática, pois as preferências individuais por definição eram incompatíveis umas com as outras e impossíveis de serem medidas. No segundo artigo ele compara o sistema eleitoral com o sistema de mercado, mostrando que existem diferenças institucionais importantes entre um e outro.

Segundo Meadowcroft (2013, p. 18), é nesse mesmo ano que Buchanan aplica para uma bolsa *Fulbright* a fim de pesquisar a fundo a tradição italiana de

²¹ Esse texto de Wicksell ([1896] 1958), lido originalmente em alemão por Buchanan, e posteriormente traduzido por ele próprio para o inglês, é considerado por Buchanan ([1986] 1999) uma de suas principais referências. Nesse texto Wicksell ([1896] 1958) defende a adoção de uma regra de unanimidade (ou quase-unanimidade) em decisões fiscais na democracia, para evitar que um grupo majoritário aprove um gasto público que será custeado por grupos minoritários. Para mais informações sobre o primeiro contato de Buchanan com esse trabalho de Wicksell ver Buchanan, ([1986] 1999), Johnson (2014), Brooks (2018) e Marciano (2019b).

finanças públicas. Sua proposta foi aceita, e Buchanan vive na Itália como pesquisador de setembro de 1955 a agosto de 1956.

Durante o período que passou na Itália, Buchanan (2007, p.91) relata ter feito duas coisas que considera decisivas para suas pesquisas posteriores em economia política. A primeira delas foi o término da tradução do ensaio de Wicksell (1958 [1896]) para o inglês. A segunda foi ler a obra dos diversos autores da tradição italiana que enfatizavam o estudo das estruturas de decisão política, tanto em análises positivas quanto normativas de economia política. Para Buchanan (2007, p.92) “*This perspective has much in common with eighteenth-century conceptions from which emerged both the ideas of the Scottish Enlightenment and those of the American Founding Fathers*”.

Ele volta para os Estados Unidos em 1956, quando passa a trabalhar na *University of Virginia* (UVA), e começa a escrever seu primeiro livro individual: *Public Principles of Public Debt* (BUCHANAN, 1999b [1958]), baseado no que aprendera na Itália sobre o endividamento público (BUCHANAN, 1999a [1986]).

Um ensaio mais amplo, no qual Buchanan (1960) compila as contribuições dos diversos autores da tradição italiana de finanças públicas, também é escrito nesse período. Buchanan (2007, p.90) relata que o escreveu entre 1956 e 1957.

Ainda em 1957, Buchanan inicia, em conjunto com G. Warren Nutter, o *Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy at the University of Virginia*. Esse centro de pesquisa reuniu o primeiro grupo dedicado ao estudo da *public choice* e pode ser considerado o berço da economia constitucional por ter possibilitado a reunião de seus primeiros pesquisadores.

Em 1958, Gordon Tullock se une ao *Thomas Jefferson Center* como pós-doutorando, e escreve alguns artigos que posteriormente se tornam parte de *The Calculus of Consent* (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]). Todavia, conforme Buchanan e Tullock (1999 [1962], p.15) relatam, a decisão final de escrever um livro foi tomada em setembro de 1959 e posta em prática durante o ano acadêmico de 1959-1960. Curiosamente esse foi o mesmo ano de publicação do ensaio de Buchanan (1960) sobre a tradição italiana, evidenciando que essas ideias ainda estavam bastantes presentes em sua memória.

Conforme argumentado nesta seção, no período anterior à criação da economia constitucional Buchanan estava bastante envolvido na aplicação dos princípios defendidos pela tradição italiana de finanças públicas. Ele utiliza essas

ideias para a análise de problemas relacionados ao setor público, ao mesmo tempo em que começa a se debruçar sobre questões que posteriormente seriam reconhecidas por ele próprio como o objeto de estudo da economia constitucional.

1.4 A BASE TEÓRICA DA ECONOMIA CONSTITUCIONAL E A TRADIÇÃO ITALIANA DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nesta seção são apresentados os elementos que Buchanan (1990) considera essenciais para a formação da economia constitucional e que, segundo ele, advém da economia política clássica e da filosofia do contrato social. Conforme será argumentado aqui, esses mesmos elementos são reconhecidos anteriormente por Buchanan (1960) na tradição italiana de finanças públicas, estando entre os aspectos que lhe chamaram a atenção dentro dessa literatura, embora não tenham sido nesse texto diretamente associados à economia política clássica e à filosofia do contrato social.

Não será feita aqui uma leitura crítica da análise feita por Buchanan (1960) da tradição italiana de finanças públicas ou dos elementos que Buchanan (1990) considera como herdeiros da economia política clássica e filosofia do contrato social. Tal leitura fugiria ao escopo deste artigo, que busca identificar os pontos que Buchanan (1960) considera relevantes na tradição italiana, mas que posteriormente atribui à economia política clássica e à filosofia do contrato social.

A correspondência entre as ideias dessas correntes e a economia constitucional, aliadas ao contexto histórico da exposição de Buchanan a elas, são um forte indício de que a tradição italiana serviu como canal de transmissão dos pontos considerados por ele como principais na economia política clássica e na filosofia do contrato social, representando uma influência muito mais direta sobre a formação da economia constitucional do que geralmente lhe é atribuída (WAGNER, 2003; MEDEMA, 2009; JOHNSON, 2014; 2015; MARCIANO; MOSCA, 2018).

A interpretação de que a tradição italiana de finanças públicas é uma herdeira da economia política clássica, podendo servir como instrumento de propagação de alguns de seus princípios não é consenso entre os estudiosos do tema. Ao abordar especificamente a questão das finanças públicas, Wagner (2003) considera a tradição italiana como herdeira do cameralismo alemão e antagônica à economia política clássica. Seus argumentos se baseiam na comparação entre os princípios de tributação apresentados por Adam Smith e os de seu contemporâneo, o cameralista

Johann Heinrich Gottlob von Justi, que parecem estar mais próximos de algumas posições assumidas posteriormente pelos italianos²².

Embora se aceite que a tradição italiana de finanças públicas, bem como outros teóricos das trocas voluntárias por toda a Europa continental tenham recebido uma forte influência do cameralismo alemão, pode-se imaginar que tenham sido influenciados também por determinados aspectos da escola clássica de economia política, em especial pelos trabalhos de Adam Smith. Paganelli (2017, p.10), ressalta que *Wealth of Nations* se tornou popular imediatamente após sua publicação em 1776, sendo traduzido para o alemão no mesmo ano e para o francês e o italiano em menos de três anos. Alguns dos elementos de sua obra acabaram por ser incorporados na teoria econômica desenvolvida por toda a Europa, inclusive permeando a teoria das trocas voluntárias pouco mais de um século depois.

De fato, os elementos que Buchanan (1990, p.10) considera como oriundos da economia política clássica, sobre os quais a economia constitucional se baseia, são advindos de sua interpretação da obra de Adam Smith. As questões levantadas por Smith, conforme Buchanan (1990, p.10) coloca, estão em descobrir qual o conjunto de normas dentro das quais as pessoas agem que as transforma em produtoras de bens que atendem as preferências de outros. Para responder a essa pergunta, Buchanan (1990, p.10) entende que Adam Smith compara sistemas econômicos alternativos, ou seja, o sistema mercantilista com um sistema de mercado (menos intervencionista). Sua conclusão normativa é a de que a riqueza das nações pode ser aumentada com menor controle político sobre as decisões econômicas, elevando o padrão de vida de todos.

Nesse ponto o trabalho de Adam Smith, segundo Buchanan (1990), está exatamente dentro do domínio da economia constitucional, que teria por objeto justamente verificar quais as restrições que fazem com que as pessoas se comportem como consumidoras e produtoras. Ele coloca que as instituições que definem a ordem política e econômica são as variáveis sujeitas à reforma, e o limite para essas alterações está no acordo entre as partes.

²² Wagner (2003) coloca que Justi propõe mais normas que Adam Smith para limitar o poder de tributação do estado. Ele também coloca que enquanto para Smith o estado deveria ter nos tributos sua única fonte de arrecadação, não se envolvendo em atividades que poderiam ser exercidas pela iniciativa privada, Justi defende que o estado deve participar da ordem econômica gerando receitas através de suas empresas, sendo a tributação a última fonte de recursos financeiros para o setor público.

Essas questões de economia constitucional, que Buchanan (1990) considera herdeiras da economia política clássica, estão presentes na leitura que faz da tradição italiana de finanças públicas. Buchanan (1960, p. 27) coloca que Francesco Ferrara, um dos primeiros autores dessa tradição, foi quem supervisionou a tradução de grande parte das obras da economia política clássica para o italiano, tendo escrito prefácios bastante longos ao início de cada livro com seus próprios comentários a respeito do trabalho de cada autor.

A influência da escola clássica sobre Ferrara não se limitou aos prefácios que escreveu nas traduções das principais obras para o italiano. Buchanan (1960, p.28-29) coloca que Ferrara interpreta em suas contribuições para as finanças públicas a criação do estado como um desdobramento natural da divisão do trabalho. Por essa perspectiva, o governo é um produtor de serviços públicos e os impostos são o preço que se paga por eles. Essa interpretação feita por Ferrara, segundo Buchanan (1960, p.29), é o elemento que inaugura a tradição italiana de finanças públicas.

Outra semelhança observada por Buchanan (1960, p. 29) entre o trabalho de Ferrara e de Smith (1776), reside na conclusão de que essa divisão do trabalho entre o setor público e os setores privados, traria resultados benéficos a todos os membros da sociedade, de modo que inclusive a classe trabalhadora também partilharia de seus frutos.

Outro autor identificado por Buchanan (1960) cujo trabalho guarda semelhanças com o pensamento de Smith (1776) é Luigi Einaudi. Segundo Buchanan (1960, p.45), Einaudi tem em seus escritos a defesa de um modelo institucional que tem por finalidade a maximização da renda de todos os membros de sua comunidade. Em sua leitura de Einaudi, um imposto que recaísse igualmente sobre cada porção da renda teria o efeito de maximizar a produção de renda real.

A discussão sobre regras, nesse caso tributárias, que geram resultados sociais desejáveis, é o que Buchanan (1999a [1964]; 1990, pp.10-11) descreve como a proposta de Adam Smith. De fato, Buchanan (1960, p. 34) destaca como o elemento mais importante no pensamento fiscal italiano aquilo que posteriormente é considerado por ele como o objeto da economia política de Smith: a comparação entre arranjos institucionais alternativos (BUCHANAN, 1999a [1964]; 1999a [1976]; 1990)).

Esse aspecto, chamado por Buchanan (1960, pp.34-37) de dualidade básica, é encontrado por ele na obra de Ferrara, ao comparar dois diferentes modelos de estado: “filosófico” e “opressor”. Comparações semelhantes também teriam sido

seguidas por outros autores como De Viti De Marco e Fasiani, que comparam modelos de estado “cooperativo” e “monopolístico”. Essas estruturas pressupunham diferentes comportamentos, resultados e funções fiscais tanto para o erário como para o indivíduo.

Além dos elementos da economia política clássica na tradição italiana de finanças públicas, os elementos da filosofia do contrato social também estão presentes na leitura de Buchanan (1960) dessa tradição. A associação entre a teoria das trocas voluntárias e a filosofia do contrato social é feita anteriormente pelo próprio Buchanan (1948) e por Musgrave (1959). Todavia, pretende-se aqui preencher uma lacuna entre os trabalhos de Medema (2009), Johnson (2015) e Marciano (2019), que enfatizam a importância da teoria das trocas voluntárias para o estudo das finanças públicas do pós-guerra, e o de Congleton (2014) e Colombatto (2018) que estudam o contrato social na obra de Buchanan, mas nenhum dos dois grupos o associa à tradição italiana de finanças públicas ou à teoria das trocas voluntárias.

A filosofia do contrato social é definida por Cudd e Eftekhari (2018) como as diferentes teorias políticas e morais justificadas pelo consentimento ou acordo mútuo. Assim, segundo esse princípio, a legitimidade da autoridade política e o conteúdo de normas morais somente pode ser validada pelo consentimento de cada indivíduo que a elas estará sujeito. Aplicando esse princípio às decisões fiscais, encontra-se que, tanto o princípio da tributação pelo benefício, quanto a teoria das trocas voluntárias, da qual a tradição italiana faz parte, se enquadram nessa definição. Isso ocorre porque, de modo geral, ambas pressupõem que a relação entre o indivíduo e o fisco deve ser consensual.

Embora o princípio do benefício e a teoria das trocas voluntárias estejam fundamentadas na ética do contrato social, existem diferenças entre eles, sendo a teoria das trocas voluntárias considerada um desdobramento do princípio do benefício (JOHNSON, 2015, p.175). Musgrave (1939, p.213) explica algumas das diferenças substanciais entre esse princípio e essa teoria. Para ele, embora ambas associem os gastos públicos com seu financiamento via receitas, a teoria das trocas voluntárias se baseia na teoria da utilidade marginal como base para explicação do valor e da determinação dos preços dos bens e serviços fornecidos pelo estado, tendo transformado em condição de equilíbrio o que no princípio do benefício se baseava em um preceito ético [o contrato social].

Os modelos de estado derivados do contrato social são reconhecidos por Buchanan (1960, p.35) no que De Viti de Marco chama de estados 'cooperativos', 'democráticos' ou 'individualistas'. Buchanan (1960, p.32-33) identifica nos trabalhos de Gaetano Mosca e de Vilfredo Pareto uma crítica à confiança de que os agentes públicos irão necessariamente defender o interesse público. Tanto Mosca quanto Pareto consideram que as classes governantes compõem uma elite que possui seus próprios interesses. Isso faz com que as decisões coletivas deixem de representar a vontade de todos caso não sejam feitos ajustes para incluir a opinião de cada indivíduo, conforme requerido por uma teoria do contrato.

Para Buchanan (1960, p.47), o pensamento fiscal italiano nunca esteve sujeito à herança utilitarista que dominou a literatura de língua inglesa. Buchanan (1960, p.46-47) cita Barone e Einaudi como exemplos de autores que criticam as teorias fiscais do sacrifício propostas pelos britânicos por considerar que a utilidade da renda não é comparável para diferentes indivíduos.

Outro ponto considerado por Buchanan (1960) e que está relacionado à teoria do contrato, refere-se à existência de coerção do estado aos contribuintes através das escolhas fiscais. Ele considera essa discussão uma consequência natural da premissa de que existe sempre uma elite governante, conforme defendido por Mosca e Pareto. Essa teoria da coerção através das escolhas fiscais foi desenvolvida, segundo sua leitura, por Conigliani, Murray, Barone, Cosciani, Montemartini e Pantaleoni.

Buchanan (1960, p.66-67) entende que para esses autores as decisões coletivas são diferentes das individuais. Embora os bens coletivos sejam muitas vezes associados à obrigatoriedade de seu financiamento via impostos, ele coloca que para Pantaleoni a ação coletiva não implica necessariamente em coerção, desde que o objetivo seja satisfazer as utilidades individuais e o financiamento dos serviços públicos seja voluntário.

O elemento da coerção nas escolhas fiscais é também discutido por Montemartini. Segundo Buchanan (1960, p.65-66), Montemartini considera três formas distintas de os indivíduos, que podem agir como "empreendedores políticos", adquirirem os bens e serviços que lhes trazem utilidade. A primeira é através da compra individual; a segunda é por meio de uma associação privada e voluntária; e a terceira é pedindo para o estado lhes fornecer. O critério utilizado para decidir a forma de aquisição é pelo menor custo.

Para ilustrar essa ideia, Buchanan (1960, p.65-66) replica um exemplo numérico usado por Montemartini. Ele imagina uma sociedade composta por dez indivíduos com uma renda igualmente distribuída de \$10 cada. Supõe-se que a provisão de uma fonte de água custe \$56, e que oito indivíduos estejam dispostos a contribuir para ter acesso à água enquanto dois não querem.

Se os oito se associarem de forma voluntária o custo para cada um será de \$7, ao passo que se os dez contribuírem, o custo total por indivíduo será reduzido à \$5,60. Teoricamente é de se esperar que os oito utilizem o governo para coagir os outros dois a adquirir a fonte de água em conjunto. Entretanto, conforme colocado por Buchanan (1960, p.66), Montemartini considera que a situação é um pouco mais complexa, pois haverá um custo para impor a coerção necessária sobre os outros dois indivíduos para que contribuam.

Nesse caso, mesmo que a provisão de maneira pública (e consequentemente compulsória) fosse capaz de reduzir o valor pago por indivíduo para o fornecimento de água, caso o custo para coagir os outros dois indivíduos a contribuir seja maior que a diferença entre o valor pago com a associação privada e o fornecimento público, os oito interessados no suprimento de água iriam considerar mais vantajosa a associação privada voluntária.

Esses são os principais elementos destacados por Buchanan (1960) na tradição italiana que discutem modelos de provisão de bens coletivos. A partir deles, se pode reconhecer a abordagem do contrato social na tradição italiana de finanças públicas através de formas não coercitivas de atender às necessidades coletivas.

Conforme defendido nesta seção, os elementos da economia política clássica e da filosofia do contrato social que Buchanan considera ancestrais à economia constitucional, são identificados por ele na tradição italiana de finanças públicas. Ele evoca Adam Smith quando reconhece em Ferrara, Einaudi, De Viti De Marco e Fasiani comparações entre arranjos institucionais alternativos e a aplicação da divisão do trabalho para as finanças públicas. A filosofia do contrato é identificada em vários outros teóricos através de trocas voluntárias, da rejeição ao utilitarismo e da proposição de modelos de finanças públicas sem coerção.

A *scienza delle finanze* adquire maior relevância na composição da economia constitucional justamente porque Buchanan (1990) reconhece que é a união da economia política clássica com a filosofia do contrato social que permite o surgimento da economia constitucional. Buchanan (1990, p.10) considera Adam Smith o precursor

direto da economia constitucional quando sua teoria é embebida pela filosofia do contrato social. Ao analisar a leitura que Buchanan (1960) faz da tradição italiana de finanças públicas, torna-se mais clara a origem de tal associação.

1.5 CONCLUSÃO

A economia constitucional procura estudar o efeito das regras sobre o comportamento humano e seus efeitos sobre a sociedade. Esse programa de pesquisa que tem início com a publicação do livro “*The Calculus of Consent*” (BUCHANAN; TULLOCK, [1962] 1999), guarda uma relação bastante próxima com a tradição italiana de finanças públicas.

Diversos elementos unem e separam os autores da tradição italiana. Todavia, alguns aspectos fizeram com que essa tradição se destacasse dentro da teoria das trocas voluntárias. Esses elementos são: 1) individualismo metodológico; 2) pioneirismo na utilização da abordagem marginal para as finanças públicas; 3) rejeição do utilitarismo; 4) proposição da hipótese de que os agentes públicos, assim como os demais cidadãos, agem movidos por seu auto interesse; e 5) a utilização de uma abordagem multidisciplinar para as finanças públicas, que passa pela definição das características do estado.

Essa tradição intelectual, é descoberta por Buchanan no início de sua carreira, e o leva passar um ano como *Fulbright Scholar* na Itália a fim de se aprofundar em seus elementos teóricos. A economia constitucional é iniciada pouco tempo após seu retorno aos Estados Unidos.

No relatório que Buchanan (1960) faz de suas pesquisas sobre a tradição italiana de finanças públicas, são evidentes os elementos que, muito tempo depois, Buchanan (1990) irá relacionar à economia política clássica e à filosofia do contrato social atribuindo um papel especial para a formação da economia constitucional. Com relação à economia política clássica, Buchanan (1990) se apoia em sua leitura de Adam Smith, enquanto já havia identificado nos autores italianos a aplicação para as finanças públicas da ideia de que benefícios sociais advém do auto interesse e da divisão do trabalho, além da comparação de resultados entre arranjos institucionais alternativos.

Quanto à filosofia do contrato social estar inserida na tradição italiana de finanças públicas, Buchanan (1960) identifica entre esses autores a defesa de trocas voluntárias entre o setor público e os cidadãos, a rejeição a premissas utilitaristas

como as teorias fiscais do sacrifício e a defesa de modelos fiscais onde a coerção está ausente.

Ao argumentar que a tradição italiana de finanças públicas foi o meio pelo qual as ideias que Buchanan considera oriundas da economia política clássica e da filosofia do contrato social foram propagadas até ele, este artigo apresenta uma nova evidência para sustentar a afirmação de que a posição intelectual de Buchanan é coerente ao longo de toda a sua carreira e de que forma essas ideias atuaram em conjunto para a formação de seu pensamento.

2. AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DE JAMES M. BUCHANAN SOBRE OS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS

2.1 INTRODUÇÃO

Como se pode observar no primeiro capítulo, parte da originalidade do pensamento de Buchanan nos primeiros anos de sua carreira se deve ao fato de ele ter buscado referências pouco convencionais às finanças públicas de língua inglesa. Neste capítulo defende-se que Buchanan não se detém apenas a dialogar com os autores de sua área, interagindo também com um dos principais filósofos de sua época.

Buchanan (2007, p.203) conta que no final de 2002 ele recebeu uma carta do professor Ole Waeber, na época editor-chefe do periódico dinamarquês *Politologisk Studier*, pedindo a ele que escrevesse cerca de uma página sobre cada um dos dez autores que tiveram maior influência sobre a sua vida acadêmica e contar como seu trabalho foi influenciado por essas obras. Dentro dessa lista de dez autores, entre vários economistas, Buchanan incluiu o filósofo John Rawls²³.

Em sua discussão sobre de que forma o trabalho de Rawls foi significativo, Buchanan (2007, p.214) coloca que a carreira acadêmica e a obra de Rawls são mais ou menos contemporâneas e paralelas às suas próprias, ao invés de uma ter exercido influência sobre a outra. Ele coloca que, embora tenham trabalhado em áreas distintas, ambos partilhavam de diversos valores e opiniões.

A nova abordagem do contrato social para a filosofia política tem sua origem no trabalho de Rawls, sendo seu livro *A Theory of Justice* um marco no desenvolvimento das ideias dessa vertente (BARRY, 1973; KRAUS, 1987, p.302; KLIEMT, 1998, p.6; HAUSMAN; MCPHERSON, 2006, p.201; DUTT; WILBER, 2010, p.48; D'AGOSTINO; GAUS; THRASHER, 2019). As abordagens do contrato social de Buchanan e de Rawls possuem traços em comum, embora Buchanan se concentre no processo de decisão política e de agregação de preferências individuais pelo setor público (BUCHANAN, 1999a [1949]; 1999a [1954a]; 1999a [1954b]; BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]), enquanto a preocupação de Rawls está em estabelecer uma teoria da justiça (RAWLS, 1958; 1963; 1999 [1971]).

²³ A lista é composta por Frank H. Knight, Knut Wicksell, Kenneth Arrow, Antonio de Viti de Marco, Rutledge Vining, Gordon Tullock, John von Neumann e Oskar Morgenstern, F.A. Hayek, John Rawls e Adam Smith. Adicionalmente ele diz que incluiria também Milton Friedman e Paul Samuelson (BUCHANAN, 2007, p.218).

O argumento de Buchanan, tanto no desenvolvimento de sua abordagem do contrato social para as finanças públicas, quanto em outras áreas, apoia-se na regra de unanimidade inspirada na tese de Knut Wicksell (1958 [1896]). Sob esse princípio, para que determinada norma seja aceita é necessária a aprovação unânime da comunidade. Essa exigência é feita para evitar que majorias simples sejam capazes de coagir as minorias. Buchanan e Tullock (1999 [1962]) consideram que se para chegar à unanimidade for permitida a livre negociação entre aqueles que estarão sujeitos às novas regras, a situação de todos será melhorada ao ponto de exaurir todos os ganhos de troca. Essa condição na política é equivalente ao ótimo de Pareto da economia do bem-estar, em que a situação de nenhum indivíduo pode ser melhorada sem que a de outro seja prejudicada.

A exigência do consentimento de todos os afetados pela mudança nas regras é bastante semelhante à filosofia política do contrato social, de modo que Leister (2005, p.24) e Wagner (2017, p.33) reconhecem que a regra de unanimidade wickselliana tem suas raízes nos contratarianistas clássicos²⁴.

Apesar de a publicação de *A Theory of Justice* ocorrer somente em 1971, Reisman (2015, p. 53) aponta que ambos, Buchanan e Rawls, desenvolvem suas teorias do contrato social a partir dos anos 1950 de forma independente. Na verdade, conforme será apresentado adiante, o primeiro contato de que se tem registro entre os dois autores ocorre somente no início dos anos 1960, quando ambos descobrem que a abordagem do contrato social está sendo utilizada também pelo outro.

Neste capítulo pretende-se apresentar as reações de James Buchanan ao conceito rawlsiano de justiça e suas interpretações sobre a proposta da obra de Rawls. Observa-se, através da análise de cartas, resenhas, artigos, livros e citações feitas por Buchanan, que sua interpretação dos escritos de Rawls sofreu algumas modificações substanciais com o tempo, conforme admitido pelo próprio Buchanan (2002, p.489) em uma resenha sobre o último livro de Rawls (2001).

²⁴ Leister (2005) utiliza o termo “contratualistas”, possivelmente significando contratarianistas (tradução para o termo que em inglês é *contractarians*). Isto é deduzido pois ela não se refere especificamente ao contratualismo kantiano (termo que no idioma inglês é definido por *contractualism*), mas ao contratarianismo (*contractarianism*) de modo geral. Neste artigo se utilizam os termos “contratarianismo” como tradução de *contractarianism*, designando não apenas a abordagem de filiação hobbesiana, mas também às teorias que de modo geral fazem uso do contrato social. O termo “contratualismo” é utilizado aqui para se referir a uma forma específica de teoria do contrato social, ligada à tradição de Kant e Rousseau. Para mais detalhes sobre essas diferenças na abordagem do contrato social, ver Hamlin (2013).

De modo mais específico, mostra-se que após uma grande discordância, Buchanan passa a ser mais simpático à contribuição de Rawls, interpretando seu trabalho por uma perspectiva que admite semelhanças entre eles.

O enfoque deste capítulo está na percepção que Buchanan teve ao longo de sua carreira sobre os princípios de justiça levantados por Rawls. Dessa forma, este trabalho é diferente do de Reisman (2015), que dedica um de seus capítulos para comparar as ideias de justiça social dos dois autores, apontando as semelhanças e diferenças. Tampouco é igual aos trabalhos de Munger (2018), Peart e Levy (2008) e Levy e Peart (2020), que discutem alguns dos fundamentos metodológicos que acabam por permear a obra de Buchanan e de Rawls.

Este capítulo está dividido em outras cinco seções além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2.2 é mostrado como a literatura tem comparado as teorias de Buchanan e Rawls de modo a estabelecer a posição de cada um sobre alguns dos principais pontos levantados por eles em suas abordagens do contrato social. Na seção 2.3 são relatados os primeiros contatos entre os autores, bem como algumas das reações de Buchanan aos trabalhos de Rawls anteriores à *Theory of Justice*. Na seção 2.4 discute-se as principais ideias de *A Theory of Justice* às quais, em um primeiro momento, Buchanan se opõe frontalmente. Na seção 2.5 mostra-se que o tom das críticas de Buchanan diminui, bem como que ele sai em defesa de alguns elementos da teoria de Rawls. Na seção 2.6 apresentam-se as declarações de Buchanan sobre Rawls ao final de sua vida, momento no qual sua admiração e reconhecimento pelo trabalho do filósofo parecem ter aumentado. Por fim, são feitas as considerações finais.

2.2 O CONTRATO SOCIAL EM BUCHANAN E EM RAWLS

Nesta seção são mostradas as diferenças entre as abordagens de Buchanan e Rawls trazidas na literatura, em particular no que diz respeito ao tratamento do contrato social. Buchanan utiliza inicialmente a abordagem do contrato social em sua análise do setor público, através da qual ele critica a agregação de utilidades conforme empregada pela teoria econômica como regra de decisão coletiva (BUCHANAN, 1999a [1949]). Ele passa a incorporar a análise econômica do processo político e a apontar as “falhas de governo”, o equivalente político às falhas de mercado (MEDEMA, 2009; ALMEIDA, 2019). A partir dessa perspectiva,

Buchanan vai além e desenvolve um programa de pesquisa denominado economia constitucional, que tem como um de seus pilares a filosofia do contrato social.

Enquanto Buchanan elabora sua abordagem do contrato social na economia, na filosofia John Rawls desenvolve uma teoria da justiça sem se basear no utilitarismo como princípio de moralidade (RAWLS, 1958; 1999 [1971]). Como preceito ético para sustentar sua teoria, Rawls resgata a abordagem do contrato social proporcionando diversos avanços para a filosofia política e moral (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006, cap. 12).

Embora atuando em campos distintos, as abordagens de Buchanan e de Rawls apresentam diversos elementos em comum. Ao fazer uma comparação entre elas, Reisman (2015) encontra quatro pontos que as unem: 1) a relação entre procedimento e estado final; 2) o véu de desconhecimento; 3) a ênfase na liberdade; e 4) a aversão ao risco.

Existe tanto em Rawls quanto em Buchanan uma ênfase no processo adotado para a tomada de decisões coletivas, em vez da preocupação exclusiva com o resultado final. Essa pode ser entendida como uma característica dos que rejeitam o utilitarismo e o consequencialismo como princípio ético (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006). Reisman (2015, p.53-54) entende que ambos os autores não veem a justiça como um estado final, mas como o resultado de procedimentos e regras com os quais todos concordam. De acordo com esse preceito, se o processo pelo qual as regras são escolhidas é justo e se baseia no consentimento mútuo, então as regras oriundas desse processo também são justas.

Para Brennan e Brooks (2013, p.54) os trabalhos de Buchanan e Rawls são semelhantes ao se concentrarem na decisão sobre as instituições básicas da sociedade, que para eles devem ser escolhidas de forma unânime. Brennan e Brooks (2013) ainda colocam que Buchanan se apoia na unanimidade wickselliana porque ela teria uma relação especial com o critério de Pareto, no qual todos os que serão afetados podem exercer o veto. Nessa situação, através da negociação, segundo eles “*all gains from exchange are exhausted*” (BRENNAN; BROOKS, 2013, p. 54), e ninguém pode ter sua posição melhorada sem o consentimento dos outros.

Sobre o segundo ponto, o véu de desconhecimento, Reisman (2015, p.54) aponta que tanto Buchanan quanto Rawls assumem que no momento de elaboração do contrato social não há qualquer conhecimento relevante por parte dos indivíduos sobre como será sua situação no momento de implementação das regras. Isso ocorre

para que não haja qualquer viés de interesse particular no lugar do interesse geral. Buchanan e Tullock (1999 [1962]) se baseiam na incerteza enfrentada pelo indivíduo no presente quanto à sua condição futura como uma das formas de se conter eventuais abusos voltados ao favorecimento próprio. Rawls (1999 [1971]) é mais radical e propõe a utilização de um “véu de ignorância”, atrás do qual todos deveriam se colocar a fim de desconsiderar completamente suas características individuais e decidir de maneira imparcial.

Outro aspecto comum a Buchanan e a Rawls citado por Reisman (2015, p.55) é a ênfase que os dois autores dão à liberdade individual. Ele coloca que Rawls, baseando-se na crença de que a autonomia é um valor inviolável, prevê que os indivíduos irão sempre priorizar o direito à liberdade individual de maneira compatível com a de todas as outras pessoas. Reisman (2015, p. 55) interpreta esse princípio como a liberdade de fazer o que se deseja consigo mesmo, desde que não se infrinja o direito dos outros. Buchanan (1971, p.240; 2000 [1975], p.13) também compartilha desse princípio ao discutir a necessidade de tolerância com as diferenças para que todos possam desfrutar de maneira justa e igualitária da liberdade.

O quarto ponto comum entre os dois autores, levantado por Reisman (2015, p. 55-56), é que para ambos o agente representativo é avesso ao risco. Para ele, o fato é que ninguém na posição original pode saber, atrás do véu de ignorância, qual será sua situação futura, e assim, ele coloca que Rawls entende que a melhor condição para os menos favorecidos seria aceita por todos, pois qualquer pessoa poderia ocupar essa posição. Embora essa conclusão seja um ponto polêmico entre os dois autores, com Buchanan (1972) expressando claramente sua discordância, Reisman (2015, p.56) entende que a estratégia minimax frente ao risco (o melhor resultado entre os piores) está também presente na obra de Buchanan. Ela ocorreria através da regra de unanimidade, na qual se exige o consentimento inclusive dos mais vulneráveis. Todavia, Buchanan (1972; 2000 [1975]; 1976) se abstém completamente de fazer qualquer previsão quanto ao resultado que poderá surgir do contrato social, e essa acaba por ser uma das importantes diferenças entre os dois.

Na verdade, essas diferenças têm raízes um pouco mais profundas. Embora ambos sejam adeptos da abordagem do contrato social, suas vertentes possuem origens distintas. Hamlin (2013) classifica Buchanan como seguidor da tradição hobbesiana e Rawls da kantiana. Para Hamlin (2013) o contratarianismo hobbesiano se concentra em relações de vantagem mútua entre os participantes de um acordo,

enquanto para o contratualismo kantiano o enfoque está na observação das relações entre os indivíduos a partir de uma perspectiva imparcial.

Essa classificação ajuda, na verdade, a explicar a divergência entre Buchanan e Rawls sobre os limites da abordagem do contrato. Para Buchanan, como adepto da tradição hobbesiana, estimar o resultado que emergirá do contrato é extrapolar seus limites, enquanto para a tradição kantiana não. Os princípios de justiça levantados por Rawls, seriam, portanto, a descoberta de um “imperativo categórico”.

Mesmo havendo essas diferenças entre as contribuições dos dois autores, o pensamento de ambos possui diversos elementos em comum, como destacado no começo desta seção. Em grande parte, isso ocorre por haverem resgatado a abordagem do contrato social em uma época em que a tradição utilitarista predominava na filosofia e na economia. De fato, Buchanan e Rawls encabeçam um renascimento da teoria do contrato que possuiu grande relevância para as ciências sociais da segunda metade do século XX e continua em debate hoje. Ao assumirem a necessidade de consentimento nas interações entre indivíduos racionais e auto interessados como preceito ético para a existência da justiça, ambos estabelecem uma nova forma de compreender as interações sociais.

Embora haja diferenças entre a aceitação de Buchanan e de Rawls sobre até que ponto se pode inferir os resultados que emergirão de um livre acordo firmado entre as partes, as semelhanças na aplicação de uma metodologia próxima para áreas distintas é que motivaram sua aproximação.

2.3 A INTERAÇÃO ENTRE BUCHANAN E RAWLS ANTES DE *A THEORY OF JUSTICE*

O primeiro registro de contato de que se tem conhecimento entre os dois autores ocorre a partir de uma correspondência de Rawls endereçada a Buchanan datada de 7 de julho de 1962. Nessa carta, Rawls (2020 [1962], p.36) conta ter lido o livro de Buchanan e Tullock (1999 [1962]), *The Calculus of Consent*, com muito interesse e com grande prazer. Ele diz que enviará uma cópia de um artigo seu no qual analisa o conceito de justiça utilizando ideias da tradição do contrato social e que acredita que Buchanan terá interesse em ler.

Mesmo tendo gostado muito do livro, Rawls (2020 [1962], p.36) conta que o leu com certo pesar por perceber que Buchanan e Tullock (1999 [1962]) expuseram muitas ideias que ele também tivera, mas ainda não tinha escrito, e que os dois

conseguiram expressar muito bem, antecipando o que ele gostaria de ter dito. De qualquer forma ele se dizia satisfeito porque *“truth has been advanced”*.

Na percepção de Rawls (2020 [1962], p.36-37) a abordagem de Buchanan e Tullock (1999 [1962]) era similar à sua, no sentido em que *“We both begin with the problem of choosing a system of basic institutions – a constitution, and contrast this problem with that of specifying criteria for specific allocations”*. Ele coloca que como uma das questões centrais reside em escolher as regras pelas quais as decisões públicas serão tomadas, critérios éticos como o de Pareto se tornam bastante relevantes para esse tipo de análise.

Rawls (2020 [1962], p.37) entende que sua abordagem é similar à de Buchanan e Tullock (1999 [1962]) porque tanto Rawls quanto eles seguem a ideia principal de uma tradição do contrato social. Rawls (2020 [1962]) enxerga que sua abordagem pode ser complementar à deles, porque, como ele escreve: *“I derive first the principles of justice as the solution in a hypothetical original position. These principles then become binding in a hypothetical constitutional convention and serve to impose requirements on the constitutional structure (...)”*. Com relação à essa estrutura, Rawls (2020 [1962], p.37) entende que Buchanan e Tullock (1999 [1962]) *“take more or less as given and then proceed to consider what you call operational principles of the constitution, e.g., rules for voting etc.”*

Dessa forma, Rawls (2020 [1962], p.37) coloca que sua discussão em um artigo que escrevera recentemente sobre o tema se encerra na definição de *“essential constitutional liberties”* para uma sociedade democrática, e que Buchanan e Tullock (1999 [1962]) continuam com a discussão, levantando ideias muito ricas sobre outras partes da constituição.

Na resposta a essa correspondência, datada de 13 de julho de 1962, Buchanan (2020 [1962], p.38) agradece a Rawls pelos comentários, e diz que lamenta não ter tomado conhecimento antes de que havia desenvolvimentos semelhantes aos de sua própria teoria na filosofia política recente, embora ele e Tullock imaginassem que poderiam estar negligenciando alguma discussão importante.

Essa correspondência, na verdade, apoia a afirmação feita posteriormente por Buchanan (1999a [1986], p. 23-24) de que a elaboração de *The Calculus of Consent* foi feita de forma independente da “construção comparável” de John Rawls, mas que a descoberta de seu artigo *Justice as Fairness* (RAWLS, 1958) lhes deu confiança de

que estavam em uma “*reasonable track*”. Buchanan (1999 [1986], p.24) ainda coloca que a coincidência no período de suas obras iniciais e a semelhança básica nas construções analíticas fizeram com que ele partilhasse de uma afinidade com Rawls que, segundo ele: “*has seemed mysterious to critics of both of us*”.

A simpatia inicial de Buchanan pelo trabalho de Rawls pode ser explicada, além da cordialidade demonstrada em sua primeira carta, por alguns dos aspectos do artigo de Rawls, *Justice as Fairness* apresentarem muitas semelhanças com as ideias e métodos de Buchanan. Nesse artigo, Rawls (1958, p. 165) se concentra em um sentido de justiça que é “*essentially the elimination of arbitrary distinctions and the establishment, within the structure of a practice, of a proper balance between competing claims*”. Esse é basicamente o mesmo princípio de justiça utilizado por Buchanan e Congleton (1998) quatro décadas depois, ao defenderem um modelo de democracia não discriminatória.

Rawls (1958, p.165) complementa sua ideia de justiça fundamentando-a em dois princípios básicos: O primeiro é que “*(...) each person participating in a practice, or affected by it, has an equal right to the most extensive liberty compatible with a like liberty for all (...)*”. Embora Rawls não estivesse nessa época familiarizado com Wicksell ou mesmo com o trabalho de Buchanan, esse princípio se assemelha ao direito de veto que cada indivíduo possui na unanimidade wickselliana, recurso teórico amplamente defendido por Buchanan como princípio democrático. O segundo ponto é o de que “*(...) inequalities are arbitrary unless it is reasonable to expect that they will work out for everyone's advantage, and provided the positions and offices to which they attach, or from which they may be gained, are open to all*” (RAWLS, 1958, p.165). Rawls (1958, p.166) entende que esses princípios expressam a justiça como a união de três ideias: “*liberty, equality, and reward for services contributing to the common good*”.

A maneira como Rawls (1958) explica seu segundo princípio é condizente com a ideia apresentada por Buchanan, de que através da unanimidade wickselliana se chega a uma situação semelhante ao ótimo de Pareto. Na primeira carta que escreve a Buchanan, Rawls (2020 [1962]) demonstra ter associado sua teoria à condição de Pareto somente após a leitura de Buchanan e Tullock (1999 [1962]), embora já

descrevesse esse segundo princípio de forma semelhante a essa condição em 1958²⁵:

It should be noted that the second principle holds that an inequality is allowed only if there is reason to believe that the practice with the inequality, or resulting in it, will work for the advantage of every party engaging in it. Here it is important to stress that every party must gain from the inequality (RAWLS, 1958, p.167).

É interessante notar que, conforme relata Buchanan (2020 [1962], p.38) em sua resposta a Rawls, ele havia escrito outro artigo (BUCHANAN, 1999 [1962]) no mesmo ano em que ocorreu a publicação de seu livro com Tullock (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]) e então lhe promete enviar uma cópia. Ademais, como Rawls (2020 [1962]) demonstrara interesse em critérios éticos como ótimo de Pareto, o artigo de Buchanan (1999 [1962]) denominado “*The Relevance of Pareto Optimality*”, que estava no prelo, possivelmente o interessaria. De fato, o artigo esteve entre os três trabalhos de Buchanan posteriormente citados por Rawls (1999 [1971]) em *A Theory of Justice*, ao lado dos livros *The Calculus of Consent* (BUCHANAN e TULLOCK, 1999 [1962]) e *The Demand and Supply of Public Goods* (BUCHANAN, 1999 [1968])²⁶.

Nessa resposta, Buchanan (2020 [1962]) reconhece que deveria ter incluído estudiosos de outras áreas para debater o assunto abordado em *The Calculus of Consent*. Sendo assim, ele parece tentar corrigir essa omissão ao convidar pesquisadores de diferentes campos já para as primeiras reuniões do *Committee on Non-Market Decision Making*, embrião da atual *Public Choice Society*, em 1963. Kliemt (2008, p.224), Wagner (2013, p.65; 2017, p.3) e Boettke e Kroencke (2020) apontam que John Rawls estava presente em algumas das primeiras reuniões do grupo, assim como outros pesquisadores de diferentes campos²⁷.

²⁵ Segundo Little (2014, p.522), Pareto só é citado por Rawls em 1967.

²⁶ O interesse de Rawls pelo estudo da Economia e da citação de economistas em seus trabalhos é um fato curioso. Little (2014, p.504), aponta que as influências econômicas de Rawls residem nos desenvolvimentos na teoria da escolha social, economia do bem-estar, teoria dos jogos, teoria da decisão e a microeconomia que emerge dos anos 1950. Little (2014, p.522) também apresenta uma lista dos economistas citados por Rawls em seus ensaios entre 1955 e 1971, e Buchanan não aparece na lista. Ele somente é citado em *A Theory of Justice*, com os já mencionados três trabalhos. Todavia, a lista de economistas citados em Rawls (1999 [1971]) segundo Little (2014, p.523) é composta por 35 economistas. Dentre os economistas pós-revolução marginalista, os que recebem mais citações são Amartya Sen, com 16, seguido por Kenneth Arrow e Francis Edgeworth, com 8 citações cada.

²⁷ Além de Rawls da Filosofia, Boettke e Kroencke (2020) citam que nas primeiras reuniões participavam William Riker e os Ostrows [Vincent e Elinor], da Ciência Política e James Coleman da sociologia. Wagner (2013, p.65) conta que participou da reunião da Public Choice Society em Outubro

O tom elogioso e cordial das correspondências entre James Buchanan e John Rawls no período entre as publicações de seus livros mais conhecidos (BUCHANAN E TULLOCK, 1999 [1962] e RAWLS, 1999 [1971]), sugere que a relação entre eles era bastante amigável nessa época. O fato de Rawls ter participado de algumas reuniões da *Public Choice Society* em meados dos anos 1960 também é um indicador de que, embora trabalhando em áreas diferentes, tanto Buchanan quanto Rawls se interessam e contribuem um com o trabalho do outro.

2.4 A *THEORY OF JUSTICE* E AS REAÇÕES DE BUCHANAN À SUA PUBLICAÇÃO

Em 1971 é publicado o principal livro de Rawls denominado “*A Theory of Justice*”. Para o primeiro capítulo, Rawls (1999 [1971]) utiliza o mesmo título de seu artigo de 1958, *Justice as Fairness* (RAWLS, 1958), mas não se detém somente a esse capítulo para expor de forma revista e ampliada algumas de suas ideias já expostas anteriormente. O livro é dividido em três partes: *Theory*, *Institutions* e *Ends*, cada uma com três capítulos.

O objetivo do livro de 1971, escrito na forma de tratado, é mais ambicioso do que o do artigo de 1958. Enquanto no artigo Rawls (1958, p. 164) coloca que deseja “*to show that the fundamental idea in the concept of justice is fairness; and (...) wish to offer an analysis of the concept of justice from this point of view*”, no livro, Rawls (1999 [1971], p.10) aponta como objetivo “*to present a conception of justice which generalizes and carries to a higher level of abstraction the familiar theory of the social contract as found, say, in Locke, Rousseau, and Kant*”.

No segundo capítulo, Rawls (1999 [1971], p.53) apresenta seus dois princípios de justiça, conforme já havia feito no artigo de 1958. Entretanto, Rawls (1999 [1971], p.53) estende a discussão e aplicação, em particular do segundo princípio ao descrevê-lo da seguinte maneira: “*second: social and economic inequalities are to be arranged so that they are both (a) reasonably expected to be to everyone’s advantage, and (b) attached to positions and offices open to all*” (RAWLS, 1999 [1971], p.53). A partir dessa descrição, Rawls (1999 [1971], p.53) busca

de 1964, enquanto estava no segundo ano da pós-graduação. Ele relata que entre os presentes, dos quais ele se lembra, estavam James Coleman, Otto Davis, Anthony Downs, John Harsanyi, Henry Manne, Mancur Olson, Vincent Ostrom, John Rawls, William Riker e Thomas Schelling, além de Charles Plott, aluno do terceiro ano da pós-graduação à época. Kliemt (2008, p. 224) coloca que embora Rawls tenha sido convidado desde a primeira reunião do grupo em 1963, ele só participa a partir da segunda reunião, em 1964. Buchanan (2003, p. V) confirma que Rawls participou em 1964 da segunda reunião organizacional da *Public Choice Society*.

ênfatisar a o que se refere quando escreve que as desigualdades devem operar ‘*to everyone’s advantage*’ e ‘*open to all*’. Desses dois pontos decorrem o que ele chama de “princípio da eficiência” e o “princípio da diferença” (RAWLS, 1999 [1971], p.53).

Com relação ao princípio da eficiência, Rawls (1999 [1971], p.58) coloca que é simplesmente o ótimo de Pareto aplicado à sua estrutura básica, embora ele prefira utilizar o termo “eficiência” em vez de “ótimo”, porque considera que o termo “ótimo” “*suggests that the concept is much broader than it is in fact*”.

Em uma resenha sobre o livro de Rawls (1999 [1971]), Buchanan (1972) não se opõe ao primeiro princípio, que na realidade é bem semelhante aos argumentos utilizados por ele ao longo de sua obra. A discordância aparece com relação ao princípio da diferença.

Buchanan (1972, p.123) começa sua resenha contando que, de início, ele recebeu muito bem o conceito de ‘*justice as fairness*’ elaborado por John Rawls, pois interpretara essa abordagem como praticamente igual à que ele mesmo usava para explicar o surgimento espontâneo de “jogos justos”. Por ter utilizado algumas dessas aplicações em seu livro em conjunto com Tullock (1999 [1962]), Buchanan (1972, p.123) conta que aguardava ansiosamente a publicação do tratado prometido por Rawls. Entretanto, ele diz que agora que o livro tinha sido publicado ele se identificava menos com as ideias de Rawls do que quando lia seus artigos anteriores. Isso teria ocorrido porque, segundo Buchanan (1972, p. 123), Rawls teria enfraquecido sua própria posição ao estender indevidamente a abordagem do contrato social.

Esse enfraquecimento na posição de Rawls, segundo Buchanan (1972, p.124-125), está relacionado à forma como foi estabelecido o “princípio da diferença”. Esse princípio só permite que se aceitem desigualdades distributivas entre as pessoas se a sua existência beneficiar aqueles que estão em uma posição menos favorecida.

Buchanan (1972, p.125) até aceita que esse princípio possa ser escolhido como critério de equidade. Todavia, ele discorda de que deva ser elevado à posição de “princípio ideal” conforme colocado por Rawls. Isso ocorre porque lhe parece haver muitas outras regras distributivas que se qualificariam dentro de um critério mínimo de justiça e que poderiam ser aceitas por todos. Ele ilustra esse ponto, que considera uma fragilidade na teoria de Rawls, através de um exemplo numérico no qual assume que dois indivíduos se deparam com um jogo de soma positiva em que haverá apenas uma rodada. Há duas alternativas de resultado, uma com a estrutura 60:40 e outra com 80:20. Buchanan (1972, p.125) acredita que, desde que cada jogador tenha as

mesmas chances de sair vencedor, não há qualquer razão para que o resultado 60:40 seja aceito como justo enquanto 80:20 seja considerado injusto. Ambos os resultados para ele parecem ser justos, embora essa concepção apresentada no exemplo seja mais ampla e, portanto, diferente daquela que Rawls aceitaria.

Essa discordância, na visão de Buchanan (1972, p.125), não é apenas um detalhe. Para ele *“By his attempt to make the contractarian approach of model do more than is appropriate, Rawls seems to fall into precisely the same trap as the utilitarians, whom he quite properly criticizes”*. Buchanan (1972, p.125) classifica que embora Rawls se veja como um idealista, que procura estabelecer os princípios de uma ordem social ‘justa’, para ele esse comportamento é, na verdade, o de um *“bizarre contractarian”*.

Na visão de Buchanan (1972, p.125), *“the very essence of contract is the nonspecification of outcome by external observers”*. Para ele o filósofo social contratarianista estuda as instituições do processo de troca sem especificar como deve ser a distribuição dos resultados que serão decididos por consenso. Ele considera que *“It is singularly unfortunate that Rawls has come so near to what I should classify as a genuine contractarian position while yet remaining so far removed in this most fundamental respect”* (BUCHANAN, 1972, p.125).

Essa crítica de Buchanan (1972) à forma como Rawls (1999 [1971]) utiliza o contrato social para sua teoria da justiça é bastante significativa em relação aos limites teóricos dessa abordagem. Ele coloca que a seu ver há uma relação direta entre a filosofia contratarianista de ordem social e a disposição de se manter dentro de tais limites. Como um contratarianista, Buchanan (1972, p.125-126) considera:

I cannot, without stepping outside my own limits, lay down precise descriptions of the ‘just society’ or the ‘good society’. I must abide by my own standards and accept as equally ‘just’ whatever outcome emerges from the negotiations among freely-contracting persons in an idealized ‘original position’, constrained by the ‘veil of ignorance’ (BUCHANAN, 1972, p.125-126).

A segunda crítica de Buchanan (1972) é justamente sobre a hipótese levantada por Rawls (1971 [1999]) de que as pessoas irão se colocar atrás de um ‘véu de ignorância’ em uma versão idealizada da ‘posição original’. Para Buchanan (1972, p.126) *“Social choices will continue to be made, as they have always been made, by ordinary mortals, with ordinary passions”*. Ele ainda faz uma crítica bastante afiada ao colocar que *“If however, he is holding up ‘justice as fairness’ as the*

embodiment of 'truth', which judges and legislators in their 'superior wisdom (sic)' are to force upon us, Rawls' book deserves to gather dust on the idealist bookshelf" (BUCHANAN, 1972, p.127)²⁸.

Dessa forma, a primeira avaliação que Buchanan (1972) faz a respeito do livro de Rawls (1999 [1971]) é bastante negativa, e ele não poupa suas críticas ao procurar mostrar sua discordância em dois pontos principais: a inferência rawlsiana sobre os princípios de justiça que seriam escolhidos de forma voluntária atrás do véu de ignorância, e a suposição de que os indivíduos voluntariamente se colocariam atrás desse véu para decidir de forma justa. A discordância nesses dois pontos o leva a desmerecer o livro como um todo, sendo que a forma como ele avalia a *Theory of Justice* nessa resenha dá a entender que ele percebe Rawls como um dissidente da *Public Choice Society*, formada poucos anos antes.

2.5 AVALIANDO NOVAMENTE

De modo geral, pode-se afirmar que a crítica de Buchanan (1972) estava bastante concentrada na maneira como Rawls (1999 [1971]) utiliza a abordagem do contrato social, e em sua pretensão de deduzir os resultados que emergiriam a partir dele. O fato é que, mesmo entre os economistas, o livro de Rawls (1999 [1971]) alcançou notoriedade, tanto com a utilização do critério maximin de justiça distributiva, quanto com críticas a ele²⁹. Esse critério, que estava implícito no princípio da diferença, passou a ser discutido em modelos teóricos de tributação e de bem-estar já na primeira metade dos anos 1970 (ARROW, 1973a; 1973b; FELDSTEIN, 1973; PHELPS, 1973).

Por conta dessas críticas, Rawls (1974a; 1974b) sai em defesa de sua teoria entre os economistas. Em maio de 1974 ele participa da 86th *Annual Meeting of the American Economic Association*, apresentando o *paper* "*Some Reasons for the Maximin Criterion*", que posteriormente seria publicado na *American Economic Review*. Ele começa o artigo explicando que existem diferenças entre o critério maximin de equidade e a regra maximin para escolha sob incerteza. Rawls (1974a,

²⁸ Essa interpretação de Buchanan (1972) de que para Rawls (1999 [1971]) haveria uma classe "superior" de pessoas, ou uma elite intelectual destinada a pensar a sociedade é modificada com o tempo. No obituário de Rawls, Buchanan (2003) interpreta o trabalho de Rawls de forma diametralmente oposta.

²⁹ Quanto às críticas feitas ao critério maximin e à aversão ao risco, Buchanan (2003, p. iv) diz que: "*I have always considered the utilitarian arguments to the effect that Rawls presumed generalized risk averseness to be trifling and contrary to the spirit of his whole construction*".

p.141) chama a atenção para o fato de que em *A Theory of Justice* ele considerou esse critério como parte de uma teoria do contrato social, e lembra que na Economia essa teoria foi introduzida por Buchanan e Tullock (1999 [1962]). Rawls (1974a, p.141-142) coloca que “*the subject of general agreement is a conception of social justice*”, e que por isso sua teoria se aplica às instituições maiores da sociedade como a constituição e à forma geral de organização econômica e social. Ele coloca que utilizar o critério maximin para discutir uma alíquota ótima de imposto de renda faz todo sentido, mas utilizar esse princípio em todas as situações da vida certamente não faz. Ele reconhece que para outras situações, princípios diferentes poderiam ser necessários. Ele resume dizendo que “*Maximin is a macro not a micro principle*” (RAWLS, 1974a, p.142).

Todavia, apesar de ter escrito esse artigo para se defender, as críticas entre os economistas continuam, o que leva Rawls (1974b) a publicar uma resposta no *Quarterly Journal of Economics* intitulada “*A Reply to Alexander and Musgrave*”. Dessa vez a resposta foi cerca de quatro vezes mais longa que o artigo publicado poucos meses antes na *American Economic Review*.

Ao ver seu ex-aliado na abordagem do contrato social ser atacado por alguns de seus antigos rivais das finanças públicas, Buchanan percebe que havia mais pontos que uniam sua teoria à de Rawls do que as distanciavam³⁰. Assim, ele retoma a aliança de pelo menos três formas: 1) reconhecendo a contribuição e seus pontos em comum com a obra de Rawls no livro “*The Limits of Liberty*” (BUCHANAN, 2000 [1975]); 2) ao utilizar *A Theory of Justice* como referência de filosofia moderna para comparar com *The Wealth of the Nations*, nos seus 200 anos de publicação (BUCHANAN, 1999a [1976]); e 3) escrevendo um artigo em defesa de alguns pontos da teoria de Rawls (BUCHANAN, 1976).

Em *The Limits of Liberty*, Buchanan (2000 [1975]) reconhece que a publicação de Rawls (1999 [1971]) encorajou fortemente o renascimento da filosofia moderna do contrato social. Buchanan (2000 [1975], p.156) coloca que na obra de Rawls (1999 [1971]) os preceitos de justiça não são baseados em quaisquer normas éticas

³⁰ Buchanan era um dos rivais de Richard Musgrave no campo das finanças públicas porque Musgrave era favorável a uma abordagem planejadora para o setor público, enquanto Buchanan defendia a ideia de que a relação entre o estado e o indivíduo deve se basear em trocas voluntárias. Para mais detalhes ver Johnson (2015).

externas ou derivadas do utilitarismo, mas que em vez disso, *“he advanced the individualistic conception of ‘justice as fairness’”*.

Entretanto, Buchanan (2000 [1975], p.156) critica novamente Rawls ao dizer que ele foi longe demais ao tentar prever os preceitos que seriam escolhidos na posição original. Ele entende que: *“In this extension, Rawls was, perhaps, responding to the pressures of critics who demand specific reform proposals”*. Ele entende que esse aspecto de seu livro acabou chamando mais atenção do que seu ponto mais importante, que, segundo ele, é o de mostrar a justiça como resultado de um processo de contrato social.

Ao comparar o objetivo de seu livro com o de Rawls (1999 [1971]) e de suas próprias obras anteriores, Buchanan (2000 [1975], p. 156) se considera mais e menos ambicioso. Ele coloca que Rawls apresenta o surgimento de um acordo potencial de princípios de justiça a partir de um contexto idealizado. Nesse aspecto sua abordagem seria mais ambiciosa que a de Rawls porque tenta examinar como ocorre uma renegociação do contrato social entre pessoas diferentes a partir de uma anarquia hobbesiana.

Em outro aspecto, Buchanan (2000 [1975], p.156) coloca que seus esforços são muito menos ambiciosos que os de Rawls (1999 [1971]), que tenta prever os princípios de justiça que serão decididos a partir de sua estrutura contratual idealizada.

Já em um artigo escrito para comemorar o ducentésimo aniversário da publicação de *The Wealth of the Nations*, de Adam Smith, Buchanan (1999a [1976]) escreve que seu propósito é *“to re-examine Adam Smith’s norms for social order, notably for justice, and specially as these may be related to the modern post-Rawlsian discussion”*. Ele acrescenta que pretende ainda avaliar o ‘sistema de liberdade natural’, de Smith, conforme os critérios de justiça utilizados por Rawls (1999 [1971]).

Após apresentar diversas semelhanças entre os pensamentos de Smith e Rawls, Buchanan (1999a [1976], p. 304) coloca que *“Rawls has been misinterpreted (...) because of his relative concentration on the second principle”*, e que *“John Rawls is far from the ‘defender of the liberal welfare state’”*. Buchanan (1999a [1976], p.293) considera ainda que entre o trabalho de Rawls e o de defensores do estado mínimo como Robert Nozick, Rawls está muito mais próximo de Smith do que estaria Nozick, por exemplo.

Todavia, Buchanan (1999a [1976], p. 306) discorda das críticas feitas por Rawls ao que os economistas clássicos chamam de ‘sistema de liberdade natural’. Ele coloca que o que Rawls realmente deseja criticar não é a alocação de recursos feita pelo mercado, mas sim “ (...) *on the pre-market distribution of endowments to which contrary to Nozick, Rawls attributes no moral qualities*”.

Apesar de Buchanan (1999a [1976]) considerar que a teoria de Smith, de modo geral, se enquadraria nos critérios de justiça de Rawls, Buchanan (1999a [1976], p.306) aponta uma diferença metodológica importante:

Rawls projects the distributional issue to center stage perhaps presumes, empirically, that there exists only a relatively remote relationship between the pattern of income receipts, and of asset holdings, in society and the aggregate size of the total product. Furthermore, he seems to assume that there exists a distribution of natural or inherent capacities among persons, a distribution which tends to generate nonequalizing income-wealth differentials that carry with them neither economic nor moral justification. In the Rawlsian paradigm, the philosopher is not merely an educated porter (BUCHANAN, 1999a [1976], p.306)

Essa crítica a Rawls surge no sentido de que para Buchanan, e em sua interpretação, também para Smith, a opinião do *policy maker* tem tanto valor quanto a do indivíduo comum. Esse aspecto discutido por Peart e Levy (2008) e Levy e Peart (2018; 2020) é denominado “*Analytical Egalitarianism*”.

Buchanan (1976) continua a defender Rawls em um artigo possivelmente escrito entre o final de 1974 e início de 1975, mas publicado somente em 1976³¹. Nesse artigo Buchanan (1976) utiliza um método semelhante ao que já vinha sendo utilizado por ele (BUCHANAN, 1999a [1972]; 2000 [1975]) para mostrar como a partir de uma anarquia hobbesiana o Estado pode ser criado de forma racional e obedecendo a regra de unanimidade, pois seu estabelecimento seria capaz de deixar todos os envolvidos em melhor posição³².

Nesse artigo, Buchanan (1976) oferece uma interpretação hobbesiana específica para o que Rawls (1999 [1971]) chama de “princípio da diferença”. Buchanan (1976) coloca que aceitar esse princípio parece assumir que todos os

³¹ Essa data é estimada porque as correspondências publicadas por Peart e Levy (2008) dão a entender que Buchanan envia uma versão preliminar desse artigo a Rawls antes de 25 de fevereiro de 1975, que é quando Rawls comenta o *paper*.

³² É interessante notar que, embora não seja o objetivo principal desse artigo, Buchanan (1999 [1972], p.432) aproveita para mais uma vez comentar de forma crítica a pretensão de Rawls em estabelecer os critérios que emergiriam do contrato estabelecido na posição original.

indivíduos são extremamente avessos ao risco, situação incorporada no critério maximin e que levantou críticas de diversos economistas. Buchanan (1976) então oferece uma interpretação ao argumento de Rawls (1999 [1971]) que independe da aversão ao risco.

In the original position, acting behind the veil of ignorance, individuals agree on the difference principle of income distribution because they mutually recognize the threat potential possessed by the relatively disadvantaged in any sharing outcome that fails to meet the requirement of Pareto-superiority over the equal sharing solution. (...) Behind the veil of ignorance, neither person would accept unequal-sharing arrangements that do not dominate, in Pareto sense, the equal-sharing regime (BUCHANAN, 1976, p.10).

Essa interpretação feita por Buchanan (1976) passa por uma definição sobre a posição original assumida por Rawls, que ele considera como o equilíbrio atingido a partir da “guerra de todos contra todos”. Nessa situação o princípio da diferença como regra de distribuição surgiria das negociações contratuais como a única regra de distribuição possível caso os indivíduos previssem que alguém poderia reduzir a sociedade toda à anarquia por meio da ruptura do contrato. Dessa forma, Buchanan (1976) coloca que o princípio da diferença pode prevalecer porque as demais opções não seriam sustentáveis.

Rawls (2008 [1975]) foi bastante receptivo a esse artigo de Buchanan (1976). Em correspondência pessoal ele agradece por ter recebido uma cópia previamente e conta que achou muito interessante a interpretação que Buchanan (1976) fez de sua própria visão. Ele diz concordar que as pessoas focam muito na aversão ao risco e no princípio maximin e que acabam por não perceber os principais aspectos de seu livro. Rawls (2008 [1975], p.407) coloca que a regra maximin é apenas um guia para o processo de decisão na posição original por conta das características específicas dessa ocasião. Rawls (2008 [1975], p.407) entende que Buchanan (1976) deixou isso bem claro em seu artigo.

Com relação à forma como Buchanan (1976) fez uma análise hobbesiana para chegar ao princípio da diferença, Rawls (2008 [1975], p.407) diz nunca ter pensado dessa maneira, mas parece não se opor.

Um esforço semelhante ao artigo publicado em 1976 também é feito posteriormente por Buchanan e Faith (1980). Eles mostram nesse artigo que para selecionar instituições em estruturas de contrato semelhantes às usadas por Rawls

existe um viés para a adoção da estratégia maximin sem que haja a necessidade de assumir aversão ao risco.

Buchanan (2008 [1978], p.412) escreve uma carta a Rawls na qual envia uma primeira versão desse trabalho escrito em conjunto com Faith. Ele descreve esse artigo como “*an attempt to derive the difference principle from the contractual process under certain specified conditions, and the argument does, we think, offer a good response to some of your critics*”. Buchanan (2008 [1978]) entende que esse artigo escrito com Faith está relacionado com sua análise hobbesiana anterior do modelo de Rawls (BUCHANAN, 1976), mas com um argumento mais completo.

Rawls lhe envia uma resposta algumas semanas depois agradecendo muito o envio do artigo de Buchanan e Faith (1980) sobre os elementos subjetivos da negociação atrás do véu de ignorância. Ele diz ainda ter gostado e concordar de modo geral com seu argumento, que segundo ele, “(...) *fit nicely the idea of the original position & does offer a reply to some basic criticisms*” (RAWLS, 2008 [1978], p.413-414). Rawls (2008 [1978], p.413), considera o argumento de Buchanan e Faith (1980) como “*very ingenious*” por terem notado um ponto fundamental que ele havia ignorado e introduzido “*genuine contractual elements into the original position*”.

2.6 APRECIANDO A CONVERGÊNCIA

Mais próximo do fim de sua vida, Buchanan procura enfatizar as semelhanças entre sua teoria e a de Rawls. Ele mostra grande consideração ao trabalho do filósofo demonstrando ter esquecido muitas de suas críticas feitas mais de trinta anos antes. Buchanan (2007, p. 215) diz que nunca se sentiu motivado a criticar o trabalho de Rawls, e que sempre o defendeu mesmo havendo diferenças de interpretação entre os dois.

Em um livro no qual reflete sobre suas posições teóricas, buscando se afirmar como um liberal clássico, Buchanan (2005, p.100) declara uma forte afinidade com a obra de John Rawls e identifica o projeto Rawlsiano como próximo de seu próprio, embora reconheça que seus esforços sejam interpretados de maneira bem diferente. Para ele, o discurso rawlsiano está “(...) *strictly within the classical liberal framework, with natural equality among persons remaining a basic presupposition of the whole enterprise*”. (BUCHANAN, 2005, p.8).

No mesmo livro Buchanan (2005, p. 41) faz uma observação interessante sobre a maneira como Rawls é frequentemente interpretado:

John Rawls seems well on the way to canonization as the patron saint of the modern welfare-transfer state. His work is widely interpreted as having provided philosophical justification for collectively imposed coercive redistribution of value from the relatively affluent to the relatively impoverished, limited only by the presence of incentive-induced feedbacks on the generation of value - feedbacks that make full equalization infeasible (BUCHANAN, 2005, p.41).

Entretanto, Buchanan (2005, p. 41) aponta que desafiou essa interpretação ao mostrar que a preocupação de Rawls estava em estabelecer a noção de '*justice as fairness*', colocando inclusive esse título para um de seus principais artigos. Buchanan (2005, p.41- 42), diz que a equidade não pode ser usada para explicar o comportamento entre pessoas que estão em condições diferentes, servindo apenas para a relação entre iguais. Para ele, nessa situação pode-se aplicar a compaixão, que ele enxerga como um atributo louvável, mas que é diferente de equidade.

Para Buchanan (2005, p.42), Rawls consegue unir a redistribuição corretiva dos bens primários com a equidade ao colocar todos atrás do véu de ignorância. Ele entende que para Rawls, nessa posição hipotética, as pessoas entram em um diálogo como iguais, eliminando qualquer ordenação hierárquica. Essa relação, segundo ele, descreve o comportamento no mercado idealizado, onde se reconhece os outros como seres iguais e que podem se comportar de maneira recíproca. Para ele, tal situação faz com que determinadas normas éticas se tornem mais relevantes:

More specifically, these norms involve a willingness to forego opportunities to cheat, steal and defraud in unilateral effort to take advantage, along with a willingness to abide by agreements, once made. These norms do not include altruism, in the received sense of this term, which involves the giving up of individually valued interest in furtherance of the interests of others. The precepts of fairness include only the sacrifice of opportunistic self-interest in exchange for the like sacrifice on the part of other parties to an agreement (BUCHANAN, 2005, p.42).

Buchanan (2005, p. 42) enfatiza que o objetivo de Rawls é oferecer uma base para se avaliar os princípios de justiça e para isso as pessoas são colocadas atrás do véu de ignorância. Isso, segundo Buchanan (2007, p.215), tem como objetivo encontrar os princípios de '*justice among natural equals*'. Esse véu seria necessário para distinguir entre o auto interesse e o interesse público "*without calling upon altruistic motivations*". Esse elemento na teoria de Buchanan ocorre através da

incerteza em relação à maneira como os próprios indivíduos serão afetados pelas regras.

Após a morte de Rawls, que ocorre no final de 2002, Buchanan passa a ter um respeito maior por seu trabalho. Buchanan (2007, p.215) entende que suas diferenças com Rawls residem quase que exclusivamente na discussão sobre até onde se pode chegar para definir a justiça procedimental (no caso de Rawls) ou nas regras constitucionais (para Buchanan) por meio da abordagem do contrato social. Todavia, ele também reconhece que se Rawls tivesse se mantido dentro dos limites que Buchanan considera adequados sua obra não teria o impacto que teve.

Ao refletir sobre esse impacto em sua própria trajetória, Buchanan (2007, p.216) conclui seu relato sobre a influência de Rawls reconhecendo que *“Hence, even if somewhat wrongly understood by many readers both in the academy and beyond, the Rawlsian edifice has exerted a beneficial effect on Western liberal thought”*, e justifica sua escolha por colocar Rawls em sua lista de maiores influências por que ele *“almost single-handedly, change the whole research agenda in political philosophy – an agenda that must provide the basis upon which any constructive undertaking in constitutional inquiry is grounded”* (BUCHANAN 2007, p.215).

Dessa forma, com o passar dos anos, o respeito e a admiração de Buchanan pelo trabalho de Rawls aumentaram cada vez mais, e mesmo após ter recebido o prêmio Nobel de Economia, em 1986, Buchanan continua a aumentar a sua identificação com o trabalho de Rawls.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos elementos aproximam as abordagens de Buchanan e de Rawls. Tanto Rawls quanto Buchanan foram pioneiros ao reintroduzir a teoria do contrato social em seus campos de estudo em uma mesma época. A descoberta do trabalho um do outro logo os aproxima, de modo que Rawls inclusive participa de reuniões da *Public Choice Society* em uma de suas primeiras edições.

Neste artigo procurou-se discutir a mudança de leitura e percepção que Buchanan teve em relação a obra de Rawls, e principalmente em seu livro *A Theory of Justice*. Em uma primeira leitura desse livro, Buchanan parece se sentir contrariado ao perceber que talvez a interpretação que tinha sobre as ideias de Rawls não eram da mesma forma como Rawls pensava, ou que ele não estava dizendo anteriormente exatamente aquilo que Buchanan achava que ele queria dizer. Isso gerou em

Buchanan (1972) um grande descontentamento, expresso na resenha que faz desse livro para a revista *Public Choice*.

Todavia, Rawls ganha imensa notoriedade com seu *best seller* sobre a teoria da justiça, se tornando ainda mais conhecido que Buchanan e Tullock. Essa popularidade atrai uma atenção muito maior para as abordagens do contrato social, trazendo novos adeptos e novos (e velhos) críticos. Nessa época, Buchanan (1999 [1972]; 1976; BUCHANAN; FAITH, 1980) se dedica a desenvolver modelos para explicar como a partir de uma anarquia hobbesiana, o estado poderia surgir de forma racional e voluntária. Ele passa a utilizar essas análises para defender alguns dos pontos levantados por Rawls e que estavam sendo severamente criticados por outros economistas. Alguns desses que eram comuns a abordagem de Buchanan.

Embora sempre tenha mantido a posição de que Rawls (1999a [1971]) foi longe demais ao tentar estabelecer os princípios que seriam escolhidos atrás do véu de ignorância, extrapolando os limites da abordagem contratual, Buchanan (1976; BUCHANAN; FAITH, 1980) reconhece que existem muitas semelhanças entre os dois e que Rawls deveria ser defendido. Pode-se levantar a hipótese de que, ao menos em parte, essa motivação surge do fato de que os críticos de Rawls (1999a [1971]), são na economia e nas finanças públicas alguns dos mesmos críticos de Buchanan.

Através desse esforço em defender determinados pontos mais polêmicos da abordagem rawlsiana, Buchanan desenvolve alguns de seus modelos explicativos mais interessantes, nos quais mostra como a partir de um estado de natureza hobbesiano o estado poderia surgir do acordo voluntário entre os indivíduos.

Dessa forma, em vez das críticas a uma suposta má utilização da abordagem contratual ou de uma justificação contratarianista para a intervenção estatal, Buchanan volta a enxergar em Rawls um aliado em seu esforço de resgatar a abordagem do contrato social na filosofia política.

Após a morte de John Rawls em 2002, essa relação de respeito se torna ainda maior, pois apesar das diversas críticas a pontos específicos de seu trabalho, Buchanan passa a destacar muito mais as semelhanças do que as divergências que separam os dois pensadores.

3- A METODOLOGIA DE JAMES M. BUCHANAN POR UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

3.1 INTRODUÇÃO

James M. Buchanan produziu uma vasta obra que se destaca por apresentar um método particular de análise. Essas particularidades têm levado diversos estudiosos a pesquisar a influência e a relação de diferentes escolas de pensamento econômico com seu trabalho. Entre as vertentes relacionadas recentemente por essas pesquisas estão a Escola de Chicago (BRADY, 2010; JOHNSON, 2014), a Escola Austríaca (RIZZO, 2014; PENNINGTON, 2015; HOLCOMBE, 2015), a Nova Economia Política (ALMEIDA, 2019) e a Nova Economia Institucional (VOIGT, 2020).

Conforme apresentado na introdução desta tese, entre os principais assuntos que Buchanan escreveu estão as Finanças Públicas, *Public Choice*, Economia Constitucional, Metodologia e Ética. Dentro desses diversos temas estão presentes alguns princípios metodológicos que ele próprio reconhece em todo o seu projeto: individualismo, constitucionalismo e a filosofia do contrato social (BUCHANAN, 2000 [1975], p.16).

Não obstante, dentro desses rótulos há diferentes tipos de classificações, que na maioria das vezes são ignoradas pelos economistas. Neste capítulo classifica-se a metodologia de Buchanan dentro desses princípios metodológicos, e são mostradas categorizações alternativas que justificam as classificações escolhidas. Além disso, argumenta-se que ele mantém as bases que fazem com que sua obra seja internamente coerente e consistente (BUCHANAN, 1999a [1986], p.27; ROMER, 1988, p.167; MEADOWCROFT, 2013, p.35; VANBERG, 2018), e que ao longo de sua carreira ele enfatiza alguns elementos que permitem as classificações aqui propostas.

Enquanto no primeiro e no segundo capítulo foram discutidas algumas das influências anteriores e contemporâneas ao trabalho de Buchanan, aqui será discutida a metodologia adotada ao longo de sua obra.

A intenção deste trabalho é melhorar a compreensão das contribuições singulares de Buchanan, não somente entre outros economistas e filósofos políticos mas, especialmente entre aqueles que trabalham com aspectos notavelmente semelhantes, ou ainda, mostrar algumas vertentes inexploradas dentro do individualismo metodológico, do constitucionalismo e da filosofia do contrato social.

Apesar de muitos estudos lidarem com aspectos específicos da metodologia de Buchanan, sendo que vários deles são citados neste artigo, nenhum analisa esses princípios básicos em contraste com classificações semelhantes de outras áreas. Esse tipo de trabalho não foi feito nem por Buchanan nem por seus comentadores.

Na seção seguinte serão apresentadas as principais formas com que o individualismo metodológico tem sido usado na Economia, bem como os diferentes tipos de *homo economicus*, e como o *homo economicus* de Buchanan evoluiu e tem sido classificado. Na seção 3.3 serão exploradas as diferentes formas de constitucionalismo. Será mostrado que ser um constitucionalista não significa exatamente ser um seguidor de Buchanan. Isso implica que a sua abordagem não é a única constitucionalista, e que ela foi formada ao longo de sua carreira, sendo um elemento mais enfatizado em seus escritos com o passar dos anos. Na seção 3.4 serão discutidas as diferentes formas de contrato social e como a vertente seguida por Buchanan foi construída e se diferencia das demais. Na seção 3.5 algumas considerações finais são tecidas.

3.2 INDIVIDUALISMO E *HOMO ECONOMICUS*

Uma das características da obra de Buchanan é ter aplicado o método tipicamente associado à teoria econômica – em particular, o individualismo – a diferentes áreas do conhecimento que não lidavam com escolhas individuais no mercado.

Nesta seção será mostrado que seus esforços ao usar a abordagem do individualismo nas finanças públicas o levam a enfatizar diferentes características de seu modelo de *homo economicus* em distintas etapas de sua vida acadêmica. Embora todas as características assumidas por ele em diferentes períodos pudessem se encaixar no mesmo indivíduo, o que mantém a coerência de sua obra, aqui é mostrado que essa construção foi feita ao longo de sua carreira. Nesta seção mostra-se como a construção do *homo economicus* de Buchanan foi influenciada, suas características principais, e como ela foi desenvolvida ao longo de sua obra.

A carreira de Buchanan se inicia com o estudo das finanças públicas, um campo escolhido por ele durante seus anos de formação³³. Em um de seus primeiros

³³ Em sua dissertação de mestrado, defendida na *University of Tennessee*, Buchanan (1941) estuda um problema de finanças públicas: como repartir um imposto sobre a gasolina entre os condados do Tennessee. Em sua conclusão ele defende a centralização da arrecadação e do gasto. Essa

artigos profissionais, (BUCHANAN, 1999a [1949]) ele argumenta que havia duas teorias do Estado nas quais as finanças públicas poderiam ser construídas: uma sob uma base organicista, a outra sob uma individualista. Para ele, havia algumas incoerências no estudo das finanças públicas de seus contemporâneos. Ele coloca que “*Some organismic theory normally has been applied to the public expenditure side, while the individualistic theory has been predominantly employed in considering the distribution of tax load*” (Buchanan, 1999a [1949], p.119). Ele argumenta que para uma análise consistente, os teóricos das finanças públicas deveriam escolher uma ou outra perspectiva. Ele explica que para “*organismic theory the state is considered as a single decision-making unit acting for society as a whole*” (p.120), enquanto para a abordagem individualista “*(...) the state has no ends other than those of its individual members [and] (...) State decisions are, in final analysis, the collective decisions of individuals*” (p.123).

Sob a perspectiva de Buchanan (1999a [1949]; 1999a [1954a]; 1999a [1954b]), as decisões coletivas a partir da abordagem individualista das finanças públicas são feitas através do processo político. Buchanan (1999a [1986]) reconhece que essa ideia teve duas influências principais: um modelo de Knut Wicksell (1958 [1896]) para decisões fiscais democráticas e a tradição italiana de finanças públicas³⁴.

O modelo de Wicksell (1958 [1896]) descreve como o processo democrático pode ser projetado através da regra de unanimidade para prevenir que algumas classes da sociedade recebam o benefício dos serviços públicos enquanto colocam o fardo dos tributos que irão financiar esses serviços nos ombros de outros. Por outro lado, a tradição italiana de finanças públicas, de acordo com Fossati (2010, p.882), pode ser descrita “*(...) by refusing the organicism of the State; nonetheless, it remained dependent on an idea of ‘State’ and started elaborating political and sociological structures alongside the economic constructs*”.

O primeiro contato de Buchanan com a tradição italiana ocorreu através do livro de De Vitti De Marco (1958 [1923]), que Buchanan (1960) alega ter sido o único trabalho dessa tradição traduzido para o inglês até aquela época. A fim de se

abordagem difere da que ele começa a usar após seu doutorado na *University of Chicago*. Para uma discussão sobre como James Buchanan escolhe as finanças públicas como campo de estudo e sua experiência na *University of Tennessee*, ver Marciano (2019a). Sobre a contribuição da *University of Chicago* para sua metodologia, ver Buchanan (1999a [1986]) e Johnson (2014).

³⁴ Um relato mais detalhado da tradição italiana de finanças públicas é feito no capítulo um. Sobre a relação entre a tradição italiana e a tese de Knut Wicksell ver Medema (2009, cap.4). Para um relato de como Wicksell influenciou Buchanan ver Marciano (2019b).

aprofundar na *scienza delle finanze*, Buchanan passa o ano acadêmico de 1955-1956 como Fulbright *Scholar* na Itália³⁵. Ele descreve essa experiência como “*critically important*” para o desenvolvimento de suas ideias em *public choice* (Buchanan, 2007, p.82).

Buchanan (1999a [1986], pp.17-18) relata que sua experiência na Itália foi também indiretamente responsável por suas contribuições na abordagem individualista na teoria da dívida pública. Ele descreve um de seus principais momentos de epifania: “*At the very end of the Italian year, I suddenly ‘saw the light’. I realized that the whole conventional wisdom on public debt was simply wrong, and that time had come for a restoration of the classical theory, which was correct in all its essentials*” (BUCHANAN, 1999a [1986], p.18). Essa descoberta o levou a escrever seu primeiro livro de autoria individual, *Public Principles of Public Debt: A Defense and Restatement* (BUCHANAN, 1999b [1958]).

Como Buchanan (1999a [1986], p.18) alega, aquele livro está intrinsecamente ligado ao individualismo de seus primeiros escritos, que assume um importante papel para a percepção subjetiva dos indivíduos:

In my overall assessment, the work on public debt was not a digression. This work was simply another extension or application of what can be discerned as a central theme in my efforts from the very first papers written. I have been consistently reductionist in that I have insisted that analysis be factored down to the level of choices faced by individual actors. The orthodox theory of public debt that I challenged embodied a failure to treat relevant choice alternatives. My reasoning, once again, was simple. National economies, as such, cannot enjoy gains or suffer losses. The fact that making guns “uses up” resources in years of war tells us nothing at all about who must pay for those guns, and when. The whole macroaggregation [sic] exercise that had captured the attention of post-Keynesian economists was called into question (Buchanan, 1999a [1986], p.18).

Entretanto, Buchanan (1999a [1986], p.18) diz que *Public Principles of Public Debt* (1999b [1958]) não foi bem compreendido pela maioria de seus colegas por causa de suas premissas sobre o subjetivismo do custo de oportunidade. Para esclarecer seu ponto de vista ele escreve outro livro chamado *Cost and Choice* (Buchanan, 1999d [1969]). Naquele livro ele deixa evidente os elementos que caracterizam seu individualismo metodológico até aquele momento: um homo economicus que tem gostos e preferências subjetivos e cuja percepção da realidade

³⁵ Sua experiência na Itália foi descrita em Buchanan (2007, cap.6), enquanto a maioria de sua pesquisa durante o ano sabático (1955-1956) foi publicada em Buchanan (1960).

é afetada por sua ordem sensorial, de uma maneira parecida com a descrita por Hayek (1952)³⁶.

Neste sentido, para Buchanan, políticas públicas são afetadas pelas percepções subjetivas de seus formuladores. Como Meadowcroft (2013, p.39) pontua, na obra de Buchanan “*there is no such a thing as ‘public interest’, the ‘general welfare’ or the ‘common good’*”. Ele diz que para Buchanan quando os agentes políticos buscam perseguir o interesse público, de fato, eles estão perseguindo sua percepção subjetiva do que eles acreditam ser o interesse público.

Dois anos após a publicação de *Cost and Choice*, Buchanan (1971) publica outro artigo que ajuda a moldar seu individualismo metodológico. Naquele *paper* chamado “*Equality as Fact and Norm*”, Buchanan (1971) testa diferentes arranjos institucionais sob as premissas de igualdade e desigualdade de capacidades entre os indivíduos. Levy e Peart (2020) reconhecem que essa característica do *homo economicus* de Buchanan é parte de um projeto maior que eles chamam de “igualitarismo analítico” (*analytical egalitarianism*). Isso, para Buchanan, não é apenas uma forma de modelar as pessoas nas ciências sociais, mas também a única maneira de as respeitar, e por causa disso, ela precisa ser um princípio normativo também.

De acordo com Levy e Peart (2020, p.22), durante toda a sua obra “*A central question for Buchanan was whether the social world is characterized by natural differences, as Plato argued, or natural equals, as Smith (and Buchanan) posited*”. Eles observam que “*Smith’s characterization of the fundamental equality of people in terms of the street porter and the philosopher is a commonplace in Buchanan’s writings*” (Levy; Peart, 2020, p.22). De fato, o próprio Buchanan foi um grande admirador do trabalho de Adam Smith, tendo escrito diversos ensaios sobre a sua obra (Buchanan 1999a [1976]; 1979; 1994).

Paralelamente aos seus desenvolvimentos no igualitarismo analítico, no início da década de 1970, motivado pela publicação de *A Theory of Justice*, de John Rawls (1999 [1971]), Buchanan (2006 [1972]) inicia outro projeto que é o de explicar de que maneira o estado pode emergir de uma anarquia hobbesiana. Ele continua publicando

³⁶ Apesar de Buchanan (2007, p.213) apontar Friedrich Hayek como uma de suas dez maiores influências ele considera que Hayek “*was not seminal*” para seus primeiros trabalhos. Isso porque ele alega que não conhecia o trabalho de Hayek até os anos 1960. Sobre a opinião de Buchanan sobre a obra de Hayek, Boettke (2018, p.187) entende que Buchanan achou as posições de Hayek sobre a difusão do conhecimento e o processo de mercado muito plausíveis, mas que ao mesmo tempo não davam espaço para a ação do economista político.

sobre esse tema por diversos anos (Buchanan, 2000 [1975]; 1976; Buchanan; Faith 1980). Para alcançar esse objetivo ele enfatiza uma característica especial de seu *homo economicus*: auto interesse *à la* Hobbes, e de uma maneira smithiana ele busca descobrir como instituições políticas socialmente desejáveis poderiam emergir de *homo economicus* auto interessados³⁷.

Buchanan (1999a [1979], p.49) identifica seu individualismo metodológico com a teoria econômica padrão. Não obstante, não há somente um modelo de *homo economicus* usado durante toda a história da economia.

Diversos anos antes, Lionel Robbins (1932, cap. 4) buscou descrever como o *homo economicus* vinha sendo utilizado pelos economistas até a sua época. Ele entende que alguns importantes nomes da profissão como Gossen, Jevons e Edgeworth, e muitos outros da tradição inglesa usavam (em sua visão de maneira errada), postulados hedonísticos que faziam o homem econômico intrinsecamente egoísta. Por outro lado, Robbins (1932) reconhecia outro tipo de *homo economicus*, que era usado pela maioria dos economistas em sua época e incorporava alguns desenvolvimentos feitos pela Escola Austríaca, no qual a ênfase estava na racionalidade, ou, no modo racional de buscar certos objetivos, independente de quais eles sejam. Fonseca (1990) classifica esses dois diferentes tipos de *homo economicus* em “*homo economicus* do tipo psicológico” para se referir ao modelo egoísta, e “*homo economicus* do tipo lógico” sobre o modelo no qual a ênfase é dada ao uso racional para se alcançar os fins³⁸. Angeli (2019) usa essas classificações para concluir que o *homo economicus* de Buchanan está mais próximo do tipo psicológico que do tipo lógico³⁹.

Esses diferentes tipos de *homo economicus* servem para diversos propósitos, como Kirchgässner (2014, p.3) explica: “(...) *the literature is populated with many different examples of homo oeconomicus, which one is appropriate, depends very much on the purpose of the model* (...)”. Ele aponta que em algumas situações o economista está tentando explicar o real comportamento dos agentes econômicos, e em outros o objetivo é o de comparar diferentes arranjos institucionais. Esse é o caso

³⁷ De acordo com Boettke (2018, p.90), Hayek também entendia que os economistas clássicos e os primeiros neoclássicos, de Adam Smith a Alfred Marshall, pesquisavam quais as instituições sociais seriam capazes de converter escolhas privadas na provisão das necessidades alheias.

³⁸ Kliemt (2005) usa uma classificação parecida, mas chamando-os de tipo I, II ou III. Os tipos I e II são parecidos com aqueles apresentados por Robbins (1932) e comentados por Fonseca (1990), mas o tipo III se refere ao *homo economicus* utilizado na economia comportamental.

³⁹ Kliemt (2005) e Kirchgässner (2014) também chegam a conclusões similares.

de Buchanan em sua agenda de pesquisa principalmente durante os anos 1970 e 1980.

A opção pelo uso desse tipo de *homo economicus* em particular é mais evidente quando Brennan e Buchanan (1985, p.59), citando David Hume explicam que a constituição deveria restringir o governo e que “*every man [in government] ought to be supposed a knave and no other end, in all his actions, than private interest*”. Eles também explicam que ao classificar os modelos de comportamento do melhor para o pior caso, o modelo apropriado para se fazer comparações entre arranjos sociais é algo próximo do pior caso, em vez do médio (BRENNAN; BUCHANAN, 1985, p.55).

Kirchgässner (2014, p.14), assim como Kliemt (2005, p.208), coloca que Buchanan reconhece que seu *homo economicus* do pior tipo dificilmente explica o comportamento real dos indivíduos no mercado ou na política. Suas afirmações podem ser confirmadas com a conclusão de Brennan e de Buchanan (1985) de que “*In any evaluation of alternative institutions, therefore, Homo economicus is a uniquely appropriate caricature of human behavior, not because is empirically valid but because is analytically germane*” (BRENNAN; BUCHANAN, 1985, p.53). Kirchgässner (2014, p.15) conclui que o uso por Buchanan dessa versão estreita de *homo economicus* é justificada para comparar diferentes conjuntos de regras e evitar possíveis abusos de poder pelos governantes.

A premissa de um “*knave policy maker*” na obra de Buchanan é particularmente útil para alcançar o que Boettke e Leeson (2004) chamam de “*robust political economy*”, que é um sistema político ou econômico capaz de funcionar (e não entrar em colapso) no pior caso possível. Eles apontam que essa situação pode ocorrer quando os geralmente imaginados “*benevolent central planners*” tem conhecimento incompleto e são egoístas em vez de ser completamente utilitários.

A solução que seria capaz de transformar os vícios privados de *homo economicus* auto interessados em benefícios públicos estaria, na percepção de Buchanan, nas regras. Sua ênfase na função das regras como uma solução para prevenir abusos de poder e gerar resultados socialmente desejados o levou a entender o *homo economicus* como um seguidor de regras, conforme apontado por Congleton (2018) e expresso nos trabalhos de Buchanan com Brennan (BRENNAN; BUCHANAN, 1977; 2000 [1980]; 1985).

Para Congleton (2018) o *homo economicus* de Buchanan (chamado por Congleton de *homo constitutionalus*) é “*rule bounded, but not rule determined*”

(CONGLETON, 2018, p.774), significando que no processo de escolher suas próximas ações, os indivíduos consideram as regras e os possíveis resultados se as obedecerem ou não⁴⁰.

Sobre a origem dessas regras, Congleton (2018) diz que elas vêm de diversas fontes como a genética, aprendendo com a família e os amigos, experiências pessoais e epifanias:

The homo constitutionalus characterization of human nature begins with the observations that adults have many internalized rules, can internalize new rules and overturn previously internalized rules, and that doing so is often a matter of choice. These four observations imply that humans are rule bound but not fully rule determined. One is rule bound insofar as one's internalized rules create dispositions to make particular choices, but one is free to choose insofar as new rules can be internalized and old ones revised or selectively ignored (CONGLETON, 2018, p. 775).

Congleton (2018) sugere que o *homo constitutionalus* de Buchanan, reside em uma ordem sensorial, na qual as escolhas são influenciadas por uma variedade de relações “*if-then*” internalizadas. Muitas dessas relações estão sujeitas ao controle dos indivíduos, enquanto outras não. Ele também coloca que sem a capacidade de aprender e melhorar o entendimento de alguém sobre o mundo, o progresso humano seria impossível. Nesse sentido, o melhoramento das regras tem um papel primordial no progresso humano.

Uma outra característica da abordagem individualista de Buchanan é discutida por ele no início da década de 1990. Buchanan (1999a [1991]) escreveu sobre seu uso do individualismo metodológico em um artigo denominado “*The Foundations of Normative Individualism*”. Nesse *paper*, Buchanan (1999a [1991], p.286) defende que o alicerce para o individualismo normativo não é epistêmico. O termo “*epistemic individualism*” foi o que Douglas Rae havia utilizado em uma conferência do *Liberty*

⁴⁰ Vaughn (1988) também reconhece que o modelo de *homo economicus* conforme utilizado por Buchanan não tem que necessariamente ignorar o papel das regras morais e comprometimentos ideológicos nas ações dos agentes políticos. A mesma ideia é seguida por Congleton (2018), que cria um modelo de pensamento humano e ação consistente com a visão de Buchanan da natureza humana e ética e que corresponde com os recentes avanços na psicologia, biologia e filosofia. Sua análise do *homo economicus* de Buchanan começa com a ideia da ordem sensorial, expressa em Hayek (1952), de que a informação sobre o mundo externo é uma interpretação subjetiva dos dados coletados pelos sentidos dos indivíduos, os quais não são perfeitos e geralmente cometem alguns erros. Ele argumenta que o sistema de regras relativamente estáveis que um indivíduo tem internalizado determina a compreensão que cada pessoa tem do mundo. Isso implica que os sistemas internos de regras dos indivíduos determinam como e o que escolher. Essa alternativa baseada nas regras é chamada por Congleton (2018) de “*Homo Constitutionalus*”, sendo um modelo mais geral de ser humano do que simplesmente um maximizador de utilidade, compreendendo-o como seguidor de regras.

Fund três anos antes para classificar a tradição liberal desenvolvida no livro de Buchanan e Tullock (1999 [1962]) *"The Calculus of Consent"*. Buchanan nota que *"In Rae's account, the epistemic individualism claim is that the individual is privileged as a choice maker because he or she knows better than anyone else what is 'best' for his or her own well-being"* (Buchanan, 1999a [1991], p.282). Entretanto, seguindo sua explicação, Buchanan (1999a [1991], p.282) rejeita a descrição de Rae de seu próprio individualismo. Ele aponta como possíveis objeções ao individualismo epistêmico o paternalismo benevolente, o socialismo 'científico' e o idealismo político.

Ao rejeitar o rótulo do individualismo epistêmico, Buchanan (1999a [1991], p.288) argumenta que *"the justificatory foundation for a liberal social order lies (...) in the normative premise that individuals are the ultimate sovereigns in matters of social organization"*. Nesse sentido, ele argumenta que a legitimidade das estruturas sociais depende do acordo voluntário daqueles que viverão sob esses arranjos⁴¹. Dessa forma, ele define que as suas pressuposições ontológicas não permitem qualquer distinção entre a escolha do comportamento do indivíduo e sua função utilidade no individualismo, às vezes classificado de subjetivismo estrito.

Esse subjetivismo implica um importante papel para as escolhas individuais. Esse papel das escolhas é enfatizado por Buchanan (1999a [1991], p.287) alegando que ele envolve *"self creation"*. Ele descreve o indivíduo como *"an artifactual product of choices"* feitas em períodos anteriores por ele ou ela próprios e outros.

O individualismo de Buchanan o leva à sua abordagem do contrato social, onde o consentimento voluntário se torna o parâmetro para qualquer relação social, incluindo as trocas e o comércio. De acordo com ele, esse é o objeto de estudo da economia para Adam Smith, e deveria ser para todos os outros economistas desde então (BUCHANAN, 1999a [1964]).

Ao fim desta seção, pode-se concluir que o individualismo de Buchanan é composto por algumas características que divergem de outros modelos de *homo economicus*. Essas características são a combinação de: 1) subjetivismo; 2) igualitarismo analítico; 3) auto interesse; 4) *rule bound*; 5) normatividade.

⁴¹ Vanberg (2018) também escreve sobre essa característica no individualismo de Buchanan e sua relação com preceitos normativos. Ele nota que uma percepção comum, principalmente expressa por Kenneth Arrow é a de que a economia utiliza o individualismo metodológico e a economia política adota o individualismo normativo, como padrão de julgamento. Vanberg (2018) mostra que a visão de Buchanan sobre o individualismo faz a ligação entre o individualismo metodológico e o normativo.

O subjetivismo do *homo economicus* é guiado por sua própria ordem sensorial, e essa característica permite que diferentes pessoas atribuam diferentes utilidades e custos aos mesmos bens. Nesse sentido, apesar das diferenças de opinião, educação, preferências políticas etc., indivíduos devem ser vistos e tratados como naturalmente iguais, tendo as mesmas capacidades inatas.

Buchanan reconhece que em algumas situações as pessoas podem agir de forma extremamente egoísta, e caso tenham poder, podem causar muitos danos à sociedade. Por isso ele defende que os arranjos institucionais devem ser projetados esperando o pior tipo de governantes. Ao projetar regras para restringir o pior tipo de pessoas, de uma forma que o seu comportamento selvagem produza resultados socialmente desejados, Buchanan assume que o comportamento das pessoas é limitado pelas regras, embora não seja determinado por elas, porque sempre há a escolha de viver ou não dentro das regras.

Sua defesa do individualismo normativo, em vez do epistêmico pode ser visto como o reconhecimento do direito que cada um tem de fazer suas escolhas, sabendo ou não o que é o melhor para si mesmo. O consentimento, para Buchanan, é a única maneira de legitimar as regras sob as quais os indivíduos serão forçados a viver.

3.3 O CONSTITUCIONALISMO NA OBRA DE BUCHANAN

A economia constitucional, segundo Fleury e Marciano (2018), surge e se desenvolve como uma reação de Buchanan ao que ele entendia serem mudanças em regras constitucionais sem o consentimento dos indivíduos. Eles descrevem como a sua visão sobre o constitucionalismo foi moldada entre o final dos anos 1950 e a metade dos anos 1970, através de seus escritos e experiências na educação. Nesta seção é feito algo diferente. O foco está em mostrar que há diferentes percepções sobre o constitucionalismo, e como a visão particular de Buchanan pode ser classificada de acordo com esses diferentes rótulos.

Buchanan (1999a [1986], p.22) considera “*The Calculus of Consent*”, escrito com Gordon Tullock (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]) seu primeiro livro em economia política constitucional⁴². As ideias que culminaram naquele livro, de acordo com Fleury e Marciano (2018) foram formadas durante os anos 1950. Apesar de ele

⁴² Buchanan descreve o foco principal desse livro como “ (...) the individual's choice among alternative rules for reaching political decisions, rules to which he, along with others, would be subject in subsequent periods of operation” (BUCHANAN, 1999a [1986], p.22).

apresentar ali muito de sua teoria constitucional, outros desenvolvimentos maiores em economia constitucional emergiram somente dos anos 1970 em diante⁴³.

Em *The Calculus of Consent*, Buchanan e Tullock (1999 [1962], p.14) definem constituição como “(...) *a set of rules that is agreed upon in advance and within which subsequent action will be conducted*”. Eles dividem o processo político em dois estágios: constitucional e pós-constitucional. As regras para a elaboração de políticas são decididas durante o período constitucional. Nessa fase, todos os participantes estão sob um “*veil of uncertainty*”, porque eles não sabem como as regras decididas durante esse período irão afetá-los no futuro. O próximo estágio é o pós-constitucional, quando as regras decididas previamente são tomadas como dadas e, individualmente, os eleitores e políticos se comportam considerando essas restrições.

Nesse sentido, a economia política constitucional estuda o efeito das regras sobre o comportamento político e social, e essa definição pode levar a uma abordagem normativa que pede por uma limitação dos poderes discricionários dos agentes públicos⁴⁴. Essa é uma definição comum para constitucionalismo utilizada por acadêmicos de outras áreas fora da economia. Waluchow (2018), por exemplo, define constitucionalismo como a ideia associada com as teorias políticas que alegam que o governo pode e deve ser legalmente limitado em seus poderes, e sua legitimidade depende da observação dessas limitações. Nesse sentido, ele pontua que as ideias de Montesquieu sobre a separação de poderes foram um importante passo para o desenvolvimento do constitucionalismo. Outra forma comum de se definir constitucionalismo que também está relacionada é como Casper (1987, p.4) o define: “(...) *the historical struggle for (...) recognition of people’s right to ‘consent’ and (...) [have] other freedoms, and privileges*”.

⁴³ Alguns marcos importantes na evolução da economia política constitucional ocorreram no período de 1975-1990. Entre os eventos principais daquele período estão: a publicação de *The Limits of Liberty* (BUCHANAN, 2000 [1975]); *The Power to Tax: Analytical Foundations of a Fiscal Constitution* (BRENNAN; BUCHANAN, 2000 [1980]); a cunhagem do termo “*constitutional economics*”, que Buchanan (1990, p.1) atribui a Richard B. McKenzie em 1982; a publicação de *The Reason of Rules: Constitutional Political Economy* (Brennan; Buchanan, 1985); e a primeira edição da revista *Constitutional Political Economy*, em 1990.

⁴⁴ Há diversas definições para economia política constitucional, mas a maioria delas são muito próximas. Por exemplo Wagner (2017, p.58) define que “*Constitutional political economy entails Buchanan’s many efforts to explain how the framework of rules by which a governing regime is constituted influences a regime’s properties*” enquanto Boettke e Lemke (2018, p.51) consideram que “*the entire field of constitutional political economy is based on an intellectual commitment to viewing the rules by which good government is defined as the product of reflection and choice rather than accident and force*”.

Na obra de Buchanan, o constitucionalismo como definido por Casper (1987) e Waluchow (2018) pode ser encontrado diversas vezes. Embora não seja a meta principal da economia constitucional, as consequências normativas do constitucionalismo de James Buchanan incluem diversas discussões que implicam na defesa de direitos individuais. Essas ideias estão espalhadas ao longo de sua obra, na medida em que ele trata de como os poderes do governo devem ser limitados para proteger as minorias da exploração pelas majorias (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]). Ele também defende limitações na capacidade de os governos assumirem dívidas que irão onerar as gerações futuras (BUCHANAN; WAGNER, 1977), e a aprovação de regras constitucionais que previnem o governo de adotar políticas discriminatórias (BUCHANAN, 1999a [1997]; BUCHANAN; CONGLETON, 1998).

A posição de Buchanan com respeito à necessidade de limitações para a ação governamental é, de fato, uma consequência normativa de seu individualismo, como Brennan e Buchanan (1985, p.54) declaram:

The model of self-interest, or Homo economicus, will tip the balance of argument in favor of assigning less discretionary power to political agents than would be the case under the benevolence model. In this sense, the homo economicus model is not innocent, and its claim to empirical relevance must be addressed (Brennan; Buchanan, 1985, p.54).

Essas restrições ou regras usadas para projetar um bom governo composto por pessoas comuns (ou no pior caso, más ou egoístas) é chamado de política constitucional, porque essas regras são utilizadas para elaborar um processo político que permita o surgimento de resultados desejáveis. Buchanan (1999a [1986], p.24) acredita que há uma economia constitucional da política constitucional. Ele declara que o objeto de estudo da economia é a troca voluntária, envolvendo o acordo entre as partes. Quando a mesma lógica é aplicada para a escolha entre as regras, *“the exchange paradigm becomes a natural component of a general contractarian theory of political interaction”*. Nesse sentido, ele argumenta que *“almost by definition, the economist who shifts his attention to political process while retaining his methodological individualism must be contractarian”* (Buchanan, 1999a [1986], p.24).

Entretanto, Brennan e Buchanan (1985, p.20) reconhecem que um constitucionalista não precisa ser ao mesmo tempo um adepto do contrato social. Eles notam que *“Understanding of, and respect for, the distinction between the rules that constrain behavior and the results of actions taken within the rules need not be derived*

from, or be the basis for, a contractarian position". Eles citam três exemplos de uma posição constitucionalista, mas não contratarianista: os conservadores extremos que defendem que as regras devem continuar a existir somente porque elas já existem; aqueles que reconhecem "*the difference between rules as constraints and actions within constraints*", mas acreditam que "*rules are not artifactual creations subject to change*"; e aqueles que argumentam a favor de 'direitos naturais', e veem como propósito das constituições a proteção de direitos naturais preexistentes⁴⁵.

Hardin (2006, pp.289-290) identifica duas vertentes filosóficas distintas para o constitucionalismo: teorias de convenção ou coordenação (geralmente usadas em uma análise positiva, mas às vezes normativa também) e a tradição do contrato social na filosofia política (geralmente aplicada de forma normativa).

As teorias de convenção ou coordenação do constitucionalismo, de acordo com Hardin (2006, p.297), tem suas origens nas ideias de David Hume. Seu principal ponto é que o poder de governar é derivado por convenção e a população aceita ser governada por suas próprias convenções também. Uma vez empoderado por essas duas convenções, o governo tem o poder de fazer muitas coisas e não é limitado à manutenção da ordem social preexistente.

Por outro lado, há a abordagem do contrato social do constitucionalismo. O contrato social tem no individualismo metodológico e no livre acordo entre os participantes alguns de seus principais pontos. Ashford e Multon (2018) apontam que essa abordagem tem suas raízes em Hobbes. Ela segue Hobbes ao argumentar que o estado emergiu de um contrato social. Essa teoria também propõe que a moralidade consiste em um comportamento cooperativo que é mutuamente benéfico aos agentes auto interessados, um ponto também colocado por Buchanan (2006 [1972]), e semelhante em suas aplicações às constituições. Entretanto, Casper (1987, p.7) chama a atenção ao fato de que um contrato social não é o mesmo que uma constituição. Ele argumenta que para os adeptos do contrato social, as constituições seguem o contrato social, mas não são idênticas a ela, porque a estipulação lógica de contratos incorpora ou justifica arranjos constitucionais específicos.

A respeito dessas classificações de constitucionalismo, a obra de Buchanan segue a tradição do contrato social na filosofia política em vez de ser uma defensora

⁴⁵ Buchanan (2005) define conservadores como pessoas que defendem a manutenção da ordem social; assumem que existe uma hierarquia natural entre as pessoas e estão inclinados a aceitar o paternalismo.

das teorias de convenção ou coordenação. Sua preferência ao usar a estrutura do contrato social é observável em sua ênfase no consentimento voluntário para as relações entre os indivíduos e o estado (BUCHANAN, 1999 [1959]; BUCHANAN; TULLOCK 1999 [1962]).

Nesse sentido, Buchanan argumenta que a alocação de recursos é mais eficiente quando feita pelo mercado, e as únicas políticas para as quais o gasto público pode se aproximar do mercado em eficiência são aquelas apoiadas por uma unanimidade wickselliana, uma situação semelhante a um contrato social na qual as decisões do setor público são feitas com o consentimento de cada pessoa, evitando imposições contra a vontade de cada indivíduo (BUCHANAN, 1999 [1954a]; 1999 [1954b]; 2006 [1972]).

Ele segue a abordagem de Hobbes ao usar um *self regarding homo economicus* e esperar que as regras (constituição) feitas por consentimento possam transformar o auto interesse em benefícios sociais. O uso do individualismo por Buchanan confirma essa classificação. Os indivíduos que entram em contratos, segundo Hardin (2006, p.292-293), estão somente preocupados com seus próprios benefícios e não se preocupam com o benefício dos outros⁴⁶. Hamlin (2006, p.291) explica que *“the central claim that grounds constitutionalism in political economy is that, in general, it is to our mutual advantage to preserve the social order because it is the interest of each of us that it be preserved”*.

Ao fim desta seção, conclui-se que o constitucionalismo de Buchanan é sobre o estudo do efeito das regras sobre o comportamento social. Ao assumir que melhores regras podem levar a resultados desejados, Buchanan aceita o caráter normativo de sua teoria e defende limites à ação discricionária de agentes políticos que possam levar à exploração de grupos com pouca representação. Nesse sentido, ele entende a necessidade de regras que respeitem os direitos individuais, embora rejeite a ideia de direitos naturais. Esses direitos devem ser decididos por um contrato social para fazer parte de uma constituição. Para essas características, a abordagem constitucional de Buchanan é claramente adepta do contrato social invés de seguir as teorias de convenção ou coordenação.

⁴⁶ Em contraste, ele argumenta que *“utilitarians act [or claim to act] on behalf of others.”* Utilitaristas são *“other-regarding”*, enquanto adeptos do contrato social são *“self-seeking”* (HARDIN, 2006, p.292-293).

3.4 A VERTENTE CONTRATARIANISTA DO CONSTITUCIONALISMO

Buchanan foi um pioneiro, em conjunto com John Rawls, no ressurgimento da teoria do contrato social no século XX. Ambos simultaneamente desenvolveram, durante a década de 1950, uma nova abordagem para a teoria do contrato social sem que um soubesse do trabalho do outro. Buchanan utilizava essa abordagem para problemas em finanças públicas e agregação de preferências (BUCHANAN, 1999a [1954a]; 1999a [1954b]), enquanto Rawls a estava aplicando à filosofia política (RAWLS, 1958). Como documentado em uma carta de Rawls para Buchanan (RAWLS, 2020 [1962]), eles somente souberam dos esforços um do outro após a publicação de *The Calculus of Consent* (BUCHANAN; TULLOCK 1999 [1962]).

Conforme discutido no capítulo anterior, posição de Buchanan sobre o contrato social permaneceu a mesma através dos anos, mesmo tendo sido motivado por seu contato com Rawls e desafiado por suas publicações (RAWLS, 1958; 1999 [1971]; 2001). Embora ambos tenham seguido a teoria do contrato social, suas conclusões e contribuições são bastante distintas. Isso ocorre porque há diferentes maneiras pelas quais a teoria do contrato social pode ser usada. Nesta seção será mostrado quais são essas formas, e como a obra de Buchanan pode ser classificada dentro da teoria do contrato social.

O termo “contratarianismo” pode ser utilizado de diferentes maneiras⁴⁷. Hampton (1999, p.182-183) define contratarianismo como todas as teorias morais e políticas que usam a ideia de contrato social. Alguns autores como Ashford e Multon (2018) e Cudd e Eftekhari (2018) argumentam que enquanto esse termo pode ser usado dessa forma, há maneiras mais precisas de defini-lo. Eles sugerem que há dois diferentes tipos de argumentos morais: um é mais identificado com o pensamento de Hobbes e é mais precisamente chamado de “contratarianismo”, e o outro é identificado com as ideias de Kant, é comumente chamado de “contratualismo”.

A abordagem hobbesiana do contratarianismo propõe que o que é moralmente relevante é a vontade dos indivíduos. Para esses contratarianistas, agentes racionais tentam alcançar a maior satisfação de seus desejos. Eles agem moralmente se, e somente se, essas ações satisfizerem suas próprias vontades.

Todavia, por que, de acordo com essa teoria, em geral, os indivíduos agiriam moralmente em vez de simplesmente buscar de forma agressiva seus próprios

⁴⁷ Aqui se utiliza o termo “contratarianismo” como tradução para “*contractarianism*”, e “contratualismo” como tradução para “*contractualism*”.

benefícios? Hampton (1999, p. 183) responde a essa questão ao notar que para os hobbesianos as atitudes morais ajudam a assegurar a coexistência pacífica e harmoniosa. Esses resultados são desejáveis para quase todos, e então a conduta moral nesse sentido se torna racional se cada um (ou aproximadamente todos) concordar em segui-la. Para minimizar conflitos improdutivos, os membros de uma comunidade aceitam algumas convenções e regras de conduta. Cada pessoa busca viver dentro dessas regras e espera que os outros também vivam. A justificação para essas regras depende de quanto elas atendem aos desejos dos membros da comunidade.

Analisando os argumentos morais derivados da ética hobbesiana, Barry (1989, p.8) argumenta que essa abordagem para a moralidade e a justiça também é seguida por David Hume e é chamada de *“justice as mutual advantage”*. Para Barry, na abordagem contratarianista hobbesiana da moralidade *“justice is the name we give to the constraints on themselves that rational self-interested people would agree to, as the minimum price that has to be paid in order to obtain the cooperation of others”* (Barry, 1989, p.7).

Um segundo tipo de filosofia contratarianista (contratualismo), de acordo com Hampton (1999, p. 183), é derivado da moral como teorizado por Kant, para quem o “contrato original” pode ser usado para determinar quais políticas seriam justas para uma sociedade e com quais seus indivíduos iriam concordar.

Enquanto hobbesianos, segundo Hampton (1999, p.183), usam a linguagem de contrato para mostrar que a moralidade é algo criado pelo consenso e que pode ser mutualmente benéfico, seu uso por Kant serve para mostrar que os princípios morais são teoremas que podem ser usados como uma “prova de procedimento moral”. Johnson e Cureton (2019) notam que Kant argumentou que o princípio de moralidade é determinado pelo “imperativo categórico”. Para eles, Kant caracteriza as regras morais como um objetivo, racionalmente necessário, que deveria ser sempre seguido, independentemente de qualquer desejo ao contrário. Regras morais são deveres. Sob a interpretação deles de Kant, todos os requerimentos morais são justificados por esse princípio, e ações imorais são irracionais porque violam o imperativo categórico.

Outra forma de interpretar a teoria kantiana da moralidade é proposta por Barry (1989, p.7). Ele classifica a teoria kantiana da moral e da justiça como *“justice as impartiality”* e considera o filósofo Rousseau como um seguidor dessa vertente da

moral e da justiça, enquanto Hampton (1999) inclui Rawls; e Ashford e Mulgan (2018) também incluem o filósofo Thomas Scanlon como um seguidor moderno do contratualismo em seu livro *“What We Owe Each Other”* (SCANLON, 1998).

Para Ashford e Mulgan (2018), a abordagem contratualista assume que a vontade geral é o que seria conjuntamente desejado quando adotada a perspectiva de cidadãos livres e iguais. Os autores também notam que essa perspectiva difere do contratarianismo, onde cada um tenta maximizar seu próprio interesse ao negociar com os outros, enquanto sob o contratualismo, os interesses são perseguidos de uma maneira que eles possam ser moralmente justificados⁴⁸. Embora haja diferenças entre essas duas abordagens, Hampton (1999, p.183) enfatiza que ambas as teorias contratarianistas são individualistas ao assumir que as normas morais e políticas precisam ir de encontro aos desejos dos indivíduos.

O uso do contrato social na economia política constitucional de Buchanan segue a tradição contratarianista hobbesiana, em vez da vertente kantiana (ou contratualista). A moralidade hobbesiana é evidente em diversos de seus escritos (BUCHANAN; TULLOCK, 1999 [1962]; BUCHANAN, 2000 [1975]; BRENNAN; BUCHANAN, 1985; etc.).

Uma análise hobbesiana de como a moral, a justiça e o respeito mútuo poderiam emergir de uma sociedade anarquista é feita por Buchanan em seu ensaio *“Before Public Choice”* (BUCHANAN, 2006 [1972]) e em outras obras como *“The Limits of Liberty”* (BUCHANAN [1975] 2000) e *“The Reason of Rules”* (BRENNAN, BUCHANAN, 1985, chap. 5; 7). Seu conceito de justiça está explícito em seu trabalho com Brennan, onde eles argumentam que uma regra é legítima quando é objeto de consentimento entre os participantes (BRENNAN, BUCHANAN; 1985, p.100-101). No mesmo livro eles também sugerem que os indivíduos poderiam voluntariamente adotar regras para restringir seu próprio comportamento, especialmente nos casos em que outros fazem o mesmo e os benefícios da reciprocidade existem. Essa ideia é bastante semelhante àquela descrita por Barry (1989, p.7) como uma característica da ética hobbesiana. Outro aspecto que aproxima Buchanan de Hobbes e o distancia

⁴⁸ Nisso, Ashford e Mulgan seguem Scanlon (1998) que discute a autoridade de padrões morais baseados no “reconhecimento mútuo” que costuma caracterizar certo e errado. Atos que são errados são aqueles que não podem ser racionalmente justificados dessa forma. Ashford e Mulgan (2018) sugerem que *“Contractualism supports the Kantian insight that we should never treat persons as mere means but always as ends in themselves. It interprets this Kantian claim as requiring that individuals be treated according to principles which they could not reasonably reject”*.

de Kant é a rejeição à ideia de “interesse público” (BUCHANAN 2006 [1972]; 1999a [1986], p.21), que na visão de Buchanan não poderia ser descoberto pelos *policy makers* através de um imperativo categórico. Para ele, a única maneira de a vontade individual ser respeitada é através da relação consensual entre os indivíduos e o estado⁴⁹.

Diversos comentadores de sua obra concordam com essas raízes de Buchanan na filosofia contratarianista de Hobbes (REISMAN, 1990; ALBERT, 2002; CONGLETON, 2014; GAUS, 2018, etc.). Eles concordam principalmente por conta das extensivas menções de Buchanan a Hobbes (BUCHANAN, 2006 [1972]; 2000 [1975]; 1976; BRENNAN; BUCHANAN 2000 [1980]; 1985), e suas próprias afirmações⁵⁰. As exceções que relacionam seu trabalho com a filosofia kantiana estão nas obras de Kliemt (1990 [1988]; 2005; 2011) e Brennan e Kliemt (2019)⁵¹.

Embora certamente haja alguns elementos da filosofia kantiana nos escritos e métodos de Buchanan, a predominância hobbesiana de seu contrato social é mais evidente se analisada em conjunto com as características de seu individualismo metodológico. De suas cinco características, apresentadas na seção dois: 1) subjetivismo; 2) igualitarismo analítico, 3) auto interesse; 4) *rule-bound*, e 5) normativismo, a ética kantiana é aplicável a todas, com exceção da característica 3. Todavia, quando se verifica a moralidade hobbesiana, todos os elementos são aplicáveis.

Para o modelo hobbesiano o que importa é o que os indivíduos querem e as regras morais são aquelas decididas por consenso. Essa ideia está expressa na

⁴⁹ Johnson (2015) aponta que a importância das trocas voluntárias entre os indivíduos e o setor público também foi reconhecido pela tradição continental europeia de finanças públicas e tem um papel importante na teoria da *Public Choice* de Buchanan.

⁵⁰ Brennan e Buchanan ([1980] 2000, p.7), por exemplo, declaram: “*The perspective that has become characteristic of the so-called ‘Virginia school’, however, involves a blend of this Hobbesian view with the notion of social contract*”.

⁵¹ Para Kliemt (1990 [1988]), o livro de Buchanan (1987) *Economics Between Predictive Science and Moral Philosophy* é muito próximo de uma intuição kantiana quando ele argumenta que os seres humanos são parte de dois mundos, um numenal, baseado na razão, e um fenomenal, baseado na natureza. Kliemt (2005) diz que o interesse de Buchanan em projetar instituições com resultados desejáveis mesmo com um homo economicus egoísta e oportunístico é uma característica partilhada com Immanuel Kant e David Hume. Em Kliemt (2011) ele argumenta que a ênfase de Buchanan em usar a teoria dos jogos para explicar a tomada de decisão interativa é essencialmente kantiana. Ainda, Brennan e Kliemt (2019, p.797) explicam que para os kantianos, um indivíduo impõe consequências de suas ações aos outros somente se eles consentirem, ou se seu comportamento é aceito como uma regra geral. Todavia, para hobbesianos, indivíduos irão pedir por consentimento somente como um meio de alcançar seus próprios objetivos, agindo de modo generalizado somente para estender esse comportamento que está em conformidade com suas metas. Nesse sentido, a defesa por Buchanan de uma regra de unanimidade poderia estar apoiada em uma moral kantiana.

descrença de Buchanan sobre a existência de um “bem comum” que implique em uma única “boa” ordem social e política a ser alcançada ou descoberta por princípios similares aos utilizados nas ciências naturais. Sua percepção sobre esse assunto está expressa em suas *“Reflections on Knight’s critique to Polanyi”* (BUCHANAN, 1999a [1967]), *“The Reason of Rules”* (BRENNAN, BUCHANAN; 1985, chap. 3); suas discussões sobre o papel da igualdade (BUCHANAN, 1971), o problema do comportamento ético em grandes comunidades (BUCHANAN, 1965) e quando ele examina o problema da agregação em economia (BUCHANAN, 1999a [1954a]; 1999b [1967]).

Nesta seção, o contratarianismo de Buchanan foi classificado como hobbesiano. Apesar de muitos outros comentadores o considerarem da mesma maneira, nenhum deles descreveu por que o classificou com esse rótulo. As únicas exceções são Kliemt (1990 [1988]; 2005; 2011) e Brennan e Kliemt (2019) que identificam Buchanan como um kantiano e consequentemente justificam sua posição.

Embora se reconheça que há alguns elementos kantianos no empreendimento contratarianista de Buchanan, como o respeito ao desejo de cada indivíduo, expresso por sua ênfase no consentimento; seu uso do individualismo, a justificativa para as regras e sua descrença na existência de um bem comum a ser descoberto através da razão o aproximam mais de Hobbes que de Kant.

3.5 CONCLUSÕES

Neste artigo foram analisados e classificados os valores metodológicos básicos de Buchanan, quais sejam, individualismo, constitucionalismo e contratarianismo. Foi comparada a sua abordagem com classificações alternativas dentro de cada uma dessas categorias, providenciando melhor compreensão sobre sua obra e métodos. Ao classificar o trabalho de Buchanan de maneira mais específica, foi mostrado como ele se encaixa em tradições intelectuais mais amplas.

Suas opções metodológicas estão interconectadas. Foi mostrado que o individualismo de Buchanan o leva à sua abordagem contratarianista, onde o consentimento voluntário se torna o parâmetro para todas as relações sociais, incluindo as trocas e o comércio. De acordo com ele, esse é o objeto de estudo da economia desde Adam Smith e deveria continuar sendo para todos os economistas desde então (BUCHANAN, 1999a [1964]).

Conclui-se que o *homo economicus* de Buchanan é composto por cinco características enfatizadas em diferentes períodos de sua carreira. Ele é descrito como: 1) subjetivo, guiado por sua ordem sensorial; 2) analiticamente igualitário, que considera cada membro da comunidade como um igual; 3) auto interessado, que em alguns casos pode mesmo agir de maneira oportunista; 4) limitado pelas regras, porque considera o efeito das regras, embora não seja determinado por elas, pois tem a escolha de viver dentro ou fora delas; 5) normativo, em vez de epistêmico, reconhecendo o direito de cada indivíduo de fazer suas próprias escolhas, a despeito de seu conhecimento. A ênfase nessas características evoluiu em conjunto com os problemas de pesquisa de Buchanan, das finanças públicas à ética e à economia política constitucional.

A abordagem constitucional de Buchanan, embora apresente alguns argumentos em defesa dos direitos individuais e da limitação do poder dos governos, é muito mais que um simples argumento ideológico. Ele também argumenta que o estudo das regras sobre o comportamento humano é necessário para se considerar todas as restrições relevantes. Nesse sentido, as regras são legítimas por consentimento.

Essas conclusões o levam a uma abordagem do contrato social que é mais precisamente descrita como hobbesiana que kantiana. Embora haja alguns elementos kantianos em sua obra, a abordagem de Buchanan segue a vertente contratarianista hobbesiana da filosofia moral e política em vez do contratualismo kantiano. Esses elementos são 1) a representação de modelos em que o estado emerge de uma situação de anarquia; 2) a defesa de que a legitimidade das regras vem do consentimento voluntário; 3) o reconhecimento de que indivíduos podem voluntariamente adotar restrições, especialmente se eles esperam um comportamento recíproco dos outros; 4) a rejeição da ideia de um “bem comum” em política que poderia ser descoberto através da utilização da razão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese foi discutida a obra de James M. Buchanan, enfatizando as influências sobre seu pensamento, relação com outros autores e metodologia. Além das já mencionadas contribuições deste trabalho, apresentadas nas conclusões de cada capítulo, cabe destacar que esta tese apresenta em língua portuguesa um autor ainda relativamente pouco conhecido entre os economistas brasileiros, embora reconhecido internacionalmente e laureado com o Prêmio Nobel.

O maior mérito da obra de Buchanan consiste em apresentar uma abordagem original para a ciência econômica, fundamentada no contrato social, e que rejeita a abordagem utilitarista que predomina na profissão. Essas contribuições são uma consequência do questionamento feito a pressupostos geralmente assumidos como dados. O ímpeto questionador que o conduziu à originalidade, Buchanan (2007, p.205) relata ter sido a maior lição que aprendera com seu professor Frank Knight.

Conforme mostrado nesta tese, a originalidade de Buchanan está presente desde o início de sua carreira, tendo como pilares o individualismo metodológico, a ênfase sobre o papel das regras e o consentimento nas relações entre os indivíduos.

O respeito pelas escolhas individuais é um dos pontos principais do liberalismo de Buchanan. As escolhas para ele são o que determinam o futuro de cada um (BUCHANAN, 1999a [1979b]). Isso não significa que ele ignore as consequências que as escolhas dos indivíduos possam ter sobre os outros e a sociedade. É justamente por reconhecer que as pessoas podem fazer escolhas que trazem resultados socialmente indesejáveis que ele enfatiza a importância das normas e seu respeito a elas.

As regras definidas por consenso são, na percepção de Buchanan (2000 [1975]), necessárias para a existência e manutenção da liberdade individual. Para ele, a liberdade está justamente nas regras, e não em sua ausência. Ele reconhece que elas possuem certa influência sobre o comportamento individual e, por consequência, sobre os resultados sociais que advirão a partir dele.

Em sua agenda de pesquisa, Buchanan se ocupa em encontrar o conjunto de instituições que torne possível a convivência pacífica entre seres humanos com crenças, preferências e hábitos distintos entre si. O desafio se torna muito maior quando os indivíduos são reconhecidos como naturalmente iguais, ou seja, possuindo

o direito de ter suas preferências respeitadas mesmo quando elas divergem da maioria.

Por não limitar suas contribuições a uma ciência econômica centrada apenas na produção, distribuição e consumo, e por discutir uma ciência social mais ampla, que se preocupa em explicar como indivíduos auto interessados são capazes de cooperar entre si de forma voluntária, é que a obra de Buchanan obteve tamanho destaque.

Esta tese procurou através do estudo das influências e da metodologia de Buchanan responder à pergunta que abre a introdução deste trabalho: “O que caracteriza um pensador como original, de modo que suas contribuições sejam reconhecidas por meio de algumas das maiores honras de sua profissão?”. Com relação à Buchanan, conforme argumentado nos capítulos desta tese, a busca por referências, diálogos e metodologias que não se limitaram à abordagem convencional da economia foram os elementos fundamentais para a originalidade de sua obra e o reconhecimento por ela alcançado.

REFERÊNCIAS

ALBERT, H. Science and the Social Order. *In*: Brennan, G.; Kliemt, H.; Tollison, R. (Eds.). **Method and Morals in Constitutional Economics: Essays in Honor of James M. Buchanan**. Berlin: Springer, 2002.

ALMEIDA, R. G. **Dreaming of Unity: Essays on the History of New Political Economy**. Tese (doutorado em economia) 161pp. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32852>. Acessado em 19 nov. 2020. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

ANGELI, E. 2019. **Os Usos do Individualismo por James Buchanan**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182019000100005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em 13 jan. 2020. *Economia e Sociedade*, vol. 28, n.1 Campinas, Jan/ Apr, 2019

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. [1967]. 7.^a Edição. Tradução do francês para o português por Sérgio Bath. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ARROW, K. J. **Social Choice and Individual Values**. New York: John Wiley & Sons, 1963 [1951].

ARROW, K. J. **Rawls's Principle of Just Saving**. *The Swedish Journal of Economics*. Vol. 75, No. 4, pp. 323-335, Dec., 1973a.

ARROW, K. J. **Some Ordinalist-Utilitarian Notes on Rawls's Theory of Justice**. *The Journal of Philosophy*. Vol. 70, n.9, May, 1973b.

ASHFORD, E.; MULGAN, T. Contractualism, *In*: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/contractualism/>. Acessado em 25 Dez. 2019. Summer, 2018.

BALDASSARI, M. (Org.) **Maffeo Pantaleoni: At the Origin of the Italian School of Economics and Finance**. New York: St. Martin's Press, 1997.

BARBIERI, F. **História do Debate do Cálculo Econômico Socialista**. 2004. 284 f. Tese (doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARONE, E. On Public Needs [1912]. Tradução do italiano para o inglês de J. Eros. *In*: MUSGRAVE, R. A.; PEACOCK, A.T. *Classics in the Theory of Public Finance*. New York: St. Martin Press, 1958.

BARRY, B. **The Liberal Theory of Justice: A Critical Examination of the Principal Doctrines of in a Theory of Justice by John Rawls**. London: Oxford University Press, 1973.

BARRY, B. **Theories of Justice**. A Treatise on Social Justice, Volume I. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1989

BENHAM, F. C. **Review of Principii di Economia Finanziaria by A. De Viti de Marco; Grundlehren der Finanzwirtschaft by A. De Viti de Marco**. *Economica*, 1(3), 364–367. 1934.

BLANKART, C. B.; FASTEN, E. R. Knut Wicksell's Principle of Just Taxation Revisited. *In*: CASPARI, V. (Ed.). **The Evolution of Economic Theory**. London: Routledge, 2011.

BOETTKE, P. J. **F. A. Hayek: Economics, Political Economy and Social Philosophy**. Great Thinkers in Economics Series, Antony P. Thirlwall (Ed). New York: Palgrave MacMillan, 2018.

BOETTKE, P.; KROENCKE, J. **The Real Purpose of the Program: A Case Study in James M. Buchanan's Efforts at Academic Entrepreneurship to "Save the Books" in Economics**. *Public Choice* (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11127-020-00798-2>. Acessado em 20 abr. 2020.

BOETTKE, P. J.; LEMKE, J. S. Constitutional Hopes and Post-Constitutional Fears: the role of rational construction in skeptical public choice. *In*: BOETTKE, P. J.; STEIN, S. (Eds.). **Buchanan's Tensions: Reexamining the Political Economy and Philosophy of James M. Buchanan**. Series Tensions in Political Economy. Arlington: Mercatus Center, 2018.

BOETTKE, P. J.; LEESON, P. T. **Liberalism, Socialism, and Robust Political Economy**. *Journal of Markets & Morality*. V.7, n. 1, pp.99-111, 2004.

BRADY, G. L. The Chicago Roots of the Virginia School. *In*: EMMETT, R. B. (Ed.) **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar, 2010.

BRENNAN, G.; BROOKS, M. Buchanan on Freedom. *In*: LEE, D. R. (Ed.) **Public Choice, Past and Present: The Legacy of James M. Buchanan and Gordon Tullock**. Studies in Public Choice Series. New York: Springer, 2013.

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. M. **Towards a Tax Constitution for Leviathan**. *Journal of Public Economics*, 8, p.255-273, 1977.

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. M. **The Power to Tax: Analytical Foundations of a Fiscal Constitution** [1980]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 9. Liberty Fund: Indianapolis, 2000.

BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. M. **The Reason of Rules: Constitutional Political Economy**. New York: Cambridge University Press, 1985.

BRENNAN, G.; HAMLIN, A. Constitutional Economics. *In*: NEWMAN, P. K. (Ed.) **The New Palgrave Dictionary of Economics and the Law**. New York: Palgrave MacMillan, 1998.

BRENNAN, G.; KLIEMT, H. Kantianism and Political Institutions. *In*: CONGLETION, R. D.; GROFMAN, B. N.; VOIGT, S. (Eds.). **The Oxford Handbook of Public Choice**. Volume 1. New York: Oxford University Press, 2019.

BROOKS, M. **Buchanan's Accounts of the Serendipitous Discovery of Wicksell**. A Case of 'Just What Was He Thinking?' or *The Independent Review*, v. 22, n. 4, pp. 551-568, Spring, 2018.

BUCHANAN, J. M. **Gasoline Tax Sharing Among Local Units of Government in Tennessee**. Disponível em: https://trace.tennessee.edu/utk_gradthes/2683. Acessado em 18 abr. 2019. Master's Thesis (Master of Arts - Major in Economics). University of Tennessee - Knoxville, 1941.

BUCHANAN, J. M. **Fiscal Equity in a Federal State**. Tese (Doutorado em Economia). University of Chicago, 1948.

BUCHANAN, J. M. The Pure Theory of Government Finance: A Suggested Approach [1949]. *In*: **The Logical Foundations of Constitution Of Liberty**. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **Federalism and Fiscal Equity**. *American Economic Review*, 40 (4) p.583-599, Sep., 1950.

BUCHANAN, J. M. **Knut Wicksell on Marginal Cost Pricing**. *Southern Economic Journal* 18 (2), p.173-178. 1951a.

BUCHANAN, J. M. **Fiscal Equity and the Unequal Treatment of Unequals: A Rejoinder**. *Journal of Political Economy*. 59 (4) p.358-359. 1951b.

BUCHANAN, J. M. **Federal Grants and Resource Allocation**. *Journal of Political Economy*. 60 (3), p.208-217. 1952a.

BUCHANAN, J. M. **Wicksell on Fiscal Reform: Comment**. *American Economic Review*, 42 (4) 599-602, 1952b.

BUCHANAN, J. M. **Federal Grants and Resource Allocation: A Reply**. *Journal of Political Economy*, 60 (6), p. 536-538, 1952c.

BUCHANAN, J. M. Social Choice, Democracy and Free Market [1954a]. *In*: **The Logical Foundations of Constitution of Liberty**. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. Individual Choice in Voting and the Market [1954b]. *In*: **The Logical Foundations of Constitution of Liberty**. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **Public Principles of Public Debt: A Defense and Restatement** [1958]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 2. Liberty Fund: Indianapolis, 1999b.

BUCHANAN, J. M. Positive Economics, Welfare Economics, and Political Economy [1959]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis. 1999a

BUCHANAN, J. M. "La Scienza delle Finanze": The Italian Tradition in Fiscal Theory. *In: Fiscal Theory and Political Economy*. pp.24-74 Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1960.

BUCHANAN, J. M. James McGill Buchanan to John Rawls, July, 13, 1962. [1962] Correspondência pessoal. p.38 *In: LEVY, D. M.; PEART, S. J. Towards an Economics of Natural Equals: A Documentary History of the Early Virginia School*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

BUCHANAN, J. M. The Relevance of Pareto Optimality [1962]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a

BUCHANAN, J. M. What Should Economists Do? [1964]. *In: The Logical Foundations of Constitution Of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **Ethical Rules, Expected Values, and Large Numbers**. *Ethics*, Vol. 76, No. 1 Oct., 1965.

BUCHANAN, J. M. Politics and Science: Reflections on Knight's Critique of Polanyi [1967]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **Public Finance in Democratic Process: Fiscal Institutions and Individual Choice** [1967]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 4. Liberty Fund: Indianapolis 1999c.

BUCHANAN, J. M. **The Demand and Supply of Public Goods** [1968]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 5. Liberty Fund: Indianapolis, 1999d.

BUCHANAN, J. M. **Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory** [1969]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 6. Liberty Fund: Indianapolis, 1999e.

BUCHANAN, J. M. **Equality as a Fact and Norm**. *Ethics*. Vol. 81, nº. 3, pp.228-240, apr. 1971.

BUCHANAN, J. M. **Rawls on Justice as Fairness**. *Public Choice*, n.13, p.123-128, set.1972.

BUCHANAN, J. M. Before Public Choice [1972]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan** [1975]. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 7. Liberty Fund: Indianapolis, 2000.

BUCHANAN, J. M. The Justice of Natural Liberty [1976]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **A Hobbesian Interpretation of the Rawlsian Difference Principle**. *Kyklos*, vol.29, pp.5-25, 1976.

BUCHANAN, J. M. James McGill Buchanan to John Rawls. June, 29, 1978. [1978]. *Correspondência Pessoal*. p.412. *In: PEART, S. J.; LEVY, D. M. (Eds.) The Street Porter and the Philosopher: Conversations on Analytical Egalitarianism*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

BUCHANAN, J. M. **Review of Lectures on Jurisprudence by Adam Smith, R. L. Meek, D. D. Raphael and P. G. Stein**. *British Journal of Law and Society*, 6, 130-133. Summer, 1979.

BUCHANAN, J. M. "Politics Without Romance: A Sketch of Positive Public Choice Theory and Its Normative Implications" [1979a]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis. 1999a

BUCHANAN, J. M. Natural and Artifactual Man [1979b]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a

BUCHANAN, J. M. Rent Seeking and Profit Seeking [1980]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a

BUCHANAN, J. M. Better than Plowing [1986]. *In: The Logical Foundations of Constitution Of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

BUCHANAN, J. M. Constitutional Economics. *In: EATWELL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. (eds) The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. London: Macmillan, 1987a.

BUCHANAN, J. M. **Economics Between Predictive Science and Moral Philosophy**. College Station: Texas A&M University Press, 1987b.

BUCHANAN, J. M. The Relative Absolute Absolutes. [1989]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **The Domain of Constitutional Economics**. *Constitutional Political Economy*, v.1, n.1, p.1-18, 1990.

BUCHANAN, J. M. The Foundations for Normative Individualism [1991]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a

BUCHANAN, J. M. **Ethics and Economic Progress**. University of Oklahoma Press: Norman, 1994a.

BUCHANAN, J. M. The Return to Increasing Returns: An Introductory Summary. In: BUCHANAN, J. M.; YOON, Y. (Eds.) **The Return to Increasing Returns**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994b.

BUCHANAN, J. M. Generality as a Constitutional Constraint [1997]. *In: The Logical Foundations of Constitution of Liberty*. The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 1. Liberty Fund: Indianapolis, 1999a.

BUCHANAN, J. M. **John Rawls, Justice as fairness: A restatement**. Public Choice 113: 488–490, 2002.

BUCHANAN, J. M. **Justice Among Natural Equals: Memorial Marker for John Rawls**. Public Choice 114: iii-v, 2003.

BUCHANAN, J. M. **Why I, Too, Am Not a Conservative**: The Normative Vision of Classical Liberalism. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

BUCHANAN, J. M. **Economics from the Outside In**: Better than Plowing and Beyond. Texas A&M University Economics series, n. 17. College Station: Texas A&M University Press, 2007.

BUCHANAN, J. M. Scienza delle Finanze and Public Choice [2008]. Entrevista concedida à Manuela Mosca em Blacksburg, Virginia em 27 de junho de 2008. *In: MOSCA, M. Antonio de Viti de Marco: A Story Worth Remembering*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

BUCHANAN, J. M.; CONGLETON, R. D. **Politics By Principle, Not Interest**: Toward Nondiscriminatory Democracy. New York: Cambridge University Press, 1998.

BUCHANAN, J. M.; FAITH, R. L. **Subjective Elements in Rawlsian Contractual Agreement on Distributional Rules**. Economic Inquiry, 18, p.23-38, jan.1980.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent**. [1962] The Collected Works of James M. Buchanan. Vol. 3. Liberty Fund: Indianapolis, 1999.

BUCHANAN, J. M.; WAGNER, R. E. **Public Debt in a Democratic Society**. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1967.

BUCHANAN, J. M.; WAGNER, R. E. **Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes**. New York: Academic Press, 1977.

BUCHANAN, J. M.; WAGNER, R. E. **Fiscal Responsibility in Constitutional Democracy**. Boston: Kluwer, 1978.

CASPER, G. **Constitutionalism**. University of Chicago Law Occasional Paper, No. 22, 1987.

COLOMBATTO, E. Buchanan's Social Contract Unveiled. *In*: WAGNER, R. E. (Org.) **James M. Buchanan: A Theorist of Political Economy and Social Philosophy**. Remaking Economics: Eminent Post-War Economists Series. Cham: Palgrave MacMillan, 2018.

CONGLETON, R. D. **The Contractarian Constitutional Political Economy of James Buchanan**. Constitutional Political Economy 25: 39-67, 2014.

CONGLETON, R. D. Toward a Rule-Based Model of Human Choice: On the Nature of Homo Constitutionalis. *In*: WAGNER, R. E. (Ed.) **James M. Buchanan: A Theorist of Political Economy and Social Philosophy**. Remaking Economics: Eminent Post-War Economists Series. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

CRUZ E SILVA, V; CAVALIERI, M.; CURADO, M. **On the Transmission of Keynes' and Keynesian Ideas in Brazil Eugênio Gudin's *Principles of Monetary Economics***. European Journal of the History of Economic Thought, v.28 issue 1, 2021.

CUDD, A.; EFTEKHARI, S. "Contractarianism", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/contractarianism/>>. Acessado em 31 ago 2020. Publicado no verão de 2018.

CUNHA, A. M. **A Previously Unnoticed 'Swiss Connection' in the Dissemination of Cameralist Ideas During the Second Half of the 18th Century**. History of Political Economy, v.49, p.497-529, 2017.

D'AGOSTINO, F.; GAUS, G; THRASHER, J. Contemporary Approaches to the Social Contract, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/contractarianism-contemporary/>>. Acessado em 01 mai, 2020. Publicado no outono de 2019.

DE VITI DE MARCO, A. **First Principles of Public Finance**. Tradução do italiano para o inglês por Edith Pavlo Marget. London: Jonathan Cape, 1958 [1923].

DUTT, A. K.; WILBER, C. K. **Economics and Ethics: An Introduction**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

EDGEWORTH, F. Y. **Mathematical Psychics**: An Essay on the Application of Mathematics to the Moral Sciences. London: C.Kegan Paul & Co., 1881.

EDGEWORTH, F. Y. The Pure Theory of Taxation [1897]. *In*: MUSGRAVE, R. A.; PEACOCK, A. T. (eds.). **Classics in the Theory of Public Finance**. New York: St.

Martin Press, 1958.

FAUSTO, D. **The Italian Approach to the Theory of Public Goods**. The European Journal of the History of Economic Thought. 13:1, 69-98. Mar. 2006.

FELDSTEIN, M. **On the Optimal Progressivity of the Income Tax**. Journal of Public Economics, v. 2 (4), 1973.

FLEURY, J. B.; MARCIANO, A. **The Making of a Constitutionalist: James Buchanan on Education**. History of Political Economy. 50:3. DOI 10.1215/00182702-7023458. Duke University Press, 2018.

FONSECA, E. G. 1990. **Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Econômico**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 20 N. Especial, pp. 5-37, 1990.

FOSSATI, A. **The Idea of State in the Italian Tradition of Public Finance**. The European Journal of the History of Economic Thought. 17:4; 881-907. Oct, 2010.

GAUS, G. It Can't Be Rational Choice All the Way Down: Comprehensive Hobbesianism and the Origins of the Moral Order". In: BOETTKE, P. J.; STEIN, S. (Eds.) **Buchanan's Tensions: Reexamining the Political Economy and Philosophy of James M. Buchanan**. Arlington: Mercatus Center, 2018.

GROENEWEGEN, P. English Marginalism: Jevons, Marshall, and Pigou. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Orgs.) **A Companion to the History of Economic Thought**. Malden: Blackwell, 2003.

HAMLIN, A. **Contractarianism**. Working paper. Disponível em: <https://hummedia.manchester.ac.uk/schools/soss/politics/research/workingpapers/mancept/Contractarianism%202013.pdf>. Acessado em 23 mar. 2020, publicado em 2013.

HAMPTON, J. **Hobbes and the Social Contract Tradition**. New York: Cambridge University Press, 1986.

HAMPTON, J. "Contractarianism". In: AUDI, R. (Ed.) **The Cambridge Dictionary of Philosophy**. 2ª Ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

HARDIN, R. "Constitutionalism". In: WEINGAST, B. R.; WITTMAN, D. A. (Ed.) **The Oxford Handbook of Political Economy**. The Oxford Handbooks of Political Science Collection (v.7). New York: Oxford University Press, 2006.

HAUSMAN, D. M.; MCPHERSON, M.S. **Economic Analysis, Moral Philosophy, and Public Policy**. 2nd Edition. New York: Cambridge University Press, 2006.

HAYEK, F. A. **The Sensory Order: An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology**. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

HOLCOMBE, R. G. Public Choice and Austrian Economics. *In*: BOETTKE, P. J.; COYNE, C. J. (Org.) **The Oxford Handbook of Austrian Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HOMANS, G. C. **"Social behavior: Its elementary forms"**. New York: Harcourt, Brace and World, 1961.

JOHNSON, M. **James M. Buchanan, Chicago, and Post-War Public Finance**. *Journal of the History of Economic Thought*, 36 (4), 479-497, 2014.

JOHNSON, M. **Public Goods, Market Failure and Voluntary Exchange**. *History of Political Economy*, 47 (annual suppl.) pp.174-198. Duke University Press, 2015.

JOHNSON, R.; CURETON, A. "Kant's Moral Philosophy", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA, E. N. (ed.), Disponível em: URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/kant-moral/>>. Acessado em 19 Nov. 2019. Publicado desde a primavera de 2019.

KIRCHGÄSSNER, G. **The Role of Homo Oeconomicus in the Political Economy of James Buchanan**. *Constitutional Political Economy*. 25: 2-17. Mar. 2014.

KLIEMT, H. The Interest in Rules [1986]. *In*: KLIEMT, H. **Papers on Buchanan and Related Subjects**. Munich: Accedo Verlagsgesellschaft, 1990.

KLIEMT, H. Subjectivist Economics [1988]. *In*: KLIEMT, H. **Papers on Buchanan and Related Subjects**. SESS. Starnberg: Accedo Verlagsgesellschaft 1990.

KLIEMT, H. Foreword. (1998) *In*: BUCHANAN, J. M. **The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan** [1975]. *The Collected Works of James M. Buchanan*. Vol. 7. Liberty Fund: Indianapolis, 2000.

KLIEMT, H. **Public Choice and Political Philosophy: Reflections on the works of Gordon Spinoza and David Immanuel Buchanan**. *Public Choice*, 12, pp. 203-213, 2005.

KLIEMT, H. The Perspective of Philosophy. *In*: ROWLEY, C. K.; SCHNEIDER, F. G. **Readings in Public Choice and Constitutional Political Economy**. New York: Springer, 2008.

KLIEMT, H. **Bukantianism- Buchanan's Philosophical Economics**. *Journal of Economic Behavior & Organization*. 80, pp.275-279, 2011.

KRAUS, J. S. **Contemporary Hobbesian Contractarianism**. Ph.D Dissertation (Philosophy). The University of Arizona, 1987.

LEISTER, A. C. C. C. **Social Choice e Public Choice: O problema da agregação e o cálculo das regras de decisão coletiva como fórmulas de alocação/ distribuição de recursos**. Tese (doutorado em Filosofia) 318p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LEVY, D. M.; PEART, S. J. Introduction and Correspondence. *In*: PEART, S. J.; LEVY, D. M. (Eds.) **The Street Porter and the Philosopher: Conversations on Analytical Egalitarianism**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

LEVY, D. M.; PEART, S. J. Limits on the application of Motivational Homogeneity in the Work of Buchanan and the Virginia School. *In*: BOETTKE, P. J.; STEIN, S. **Buchanan's Tensions: Reexamining the Political Economy and Philosophy of James M. Buchanan**. Arlington: Mercatus Center, 2018.

LEVY, D. M.; PEART, S. J. **Towards an Economics of Natural Equals: A Documentary History of the Early Virginia School**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

LITTLE, D. Rawls and Economics. *In*: MANDLE, J.; REIDY, D. A. (Eds.) **A Companion to Rawls**. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014

MARCIANO, A. **Buchanan and Public Finance: The Tennessee Years**. Review of Austrian Economics. 32:21-46, 2019a

MARCIANO, A. **How Wicksell Became Important for Buchanan: A Historical Account of a (Relatively) Slow Epiphany**. Journal of Public Finance and Public Choice. Vol. XX, n. XX, p.1-23, <https://doi.org/10.1332/251569119X15709869180845> AESP, 2019b.

MARCIANO, A.; MOSCA, M. Italian Influences on Buchanan's Research Program. *In*: WAGNER, R. E. (Org.) **James M. Buchanan: A Theorist of Political Economy and Social Philosophy**. Cham: Palgrave MacMillan, 2018.

MAZZOLA, U. The Formation of The Prices of Public Goods [1890]. Tradução do italiano para o inglês de Elizabeth Henderson. *In*: MUSGRAVE, R. A.; PEACOCK, A.T. **Classics in the Theory of Public Finance**. New York: St. Martin Press, 1958.

MEADOWCROFT, J. **James M. Buchanan**. Major Conservative and Libertarian Thinkers Series. New York: Bloomsbury, 2013.

MEDEMA, S. G. The Economic Role of Government in the History of Economic Thought. *In*: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Orgs.) **A Companion to the History of Economic Thought**. Malden: Blackwell, 2003

MEDEMA, S.G. **The Hesitant Hand: Taming Self Interest in the History of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

MILL, J. S. **Principles of Political Economy**: With some of their applications to Social Philosophy - Part II [1848]. The Collected Works of John Stuart Mill, Vol III. Indianapolis: Liberty Fund, 1965.

MONTEMARTINI, G. The Fundamental Principles of a Pure Theory of Public Finance [1900]. Traduzido do italiano para o inglês por D. Bevan. *In*: MUSGRAVE, R. A.;

PEACOCK, A.T. **Classics in the Theory of Public Finance**. New York: St. Martin Press, 1994.

MOSCA, M. **Emil Sax and Italy**. *Storia del Pensiero Economico*, 7 (2), 47–62, 2010.

MOSCA, M. **Antonio de Viti de Marco: A Story Worth Remembering**. New York: Palgrave MacMillan, 2016.

MOSCA, M. **Monopoly Power and Competition: The Italian Marginalist Perspective**. Cheltenham: Edward Elgar, 2018.

MUNGER, M. C. **Starting from Where We Are: The Importance of the Status Quo in James Buchanan**. In: Wagner, Richard E. (Ed.) *James M. Buchanan: A Theorist of Political Economy and Social Philosophy*. Remaking Economics: Eminent Post-War Economists Series. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

MUSGRAVE, R. A. **The Voluntary Exchange Theory of Public Economy**. *The Quarterly Journal of Economics*. vol. 53, n.2, p.213-237, feb. 1939.

MUSGRAVE, R. A. **The Theory of Public Finance: A Study in Public Economy**. Bombay: McGraw Hill, 1959.

NEMETH JUNIOR, H.; ANGELI, E. **Hayek, Campos e a Defesa do Autoritarismo**. *Revista Análise Econômica*, v.38, n.76, 2020.

PAGANELLI, M. P. **240 Years of The Wealth of Nations**. *Nova Economia*, v.27, n.2, p.7-19, 2017.

PANTALEONI, M. Contribution to the Theory of the Distribution of Public Expenditure [1883]. Traduzido do italiano para o inglês por D. Bevan. In: MUSGRAVE, R. A.; PEACOCK, A.T. **Classics in the Theory of Public Finance**. New York: St. Martin Press, 1958.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. [1909] Vol. I. Coleção Os Economistas. Tradução do francês para o português por João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1909].

PEART, S. J.; LEVY, D. M. (Eds.) **The Street Porter and the Philosopher: Conversations on Analytical Egalitarianism**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

PENNINGTON, M. "Constitutional Political Economy and Austrian Economics". In: BOETTKE, P. J.; COYNE, C. J. (Org.) **The Oxford Handbook of Austrian Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PHELPS, E. S. **The Taxation of Wage Income for Economic Justice**. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 87, Issue 3, pp. 331–354, August 1973.

PIGOU, A. C. **The Economics of Welfare**. London: MacMillan, 1932 [1920].

PIGOU, A.C. **A Study in Public Finance** [1928]. Third (Revised) Edition. London: MacMillan, 1960 [1928].

PUVIANI, A. **Teoria della Illusione Finanziaria** [1903]. Milano: ISEDI, 1976 [1903].

RAWLS, J. **Justice as Fairness**. The Philosophical Review. Vol. 67, n.2 p.164-194. Duke University Press. Apr., 1958.

RAWLS, J. John Rawls to James McGill Buchanan, July, 7, 1962. [1962] Correspondência pessoal. pp.36-37. In: LEVY, D. M.; PEART, S. J. **Towards an Economics of Natural Equals: A Documentary History of the Early Virginia School**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

RAWLS, J. **The Sense of Justice**. The Philosophical Review. Vol.72, n.3, pp.281-305. Jul., 1963.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. [1971] Revised Edition. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

RAWLS, J. **Some Reasons for the Maximin Criterion**. The American Economic Review, v. 64, n.2, pp.141-146, May, 1974a.

RAWLS, J. **Reply to Alexander and Musgrave**. The Quarterly Journal of Economics, vol. 88, no. 4, pp. 633-655, Nov., 1974b.

RAWLS, J. John Rawls to James McGill Buchanan, Feb., 25, 1975. [1975]. Correspondência pessoal. In: PEART, S. J.; LEVY, D. M. (Eds.) **The Street Porter and the Philosopher: Conversations on Analytical Egalitarianism**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

RAWLS, J. John Rawls to James McGill Buchanan. August, 27, 1978. [1978]. Correspondência Pessoal. p.413-414. In: PEART, S. J.; LEVY, D. M. (Eds.) **The Street Porter and the Philosopher: Conversations on Analytical Egalitarianism**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008

RAWLS, J. **Justice as Fairness: A Restatement**. Edited by Erin Kelly. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

REISMAN, D. **The Political Economy of James Buchanan**. London: MacMillan, 1990.

REISMAN, D. **James Buchanan**. Great Thinkers in Economics Series. THIRLWALL, A. P., Editor. New York: Palgrave MacMillan, 2015.

RIZZO, M. J. **James M. Buchanan: Through an Austrian Window**. The Review of Austrian Economics. V. 27, n.2, p.135-145, 2014.

ROBBINS, L. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: MacMillan, 1932.

ROMER, T. **Nobel Laureate: On James Buchanan's Contributions to Economics**. *Journal of Economics Perspectives*, v.2, n.4, p.165-179, Fall 1988.

SCANLON, T. M. **What We Owe to Each Other**. Cambridge, Massachusetts and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis** [1954]. Edited from Manuscript by Elizabeth Boody Schumpeter and with an introduction by Mark Perlman. Twelfth Impression, Abingdon: Routledge, 1981 [1954].

SELIGMAN, E. R. A. **Essays in Taxation**. 3.^a Edição. London: Macmillan, 1903

SIDGWICK, H. **The Principles of Political Economy**. 3.^a edição. Londres: Macmillan, 1901.

SIMON, H. **The Planning Approach in Public Economy - Further Comment**. *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 55, n.2, p.325-330, Feb. 1941.

SIMONS, H. C. **First Principles of Public Finance, Grundlehren der Finanzwirtschaft, Antonio De Viti De Marco**. Book Review of the translations by Edith Pavlo Marget. *Journal of Political Economy*, v. 45, n.5, p. 712-717, Oct., 1937.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. A public domain book. Kindle Edition, 1776.

TIEBOUT, C. M. **A Pure Theory of Local Expenditures**. *Journal of Political Economy*, v. 64, n. 5, p.416-424. Oct. 1956.

VANBERG, V. J. James M. Buchanan: Political Economist, Consistent Individualist". *In: Wagner, R. E. (Ed.) James M. Buchanan: A Theorist of Political Economy and Social Philosophy*. *Remaking Economics: Eminent Post-War Economists Series*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

VAUGHN, K. I. **The Limits of Homo Economicus in Public Choice and in Political Philosophy**. *Analyse & Kritik*. 10 (1988), S. 161-180, 1988.

VOIGT, S. **Constitutional Economics: A Primer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

WAGNER, R. E. **Public Choice and the Diffusion of Classic Italian Public Finance**. *Il Pensiero Economico Italiano*. Fabrizio Serra Editore, Pisa - Roma, vol. 11(1), pages 271-282. 2003.

WAGNER, R. E. Choice Versus Interaction in Public Choice: Discerning the Legacy of The Calculus of Consent. *In: LEE, D. R. (Ed.) Public Choice, Past and Present: The Legacy of James M. Buchanan and Gordon Tullock*. *Studies in Public Choice Series*. New York: Springer, 2013.

WAGNER, R. E. **James M. Buchanan and Liberal Political Economy: A Rational Reconstruction**. Lanham: Lexington Books, 2017.

WALUCHOW, W. Constitutionalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**
ZALTA, E. N. (ed.). Disponível em: URL =
<<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/constitutionalism/>>. Access in
Dec. 26, 2019. Edição da Primavera de 2018.

WICKSELL, K. A New Principle of Just Taxation [1896]. Traduzido do alemão para o
inglês por J. M. Buchanan. *In*: MUSGRAVE, R. A.; PEACOCK, A. T. (eds.) **Classics
in the Theory of Public Finance**. New York: St. Martin Press, 1958.